

920
C 172 m

MEMORIAS E DEVANEIOS

(PROSA E VERSOS)

Oficina Gráfica **RENATO AMERICANO**

39 — Alzira Brandão — 39

— RIO DE JANEIRO —

LINDOLPHO CAMARA BOTECA

— Instituto de Geographia e Etnographia
do Rio Grande do Norte

MEMORIAS E DEVANEIOS

(Prosa e Versos)



1938
RIO DE JANEIRO

MEMORIAS
DE

Instituto Histórico e
Geográfico do Rio
Grande do Norte
No. Reg. 14.449

PREFACIO

Longa a minha peregrinação.

Atravessei a fronteira dos trinta e sete annos finaes do seculo XIX e estou contemplando a passagem do ultimo dos trinta e oito primeiros annos do seculo XX.

Nesse dilatado espaço de tempo, desenrolou-se todo o drama da minha vida obscura, na qual me foi dado vencer obstaculos, que nunca julguei transpôr.

Penetrei o limiar da carreira publica com coragem e confiança no futuro e disposto a trabalhar.

Acompanhei o desdobrar dos acontecimentos mundiaes e testemunhei as grandes transformações politicas e sociaes do nosso meio.

Servi á velha Monarchia, em cujo regimen vi a luz do dia, nove annos, ainda na florescencia da minha mocidade.

Prestei serviços á Republica, durante quarenta e um annos e acompanhei de perto todos os seus passos vacillantes, a solução dos seus grandes problemas, os seus acertos e desacertos, a balburdia das suas finanças, até hoje compromettidas, como testemunha ocular, na administração.

Com a revolução de 1930, depois de meio século de trabalho intenso, recolhi-me, alquebrado, ao seio da família, para curar as mazellas do organismo, contrahidas nas contrariedades do labor quotidiano.

Hoje, sou uma sombra, que emerge das ruínas do passado, e contento-me em revêr, atravez das lentes da minha memoria desbotada, a tenue imagem da minha pobre meninice, o triste scenario dentro do qual ella se desenvolveu, — a terra do meu natal, — e o papel que me coube desempenhar na senda social, em contacto com amigos e des-affectos, poderosos e fracos, arrogantes e humildes, ricos e pobres, que topamos, a toda hora, na rampa da existencia.

Estou velho e como a mania dos dessa idade é contar historias e referir anedotas, quero fazel-o tambem, na intimidade, — a meu respeito e de outros — á minha mulher, a meus filhos e filhas, genros, nóras e netos, á minha irmã e sobrinhos, e aos amigos, que ainda me restam.

Eis a razão de ser deste livro, que lhes offereço com o mais sincero e carinhoso affecto.

Rio — Maio — 1938.

LINDOLPHO CAMARA

NATAL DO MEU TEMPO

FUNDAÇÃO

A' margem direita do rio Potengy, formou-se uma povoação a que, em 1599, no dia 25 de Dezembro, Jeronymo de Albuquerque deu o nome de Natal, por ser esta data consagrada ao nascimento de Christo.

Um seculo, depois da sua fundação, em 1699, foi elevada á villa e, cento e vinte e tres annos, mais tarde, á cidade, pela carta imperial de 21 de Fevereiro de 1822, e, por ser a sêde do governo local, é a capital da Provincia, que tomou o nome de Rio Grande do Norte, o mesmo do rio Potengy, em epoca anterior.

EMANCIPAÇÃO DA CAPITANIA

No começo do seculo XIX, Natal ainda era aquella rachitica aldeia, pouco habitada, de 700 almas, com quatro ruas apenas esboçadas, que convergiam para a rua Grande, onde existiam a matriz, a casa dos governadores, a Camara e Cadeia e o Erario, — de escadaria de pedra e cal, em uma

das faces lateraes, com subida e descida divergentes, tendo a configuração de um chapéo armado, como o povo o denominou e eu ainda o conheci na minha mocidade.

O Rio Grande do Norte foi governado de 1806 a 1821 por tres Capitães-mores:

José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, de 30 de Março de 1806 a 22 de Janeiro de 1812; Sebastião Francisco de Mello Povoas, — de 22 de Janeiro de 1812 a 16 de Novembro de 1816; José Ignacio Borges, — de 16 de Novembro de 1816 a 19 de Março de 1817. Preso pelo governo republicano, eleito, nessa data, elle reassumiu o cargo em Junho do mesmo anno (1817) e governou até 3 de Dezembro de 1821, entregando-o á Junta Provisoria, constituida pelo Coronel Joaquim José do Rego Barros, presidente, Luiz de Albuquerque Maranhão, Antonio da Rocha Bezerra, vigario Francisco Antonio Lumachi de Mello, Manoel Antonio Moura e Manoel de Mello Montenegro Pessoa, secretario.

A Capitania do Rio Grande do Norte não gozava de autonomia, estando, ora, subordinada á da Bahia, ora, á de Pernambuco.

Em virtude do movimento revolucionario do Recife, de 6 de Março de 1817, o Capitão-mór, José Ignacio Borges, desligou-a, por edital de 13 do mesmo mez, da de Pernambuco, e creou logo a Alfandega, do que deu conhecimento á Camara da Cidade de Natal, no seguinte officio, datado de 20 de Março:

“Havendo os funestos e detestaveis acontecimentos, que tiveram logar na villa de Santo Antonio do Recife, na tarde do dia 6, desligado esta Capitania da condição de

subalterna, em que estava do governo daquella, como fiz certo pelo edital de 13, tenho determinado estabelecer no porto desta cidade, em conformidade da Carta Regia de 28 de Janeiro de 1808 e Decreto de 18 de Janeiro de 1814, uma Alfandega etc”.

O Governo central não se manifestou sobre este acto, que foi tacitamente acceito e, por Alvará de 18 de Março de 1818, adquiriu a Capitania do Rio Grande do Norte, no Judicial, a sua emancipação, desligando-se da Comarca da Parahyba, como se vê da integra do mesmo Alvará:

“Eu, el-rei, faço saber aos que este Alvará virem que, tomando em consideração os graves prejuizos que ao meu real serviço, ao interesse e segurança publica, e á boa administração da justiça necessariamente resultam de se achar a Capitania do Rio Grande do Norte annexa á Camara da Parahyba, por não ser praticavel que um só Ministro a quem é summamente custoso corrigir bem a Comarca da Parahyba, pela sua grande extensão, tenha juntamente a seu cargo aquella Capitania, que tambem abrangge um vasto e dilatado territorio, e por se fazer nella, nos competentes tempos, na fórmula devida, as correções tão necessarias para se manter, pela influencia saudavel da autoridade e abrigo das leis, á segura fruição dos direitos pessoas e reaes dos povos; e querendo dar as providencias proprias para que possam os habitantes da mesma Capitania gozar dos vantajosos proveitos de uma vigilancia politica e exacta administração da justiça, evitando-se as desordens e perigosas consequencias da impunidade dos crimes, tão frequentes em logares administrados por juizes leigos, quando não são advertidos nas annuaes correções; hei por bem determinar o seguinte: A Capitania do Rio Grande do Norte ficará desmembrada da Comarca da Parahyba e formará uma Comarca separada, que sou servido crear com a denominação de Comarca do Rio Grande do Norte, tendo por cabeça a cidade de Natal e os limites, que se acham assignalados para a mesma Capitania”.

Emancipada da Capitania de Pernambuco nas suas relações politicas e administrativas e da de Parahyba, quanto ás judiciarias, a Capitania do Rio Grande do Norte assim se conservou até 1822, em que constituiu uma das Provincias do Imperio, hoje Estado, por força da Constituição republicana de 24 de Fevereiro de 1891.

Contam que um dos Capitães-mores, maravilhado com a grande quantidade de gerimús produzidos pelas aboboreiras, nascidas no vasto pateo da rua Grande, mandara-os colher e armazenar no corpo da guarda, no porão do Erario, e com elles pagou aos soldados e outros pequenos servidores da Capitania, de onde nos veio o ironico apellido de *papa-gerimús*.

TOPOGRAPHIA DA CIDADE

Natal é constituida por dois nucleos, — *cidade alta e cidade baixa* ou *Ribeira*.

Os antigos referiam-se ao espirito de rivalidade, existente entre os habitantes dos dois bairros, que originara serios conflictos.

Os da cidade alta eram apellidados — *Xarias*, os da Ribeira — *Canguleiros*.

E' esta uma tradição de, pelo menos, um seculo, sem nenhuma exterioridade no meu tempo.

O seu perimetro edificado, como o tenho na memoria, era este:

Ribeira. — Partindo do Canto das jangadas, suas ruas principaes eram, — a Primeiro de Março, a rua da Tatajubeira, que depois se chamou Padre Constancio, a rua das Virgens, a do Bom Jesus, per-

to do Monte, a rua Correia Telles, que terminava na Campina. Uma ou duas mais e alguns beccos, cujos nomes ignoro.

Cidade alta. — Partindo da ladeira, que começava na Campina da Ribeira, as arterias principaes eram: — a mesma ladeira, como via de ligação dos dois bairros, dando accesso, logo no seu começo, com o Quartel militar, pelo lado esquerdo da casa do velho professor de latim, José Gothardo e terminando no alto, ligando-se, pelo lado esquerdo com a rua da Conceição, e pela direita de quem sobe, com a rua do Rosario.

A rua da Conceição desemboca na Praça da Alegria e a do Rosario, na rua Grande, chamada depois Praça André de Albuquerque.

Na esquina da Praça da Alegria, oitão da matriz nasce a rua de Santo Antonio, com a igreja do seu nome e corre em direcção ás mattas, que confinam a cidade. Do lado esquerdo da igreja de S. Antonio, parte a rua das Laranjeiras, que leva á ladeira do Passo da Patria.

Na parte posterior dessa igreja, existia um descampado, chamado Campo Verde, com uma das faces edificada, de onde começava a rua do Fogo, parallelá á de S. Antonio e com a mesma direcção. A rua do Fogo era a que ultimava o perimetro, neste lado da cidade.

A Praça da Alegria, situada no fundo da matriz, estendia-se até á rua da Palha, sendo cortada ao meio pelo Becco Novo, chamado depois da guerra do Paraguay, rua dos Voluntarios da Patria.

A rua da Palha foi, posteriormente, dividida em duas — com as denominações de rua 21 de Março, — da Praça para o interior, e rua Padre Bartholomeu — da Praça para o Quartel militar.

Parallelas a todas estas surgem a rua Nova, que, depois da lei do ventre livre, ficou se chamando Visconde do Rio Branco e a rua dos Tocos, em formação, constituída de ranchos de palha, ladeiada de roçados para plantação de milho, feijão, amendoim, legumes e hortaliças.

Todas estas arterias principaes terminavam em declive para as estradas que conduziam á Bica, ao Baldo, aos sitios de propriedade particular e ao cemiterio, situado acima.

Da rua do Rosario partia uma transversal, ligando-a á rua Nova; da rua da Conceição outra na mesma direcção; da Praça da Alegria uma, comunicando-a com as ruas Nova e dos Tocos; da rua de S. Antonio, outra com a denominação de rua de Uruguayana com o mesmo percurso, um becco que partia da rua do Fogo e atravessava todas as outras principaes e outro que, cortando estas, conduzia ao matadouro, por detraz da rua do Fogo.

Os edificios que conheci já construidos foram:

A fortaleza dos Reis Magos — á entrada da barra, collocada sobre o recife, cuja construcção teve logar no anno de 1598, começada a 6 de Janeiro e terminada a 24 de Junho, segundo a tradição.

A Alfandega, creada em 20 de Março de 1817, pelo Governador José Ignacio Borges. O Atheneo Rio Grandense, inaugurado a 2 de Dezembro de 1836. O Hospital de Caridade, instituido em 1855, situado na ladeira do Passo da Patria. A igreja matriz, edificada em 1679 e reedificada em 1786. As igrejas de Bom Jesus, Rosario e S. Antonio. A cadeia Publica e o Quartel Militar.

O Erario, ou Thesouraria de Fazenda. A Bica e o Cemiterio publico.

Construidos no meu tempo:

A escola de aprendizes marinheiros, creada a 12 de Agosto de 1873. A fabrica de tecido, em 1876. O Thesouro Provincial.

A Estação da Estrada de Ferro de Natal a Nova-Cruz, inaugurada em 27 de Fevereiro de 1880. Os banheiros publicos, construidos á margem esquerda de quem desce, da ladeira do Passo da Patria, fócios de empaludismo, e, por isso, o povo, com a sua ferina ironia, os baptizou com o nome de catacumbas de Pedro Paulo, do seu constructor ou empreiteiro, Pedro Paulo Vieira de Mello.

O Lazareto da Piedade e o Theatro Santa Cruz.

E' essa a topographia que conservo na lembrança, da querida Natal, dos meus verdes annos.

POPULAÇÃO E POBREZA

Remontando aos meus sete annos, em 1870, a população de Natal não era maior de doze mil almas. O recenseamento de 1872 constatou a existencia de 233.960 habitantes para toda a Provincia.

Povo de indole pacifica, soffredor, victima constante dos rigores climatericos, das endemias palustres, das epidemias da variola, do sarampo e das gripes, alimentadas pelo desasseio da cidade, abandonada dos poderes publicos, lutava muito para viver, e, privado do trabalho, que nem a industria, nem o commercio proporcionava, recorria sómente á pesca, á pequena lavoura e á carreira militar.

Alphabeto, em sua maioria, nada podia aspirar que não fosse pescador, roceiro ou soldado de policia.

As mulheres entregavam-se á costura, á lavagem de roupa e aos serviços domesticos, mal remunerados.

Pobreza geral. Não havia mendicancia pelas portas, porque nenhum tinha o que dar. Os que viviam de emprego publico ganhavam para comer, sem sobras para fazer caridade.

O commercio da Capital era feito na Ribeira, onde existia o porto com o seu movimento marítimo e, ainda assim, fraco e limitado.

O da cidade alta consistia em pequenos estabelecimentos, onde de tudo se encontrava um pouco e algumas tavernas, que propinavam os venenos aos organismos já combalidos pela miseria e pela fome, — vendendo o mapinguinho em corda, o charuto ordinario, os cigarros de fumo picado em papel de milho, chamados mata-rato, e a deusa dos ebrios — a cachaça de Papary, pura ou de infusão com cascas de laranja ou limão e canella — a laranjinha — a delicia dos bebedores.

Havia, para coroar a obra, a genebra de Hollanda, importada em botijas de barro vidrado, de alta reputação, vendida mais cara aos que tinham gastralgias e collicas intestinaes a curar.

Era o medicamento receitado, de preferencia, pelos curandeiros, para cortar as defluxeias, as indigestões, a espinhela cahida e os maus olhados; fazia abortar o sarampo e a pôr para fóra a *bexiga* recolhida.

O ATRASO DE NATAL

A monarchia foi madastra do Rio Grande do Norte.

Natal viveu sempre abandonada dos poderes publicos.

Não tinha canalisação dagua, nem esgotto, nem luz. O abastecimento dagua fazia-se em vasilhame de madeira, á costa de animaes, ou em potes de barro, á cabeça, por individuos que se entregavam a esse mister.

Os moradores da redondeza da fonte, que era um edificio, dotado de torneiras de cobre e protegido das intemperies, denominado Bica, iam, por si mesmos, apanhar a agua, nas vasilhas, que lhes eram mais commodas.

A illuminação, em Natal, começou, por meia duzia de lampeões, de quatro faces, de vidro, typo colonial, dos quaes um, de que me lembro, collocado na esquina da sachristia da matriz, dava para a Praça da Alegria e a rua da Conceição.

O combustor era alimentado com azeite de mamona, cuja chamma, amarella e fumegante, podia ser vista de longe, na escuridão da noite, mas não alumiaava.

Alguns annos depois, passou a illuminação a ser feita por maior numero de combustores e estes alimentados por kerozene, os quaes não se accendiam nas noites de luar.

Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, 8.º presidente da Provincia, em 1838, dizia, em seu relatorio, que as ruas da cidade achavam-se em estado miseravel, sem calçamento e entulhadas de areia e a capital sem agua, sem illuminação, sem cadeia, sem nada.

A lentidão do desenvolvimento de Natal era motivo até para motejo dos que se referiam a ella, como J.C. Fernandes Pinheiro, que, em Dezembro de 1871, dizia: "Em verdade, a cidade de Natal,

mesmo vista de fóra, parece justificar o trocadilho que lhe ouvi applicar: — cidade — *não* — *ha* — *tal*.

Henrique Pereira de Lucena, 33.º Presidente, ainda, em 1872, classificara-a de *Villa insignificante e atrazadissima do interior*.

De vez em quando, as aguas do Potengy cerceavam e destruiam as edificações que lhe ficavam á margem, na Ribeira, o que obrigou, em 1869, Pedro de Barros Cavalcanti de Albuquerque, 30º Presidente constitucional, a mandar construir um caes, que tomou o seu nome, e foi o unico melhoramento notável dessa época.

OS MERCADOS. — CUSTO DA VIDA

Eram dois os mercados publicos, onde toda a gente se abastecia dos generos nativos, em feiras livres; — um, na *Ribeira*, que funcionava debaixo da fronde copada de uma velha Tatajubeira, viçosa e alegre, escondendo os seculos de sua existencia; — outro, na *Cidade Alta*, á rua Nova, ao abrigo de frondosas gamelleiras, que conheci toda a vida.

Nessas feiras encontravam-se todos os productos da pequena lavoura, — farinha de mandioca, milho, feijão, baías doces, inhames, macacheira, verduras, hortaliças, côcos, rapaduras, doces seccos, todas as fructas, bananas, laranjas, goiabas, maracujás, cajús, pitombas, pinhas ou fructas do Conde e outros generos alimenticios de preparo das quitandeiras, como cuscús, mungusá, bolo de milho, tapiocas, grudes de gomma, beijús, angú de milho, e outras especies de que se alimentava a população.

Eram vendidos a peso, por medida e a olho.

A medida de capacidade era a *cuia*, a linear — a *vara*, a de peso, a *libra*.

A moeda divisionaria, — o *xenxen* de 10 réis, o dobrão de cobre de 20 e 40 réis, a nota papel de 1\$000 e 2\$000.

A unidade era a *pataca* (dezeseis vintens).

Com uma *pataca*, as familias obtinham grande parte das suas refeições diarias. Compravam uma libra de carne verde por 4 vintens, uma cuia de farinha de mandioca por 2 vintens, uma cuia de feijão verde, em grão, 2 vintens; na bagem, em mó-lho, dez réis; verduras-couve, alface, maxixes, qui-abos, gerimús ou aboboras, alho, 2 vintens; banha de porco, 2 vintens, cebolas, cebolinhas, tomates, ortelã e pimentas, 2 vintens.

Essa *pataca*, de tamanho valor acquisitivo, não era facil ganhal-a.

Naquelle tempo, tudo era barato, menos o di-nheiro.

A CAÇA E A APANHA DE FRUCTAS

As mattas, caátinas e taboleiros dos arredores de Natal eram ricos de caças e fructos.

Algumas pessoas davam-se ao mister de caçar no coração das mattas os jacús, grandes como gal-linhas de Angola, os inhambús, as cotias e os tatús e vinham vendel-os á porta.

Era tambem a caça o passa-tempo dos que aos domingos e dias santos e feriados, de bornal a ti-racolo, espingarda ao hombro e terçado á cinta, iam, com negaças e trômpas levar a morte aos inof-fensivos animaes, para comer-lhes os cadaveres.

As familias pobres empenhavam-se, antes, na colheita dos variados fructos, que se encontravam em abundancia nas estações propicias do anno. Formavam grupos, levando cestos, samburás, al-

guidares e outras vasilhas, e intromettiam-se pelas caatingas e taboleiros a apanharem mangabas, mas-sarandubas, guabirabas, camboins, ubaias, cajús, oitis, cajaranas, guajerús, ingás de corda e tantas outras.

Não era só uma distracção, a necessidade encarecia esse passeio, do qual resultava para a pobreza um alimento ou mesmo algum dinheiro para os que vendiam as fructas.

A mais abundante e mais ambicionada era a mangaba, que se colhia de vez e se abafava em casa para amuderecerem, dois ou tres dias depois.

Menino, fui algumas vezes á apanha dessas fructas, trazendo pela alça o meu balaio cheio, e tão contente e satisfeito, como o vencedor de uma batalha, tal o esforço para apanhal-as, de pé, em pé, distanciadas que eram umas das outras as arvores ou arbustos dos quaes pendiam.

E não deixava de correr perigo, pelo ataque inesperado do inimigo: — as formigas de fogo no solo, as cobras nas moitas e as vespas na gallada.

A PESCA

Duvido que houvesse, comparada a Natal do meu tempo, cidade mais abundante em peixes, crustaceos e molluscos.

A pesca exercia-se no mar alto por jangadeiros, que partiam do Canto das jangadas, na Ribeira, mal rompiam as barras, nas madrugada frescas e alviçareiras.

Empurravam seus lenhos fragilissimos, munidos dos seus apetrechos, de terra para a agua, trepavam no seu leito, constituido por seis páos de madeira fluctuante, tomavam seus logares, um na

escota, outro empunhando a pá que servia de leme, abriam a branca vela e lá se iam esses aventureiros ousados, affrontando a furia das ondas e do vento, lançar os seus anzóes na linha em que o céu se cose com a terra.

Nos dias propicios, em que a viração deslizava calma, o peixe accudia ao anzól e elles, os jangadeiros, singravam os mares de volta pela tarde serena e luminosa com os seus samburás repletos e os grandes peixes estendidos a seus pés, com as escamas brilhando, como madriperolas, á luz, já em declinio do sol rumando para o occaso.

Chegavam as jangadas e pareciam satisfeitas de haverem proporcionado aos jangadeiros a felicidade do ganha-pão daquelle dia, na esperança do mesmo succeder no dia seguinte.

Alliviadas da sua carga e trepadas nos rólos eram retiradas dagua para descançarem em terra no seu recanto socegado, com as vellas, que tanto adejaram, enroladas aos mastros, a pingar o salitre, que as burrifou.

A pescaria, no alto mar, nos abastecia dos peixes das mais finas qualidades, — a cavalla, o dentão, a sioba, o pargo, a pescada, a bicuda, o dourado, a corvina, o beijú-pirá, o cação e tantos outros, que se vendiam em postas.

A pescaria nas praias se fazia de arrastão, com tresmalhos e tarrafas, lançados nagua, quando o olho attento e avisado do pescador via ao longe, por certo aspecto que lhe indicavam as aguas, o cardume, que se approximava da costa.

Ora, eram tainhas, que a rêde trazia em abundancia, ora, sardinhas, espadas, palombetas, gallos, carapebas, carapicús, e muitos outros, como o bagre, o baiacú, as agulhas e agulhões.

Duas ou tres vezes por semana, Ponta-Negra nos mandava cassuás de peixes das especies já indicadas e quando da despesca dos curraes, enorme quantidade de charéos, que, não obstante a longitude da travessia, chegavam ainda com vida.

Todo esse peixe era despejado para esteiras, debaixo das gamelleiras do mercado e a sua venda annunciada pelo éco de um grande buzio, soprado por um sujeito de folego, e que estrondava pela cidade silenciosa até os seus confins.

No genero crustaceo, nós tinhamos todas as especies: camarões em abundancia, lagostas, lagostins, carangueijos, siris, aratús, que eram apanhados nos mangues e nos recifes da Fortaleza.

Da classe dos molluscos, possuamos as ostras, os ouriços, os mariscos, as unhas de velho, os polvos.

A população era indolente, porque não precisava de trabalhar.

Não tinha dinheiro, porque este provém do trabalho, mas dispunha da natureza que tudo lhe dava de graça, o que a terra lhe offertava, as aguas prodigalizavam, a floresta offerecia.

Talvez, hoje, com o sopro tardio da civilisação, Natal seja rica, mas inveje os dias da sua pobreza, em que se emballava mollemente á sombra das pitombeiras.

O seu povo não viverá mais alegre do que dantes, cerceado nas suas liberdades, escorchado de impostos e ainda flagellado pelas seccas.

O PORTO DA CIDADE ALTA

Passo da Patria é o unico porto da cidade alta, onde atracavam as canoas, os escaleres, as

lanchas e barcas de pequeno porte, vindas dos differentes pontos, situados nas margens do Potengy, — Macahyba, Guarapes, Ferreiro Torto e alguns outros, conduzindo productos da lavoura, batatas, macacheiras, hortaliças, fructas, laranja, pinha, abobora, canna de assucar, beijús, grudes, tapiocas, camarões torrados, rapaduras, mel de engenho, mel com côco, mel de abelhas.

O caes avançava uns dez metros pelo mar a dentro e era coberto por telhas e ahi se fazia a feira todos os sabbados.

Era servido por uma grande ladeira de accesso fatigante, quasi ingreme, que conheci já calçada, melhoramento que lhe adviria, talvez, pelo anno de 1855, quando fundaram o Hospital de Caridade, à margem direita de quem a desce.

Curioso de saber donde lhe veio a denominação de Passo da Patria, alguém me disse que é porque, pelo tempo da guerra do Paraguay, ahi desembarcavam todos os voluntarios de *páo e corda*, que se destinavam aos batalhões enviados para o sul.

Nunca lhe ouvi chamar por outro nome, que fosse o primitivo.

Recordo-me muito do Passo da Patria, porque era seu frequentador assiduo, nos dias de feira, para saborear as deliciosas cannas de assucar, que, ahi mesmo, descascava e reduzia a pequenos rolos, retirados os nós, e os ia chupando, sentado no paredão do caes, com as pernas descidas para o rio, e atirando o bagaço nagua remansosa.

O MATADOURO

Uma impressão, que guardo viva, de cousas da minha infancia, é a do matadouro de Natal, que vi, vezes sem conta.

Por traz da rua do Fogo, á margem dos mangues do Potengy, um grande quadrilatero cercado por estacas fortes, dividido ao meio por outra cêrca, era o curral. De um lado, os bois, destinados ao corte; do outro, a passagem para o livre transito e para a matança, que se effectuava sob um telheiro, murado nas quatro faces, com uma unica entrada para as rezes, que eram arrastadas, laçadas pelos chifres, e aberto do meio dos paredões até ao tecto, para tornal-o claro e arejado.

A boiada, que vinha do interior para ser sacrificada, permanecia no recinto fechado, noite e dia, até ser toda, ou quasi toda, dizimada, enquanto outra boiada se fazia esperar.

Todos os dias, pelas horas matinaes, um boieiro levava o gado a pastorear e voltava á tarde, na proximidade do sacrificio.

Recolhidos os animaes ao seu cercado, ahi repousavam, em descanso da jornada ao pastoreio, de onde voltavam de pança avolumada, e, deitados, continuavam a digestão, ruminando, de olhos langorosos.

Chegado o momento da matança, o magarefe, de corda em punho, laço já preparado, retirava dois dos páos horizontaes da porteira do curral, entrava e assanhava os bois, correndo de um lado para outro, até que volvendo a corda apanhava a rez pelos cornos com a laçada que se apertava, quanto mais se a esticava.

O boi colhido, advinhando, pelo seu instinto, a sorte que o aguardava corria pelos quatro cantos, cocorveava, olhos accesos, urrava, babava, e, afinal, vencido, era trazido ao mourão, fincado ao centro do matadouro, e ahi jungido com a testa rente ao poste, soffria o golpe, que lhe desferia, com a calma de um bandido, o magarefe.

O instrumento de que se servia esse homem impiedoso era quasi uma durindana, tal a dimensão da faca, que manobrava, a agudeza da sua ponta e o fio da sua lamina.

José, figado branco, como appellidavam o carasco dos bois, empunhava essa faca e a cravava com a força do seu pulso no coração do pobre animal indefeso e uma caudal de sangue rubro jorrava da ferida, ao mesmo tempo que a innocente victima dessa crueldade soltava urros cavernosos de dôr, e lagrimas corriam-lhe dos olhos ennevoados, tremendo, cambaleando e derreando o corpanzil, á proporção que lhe iam afrouxando a corda que o ligava ao mourão, até o baque final, já morto.

Seguia-se a esfolia. O cadaver era posto a geito de se poder tirar-lhe o couro, o que o José fazia com pericia adquirida na pratica de muitos annos e, após, a machado, abria-o, retirava-lhe as visceras e o fato, esquartejava-o e os quartos eram conduzidos nas costas de cavallo ou burros, pendurados em cangalhas, ainda sangrentos, apanhando a poeira dos caminhos e atravessando ruas, até o açougue, para ser a carne retalhada e vendida na manhã seguinte.

Nos dias communs matavam-se duas rezes, do sabbado para domingo, ou nos dias festivos, tres.

Não sabemos agradecer ao boi o que lhe devemos como seus algozes e seus abutres.

Matamol-o para devorar-lhe a carnaça.

Fazemol-o soffrer na vida todas as torturas, a do carro, do vergalho, do aguilhão, da canga, da cangalha, vergado ao peso de enorme carga, eterno paciente, que quando chora, exteriorizando a sua dôr, é quando mais se riem d'elle e aguçam os dentes para roerem-lhe os ossos.

Deus não foi justo com o destino que traçou aos bois, de serem a carniça, ora, dos corvos dos ares, ora, dos da terra, — os homens.

Ha mais de vinte annos, não lhes como a carne.

Deixei de ser abutre.

* * *

Menino, eu ia sempre ao matadouro comprar figado.

Quem o vendia, era uma mulher, paciente como os bois, alta, velhusca, magriça, chamada Joanna, que o povo apellidára de *cará miudo*, sem eu saber porque. Talvez, por comprar ou vender esses tuberculos.

A senhora Joanna tinha contracto, penso eu, para explorar o commercio das visceras, das tripas, do bucho, cabeça, mocotós e rabada.

Retalhava no local o que podia e os residuos levava para casa, afim de serem vendidos, depois de tratados.

As tripas eram sopradas para linguças e algumas das fressuras, que não se vendiam frescas, soffriam a salga e eram postas a seccar ao sol.

A unica viscera que não se vendia intacta era o figado, que *Sinha* Joanna cortava, a olho, em talhadas, conforme o freguez pedia; — quatro vintens, seis vintens, meia pataca, etc.

Os bofes ou pulmões, o figado branco ou pancreas e a passarinha ou baço, consideravam-se comida dos cachorros e o *folhoso* ou segundo estomago, tambem chamado *livro*, disputavam-no as casas de pasto para prepararem as *dobradinhas*, prato da cubiça dos gastronomos. O mesmo faziam com os miolos, para as fritadas, que julgam saborosas; os mocotós, para as mãos de vacca ou *panelladas*, extravagantes, precedidas de apperitivos causticantes, para despertar as energias do estomago, como a genebra da Hollanda e a cachaca de Papary; a lingua para preparar de forno e a rabada para guisar com toucinho e outros adubos.

Nós, em casa, só supportavamos o figado e, isso mesmo, pela necessidade de matarmos a fome.

O BALDO

Não eram muitos os cursos dagua de Natal. Possuia, porém, no arrabalde, chamado *Barro Vermelho*, a lagoa José ou João Phelippe, que despejava suas aguas atravéz de longo percurso, no sitio do *Vigario*, formando rio, que, cortando a estrada, por isso, chamado da *Passagem*, despejava no *Baldo*, e dahi proseguia pelos demais logradouros, passando pela *Bica*, pelo sitio do Dr. Gomes, até confundir-se com o rio Potengy, no mar.

O *Baldo*, um lago de abundante massa dagua, comprido, de uns cem metros, e largo de uns trinta, azulado, sereno, sem marulho, era o refrigerio da população, que nelle se banhava, ás horas matinaes.

Foi ahi que aprendi a nadar. Um balneario de metter inveja a tantos outros, creados pela mão do homem.

Nunca deixei de frequental-o, visinho, que era, morador no *Becco Novo*.

Por mais que procurasse saber a origem do seu nome, ninguém m'a soube dizer. Será, talvez, corruptela de *bardo*, ou *barda*, significando grande camada, ou massa ou quantidade dagua.

E' de alguns logares do norte o vicio ou defeito de trocar, umas vezes, o *r* pelo *l*, e outras, o *l* pelo *r*, estabelecendo confusão e deformando a prosodia de certos vocabulos. Por exemplo; troca de *r* por *l*: Armada — almada; arvore — alvore, — armario — almario.

Troca do *l* pelo *r* — almofada — armofada; almoço — armoço; falsa — farsa; Gilberto pronunciam Girbelto.

Mas não vale proseguir. O *Baldo* da minha adolescencia já não existe. A inopia intellectual dos empreiteiros de minha terra entenderam de mural-o pelas cabeceiras e margens lateraes, e os profundos alicerces que lhe puzeram estancaram as vertentes que o alimentavam. Se o tivessem aformoseado, circumdando-o de mais arvores do que possuia, era um logradouro, não só bello, como de grande utilidade, não só para a pobreza, mas para toda a gente.

O CANTÃO

No fundo da matriz, na Praça da Alegria, esquina da rua de S. Antonio, morava o Cap. José Antonio de Souza Caldas, homem popular e bem-quisto. Desde longa era, reunia todas as tardes, na calçada da sacristia, os amigos, sentados em cadeiras por elle fornecidas e ahi palestravam até o entardecer. Chamava-se a esta reunião e a este logar o *Cantão*.

Roda de conservadores. No Rio Grande do Norte, até á Republica, o conservador excluia o liberal e vice-versa.

Dahi, apreciava-se o movimento da rua, qualquer brinquedo, e criticava-se a vida do proximo. De sorte que nenhum dos circumstantes se animava a retirar-se primeiro. E muitas vezes dispersavam em bando.

O Cap. José Antonio era caridoso, a seu modo, mettia-se a curar com homeopathia a pobreza, que lhe batia á porta. Muito pilherico, muito engraçado, todos o estimavam e por isso a sua morte foi sentida e ninguem mais reviveu o *Cantão*.

A SANTA CRUZ DA BICA — PRECES

No fim do Becco Novo, onde eu morava e antes de chegar á *Bica*, achava-se erecta uma cruz de madeira, de grande dimensão, venerada pelos transeuntes, que depositavam no seu pequeno mealhinho, pregado á peanha, a esportula para a luz.

Esse velho madeiro, conhecido pela denominação — Divina Santa Cruz da Bica — era illuminado, dia e noite, por um pequeno lampeão de vidro, de quatro faces, dentro do qual, em uma

candeia, ardia uma mecha de algodão, mergulhada em óleo escuro de carrapato.

Ao pé desse lenho symbolico, respeitosos se descobriam e ajoelhavam todos para implorar as graças divinas, nos transe afflictivos da população.

Ainda me lembro; assolava medonha a secca de 1869 ou 1870.

Os sertões estavam sendo despovoados e em Natal os *retirantes* morriam de inanição pelas ruas. A população toda, agglomerada em procissão, dirigia-se ao local da Divina Santa Cruz e ahi, ajoelhada e contricta, invocava a clemencia divina para afastar de suas cabeças aquelle tremendo e iniquo flagello.

Uma das preces, que nunca mais esqueci, cantadas, em altas vozes, com doçura e consternação, era:

Pelas vossas cinco chagas,
Pelo martyrio da Cruz,
Tende de nós piedade,
Dai-nos chuva, Bom Jesus.

Está claro que esta angustiosa prece em nada podia attenuar o phenomeno climaterico, que tem o seu cyclo fatal, mas os corações humanos sentiam-se satisfeitos de enviar aos Ceus os seus fervorosos brados, que lhes ditava a fé, e os enchiam de esperança.

De outra feita, grassava com feroz intensidade a epidemia da *bexiga*. O povo estava alarmado com a devastação de vidas e o cortejo de miserias, que invadia todos os lares.

Emquanto escasseavam os recursos da medicina e da hygiene, a população alarmada se congregava em um só blóco, percorria as ruas, com o andor de S. Sebastião aos hombros, ao qual dirigiam preces, como esta:

Martyr S. Sebastião
Que de Deus sois tão amado,
Livrai-nos de toda peste,
Sêde nosso advogado.

FESTAS DO POVO — S. JOÃO E NATAL

Natal não possuia casas de diversões. Um theatrinho de amadores, na Ribeira; outro, na Cidade alta, que ora desapareciam, ora voltavam á tona.

Não havia sociedades recreativas. As festas do povo eram S. João e Natal.

A primeira espalhava alegria em todos os lares pobres ou remediados, que não deixavam de accender a sua fogueira á frente da casa, assar as espigas de milho verde e as batatas doces, no brazeiro encandescente da pyra crepitante.

Dentro de casa, o altar de banquetta, illuminado a velas de cêra, enfeitado com fitas e pannos rendados e flores naturaes, a effigie de S. João ao alto, que parecia risonho.

Entoavam-lhe canticos festivos.

Na sala de jantar a mesa posta, com pratos de cangica de milho verde, bolos de toda a especie, sem olvidar o de S. João, que era servido de preferencia aos convidados.

A alegria communicativa; todos riam, cantavam, tiravam sortes, os rapazes e as moças, para vêrem com quem casavam; os mais, para saberm do futuro que os aguardava, e á meia-noite em ponto, voltavam ao altar, perante S. João, para se mirarem num espelho, que decidiria da sua vida até o mesmo dia, no anno seguinte.

Aquelle que deixasse de vêr, nessa noite, a sua cabeça, podia, desde logo, mandar fazer o caixão mortuario e tel-o em baixo da cama para ser utilisado a qualquer momento.

Mas ninguem deixava de vêr a cabeça no seu lugar.

A festa de Natal era mais da plebe, nas ruas, — o Bumba meu boi, o samba, o maracatú, o batuque.

Muitas familias festejavam o Natal, retirando-se para os sitios dos arredores, levando farneis e ahi passavam o dia á sombra das arvores, improvisando brinquedos ao toque de violões, guitarras e flautas, maviosas como as de Pan.

Um desses sitios tornou-se celebre e entrou tristemente para a historia de Natal: o chamado da *Passagem* ou do Padre Memeu, logo acima da cabeceira sul do Baldo.

Ahi, no dia 11 de Abril de 1838, foi assassinado, dentro da propria casa, que costumava frequentar com as suas amantes, o presidente da Provincia, Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, apellidado — o *Parrudo*.

Dizia-se, ainda no meu tempo, que motivaram esse assassinio offensas pessoas ao Coronel Estevão José Barbosa de Moura,, vingadas, desse modo, por pessoas de sua familia.

Conheci o Coronel Estevão de Moura, já bastante velho, em 1882 ou 1883, sendo eu funcçionario do Thesouro Provincial.

Houve logar a hasta publica dos dizimos do gado e do pescado da Provincia e o Coronel foi um dos arrematantes. Eu servia na Secção do Contencioso, onde se lavravam os termos de arrematação. O Coronel se fazia estimar pelo seu trato affavel e pedio-me para attendel-o com brevidade, porque precisava regressar á casa, no Fereiro Torto, onde o aguardavam outros negocios. Satisfiz o seu desejo com solicitude. Concluidos os termos, o Coronel assignou-os e poudé assim emprehender a sua volta dentro das horas, que lhe restavam. Agradeceu-me, despediu-se e não mais o vi.

Na vespera de S. João desse anno, apenas amanheceu o dia, parou á porta da minha casa, um almocreve, puxando pelo cabestro um burro, trazendo este dois cassuás cheios de espigas de milho verde, um requeijão de manteiga e batatas doces e entregou-me um envelope fechado.

Abri-o; era uma carta em poucas linhas, do Coronel Estevão, pedindo-me acceitar aquella lembrança, como *festas* de S. João.

O Coronel Estevão de Moura foi politico de prestigio na sua época, chegando a ser 1.º vicepresidente da Provincia, nomeado em 12 de Janeiro de 1841, e por tres vezes assumiu a Presidencia: — em 6 de Julho desse anno, em 31 de Maio e 15 de Novembro de 1842.

* * *

As familias, que não se ausentavam, armavam, nas salas de visita, vistosos presepios, com a res-

pectiva mangedoura, e o seu leito de palhas, onde nasceu o menino Jesus, e agora repousava, cercado da virgem mãe e de vaccas, bezerros e ovelhas, que balavam; do gallo, que annunciou, com o seu canto estridente, o extraordinario acontecimento, a grande e luminosa estrella que apontou no céu na mesma hora e guiou até o estabulo os tres maiores reis do Oriente, — Gaspar, Melchior e Balthazar, que, em sua peregrinação, vieram offerter ao predestinado redemptor do mundo, ouro, incenso e myrrha.

A certo momento, irrompiam cordões de pastorinhas, que entravam, entoando lóas e canticos ao som dos maracás, enfeitados com laços de fitas azues ou côr de rosa, distinctivos dos seus grupos.

Entrae, entrae Pastorinhas,
Entrae, entrae em Bethlém,
Vinde ver nascido
Jesus, nosso Bem.

Depois de meia noite, serviam-se mesas repletas das iguarias, proprias da época, os pasteis de carne de porco, o chouriço, os doces seccos, os sequilhos, as castanhas de cajú confeitadas, amendoins torrados e tantas outras guloseimas, de enfarar os appetites mais exigentes.

SERENATAS

Fóra das festas marcantes do anno, a rapaziada se divertia, organisando serenatas, que percorriam as ruas centraes, nas noites de luar ao som

de violões, flautas, clarinetes e pistões, cantando modinhas adequadas, que até as pedras das calçadas se levantavam para ouvir.

Linda deidade
Chega á janella,
Vem ver a lua
Como está bella.

Não era a janella, que se abria, mas a porta, que deixava entrar o bando canôro, para lavar a garganta com um trago de vinho do porto, servido a todos em um copo unico.

Natal, não obstante o desprezo e o máo trato em que a deixava a invisivel Camara Municipal, era bonita e attrahente.

As suas praias, ricas de encantos, as orlavam extensas e caprichosas dunas, cómoros de areia alva, que faiscava aos raios do sol e á luz diamantina da lua, num requinte de scintillações.

A's margens e ao fundo da cidade, estava a matta verde, espelhando as suas sebes orvalhadas pelo sereno da noite, refrigerada pelas brisas do sul e de leste, que sopravam ás primeiras horas da madrugada. Era pequena em seu perimetro mal edificado, mas offerecia proporções para ser uma grande e linda cidade, collocada em posição privilegiada á margem do Atlantico, que a aproxima, mais que as outras do nosso continente, da Africa e da Europa. Tinha que ser e, effectivamente, é, o emporio da navegação aérea.

TERTULIAS FAMILIARES

A falta de gremios e clubs recreativos, comemoravam-se em tertulias as datas mais intimas das familias, os anniversarios natalicios, as de casamento e outras de regosijo dos lares.

Assisti a uma destas, em casa do inspector da Thesouraria de Fazenda, Paulilio Fernandes Barros.

Muitos os convidados. Alegres as physionomias. Os amphitryões transbordavam de gentileza.

Cantavam-se modinhas ao violão, que substitua o piano, instrumento, naquelle tempo raro, recitava-se Dalila, Ashaverus e Vozes da Africa, de Castro Alves, o poeta da época.

Chegou a vez da Senhora Cachareno, esposa do chefe da Estação Telegraphica, que, instada, seguiu do violão e com elegancia e naturalidade, dedilhou-o e cantou estes versos, que reproduzo de cór, talvez, com falhas da memoria:

Minha vida era um lago transparente,
Onde o azul do Céu se reflectia,
Circumdado de ribas verdejantes,
Bafejado de luz e de harmonia.

.
.

Mas, agora, minh'alma se agita,
De continuo e vago receio,
O coração me palpita,
Eu tremo, eu choro, eu anseio.

.
.

Este fogo, este fogo, este calor
E' o amor, é o amor, é o amor.

A sua distincção, a doçura da sua voz, a arte no dedilhar as cordas retezas do violão, grangearam-lhe applausos de grande sympathia.

E ninguém mais se julgou com coragem de proseguir.

Depois de animada palestra, foi servido o chá, que devia coroar a festa.

A VISINHANÇA — OS CASAMENTOS

Na cidade toda, rara era a casa murada. Todas tinham os quintaes fechados, por cercas de varas entrançadas, ou abertos, onde dominavam exuberantes o mattapasto e o fedegoso.

A vizinhança se via de soslaio, colhendo a hortaliça que plantava, o mamão, o cajú, ou deitando no gallinheiro ou no chiqueiro do *capado* as migalhas de comida, que restavam.

Não obstante, não era difficil que cada um soubesse, tim-tim, por tim-tim, da vida do outro, do que dizia, do que comia, do que vestia, tão bem como da sua propria.

Mattos têm olhos; paredes têm ouvidos.

Além disso, as criadas, ás escondidas, se avisavam, conversavam, diziam das pancadas que levavam, das descomposturas, com que eram *mimoseadas*, dos alimentos, de tudo. E as criadas, mocinhas ou mulheres, eram o melhor vehiculo das informações.

O recato das familias era rigoroso. A moça não podia pôr o pé fora do sapato, não podia cruzar ;

as pernas, nem falar alto, nem comer qualquer iguaria á porta ou á janella, nem olhar para rapazes.

Elles para lá, ellas para cá, teriam de constituir uma sociedade de anjos. O namoro era uma cousa indecorosa. Casavam-se, quando os pais queriam e com quem elles escolhessem.

Mas todos esses attentados contra as leis da natureza eram vingados pelo coração e pela carne, algumas vezes, bem deploravelmente, e outras, com as fugas para se consorciarem, fóra do lar domestico, sob o patrocínio de familia amiga, acolhedora.

Encontrei nas lendas da cidade, a de que uma moça, que amava loucamente um rapaz, fóra obrigada pela familia a casar com outro, que ella repellia.

Na noite do casamento, a casa cheia, festança de algazarra, viola e violeiros, um destes comprado pelo rapaz, namorado da moça, e industrializado, tomou da viola e cantou:

Melancia, *Côco verde*

Está p'ra morrer de saudades,

Debaixo do joazeiro,

Onde vocês conversavam.

Côco verde era o rapaz e *melancia*, a moça. Esta linguagem não podia ser entendida por mais ninguém.

A moça, paramentada de noiva, encontrou meios de se ausentar da sala, sem dar na vista dos circumstantes e foi até o joazeiro, onde a esperava *Côco verde*, de perneiras, espóras e chicote, se-

gurando as redeas de dois bucephalos corredores, que, galgados pelos amantes, deram de galope, na escuridão da noite, em demanda de outros climas.

E o *noivo*, eleito pelos paes de *melancia*, e estes, ficaram a vêr navios; e os convidados e os festeiros, a cantar a linda *palinodia*.

Contava-se tambem esta anecdotia:

O Dr. Loló, do Ceará-mirim, foi procurado por um moço, esperto, que pediu-lhe a mão de uma de suas filhas

O Dr. Loló não havia ainda pensado em noivos para ellas.

Chamou-as, entretanto, na presença do rapaz, cujo nome era Manoel, e accenou para que dissessem *não*; falou-lhes: "O Sr. Manoel veio pedir uma de vocês em casamento; qual é a que quer? — Eu não quero, disse uma; eu tambem não, disse a outra. Então Dr. Loló vira-se para o rapaz e diz-lhe: Está vendo Manoelsinho, ellas não querem, não posso satisfazer o seu pedido, embora fosse muito do meu agrado.

E, assim, foi despedido o finório, que pensou arranjar, por esse meio, um pedaço do engenho de assucar do Dr. Loló.

FIGURAS LENDARIAS

Natal possuia suas figuras lendarias, que não deixam de ser interessantes, no revelar o seu espirito, a sua intelligencia vivaz.

Beiete era uma destas. No outro lado da cidade, á margem esquerda do Potengy, havia uma Santa Cruz, no logar Salgado, no Regomoleiro, com seu mealheiro, que fez a cubiça do Beiete.

Elle ajoelhou, bemzeu-se, levantou-se e disse: “Bom dia, minha divina.

— Bom dia, Sr. Beiete, teria respondido a Santa Cruz.

— Minha divina, hoje estou *á nenhuma* e queria contrahir comvosco um pequeno emprestimo.

— Respondeu a divina, pois não Sr. Beiete, estou ás suas ordens.

— Então, com licença, minha divina, e pegou da ferramenta que trazia, violou o cofresinho, apropriou-se do dinheiro, cortejou a divina, e poz-se ao fresco, olhando sempre para traz, com medo do castigo.

Outro typo, Moysés. — Moysés era um preto velho, alto, barba rala, espigado, sempre de botas, sobrecasaca e cartola, de pello arrevesado, occupava um logar qualquer, de servente ou official de justiça nos auditorios da Capital. Um dia vinha em demanda da casa, sobraçando um *livro*, isto é, um dos estomagos do boi, tambem chamado *folhoso*.

O juiz de direito morava na mesma rua e estava á janella e, ao cumprimento que lhe fez Moysés, accudiu, perguntando: — o que levas ahi, é a Biblia? — Elle, rêspeitosamente e rapido, respondeu: — “Não senhor, é o Codigo Penal”.

Havia um tal Antonio *Anequim* que morava, em mancebia, com uma mulher, chamada Maria Antonia.

Esta profligava a conducta do amigo, porque a deixava sem roupa, e exigia, ao menos, uma saia para sahir á rua. Elle, arrebatadamente, empurrou-a e disse:

Saia d'aqui não me amole,
Saia d'aqui vá-se embora,
Saia pela porta á fora

Tres saias, Sinha Maria Antonia, e vá p'ra o diabo.

Outro, cujo nome não recordo, tinha no seu pequeno oratorio um minuscuro S. Antonio de madeira, ao qual accendia velas e fazia oblatas, na esperança de obter o que pedia.

Dias, mezes, annos e o santo a nada attendia, de modo a convencil-o de que estava sendo ludibriado nas suas preces.

Um bello dia, esse senhor comprou um foguete do ar, ajustou á taboca a pequena imagem de S. Antonio, amarrou-a, bem enlaçada, arranhou a escorva do foguete, atacou-lhe fogo, dizendo: "Meu Santo, quem é do Céu e nada póde fazer na terra, vae para o Céu". E lá se foi fendendo as nuvens o foguete com a imagem.

O TRAFEGO — O PRIMEIRO CARRO DE PASSEIO

Natal não dispunha de vehiculos para o trafego da cidade, que, em todas as direcções, se fazia a pé.

Os volumes de mercadorias eram transportados á cabeça e os de maior peso, por animaes, não esquecendo o carro de bois, que rinchava pelas ruas, fustigadas as alimarias com a vara de ferção do boieiro.

Não havia um carro de passageiro, um bonde, uma caleça, um tilbury e ninguem cogitava disso, tão habituados todos estavam de vencer as distan-

cias, caminhando. De mais, as ruas não se prestavam a isso, de esburacadas que eram, e a ladeira, unica pavimentada com pedras pontudas, era a primeira a repellir a idéa.

Os Presidentes da Provincia partiam do Palacio, á rua do Commercio, para a Cidade Alta, afim de abrirem a sessão da Assembléa Legislativa, galgando a ladeira a pé, acompanhados do seu sequito official, e chegavam esbaforidos, suarentos que nem quasi podiam subir as escadas do edificio e finda a cerimonia, tornavam pela mesma rota ao Palacio.

Os enterros se faziam de modo penoso, conduzidos á mão os esquifes, até o cemiterio, longe, por detraz da cidade, onde todos chegavam deitando a alma pela bocca, menos o defunto.

Toda cerimonia, toda diversão, publica ou particular, teria de ser assistida pelos que fizessem o tracto, confiante nas suas gambias.

Os casamentos tornavam-se ridiculos, todos a pé, o noivo e a noiva á frente, os padrinhos e madrinhas ao lado, os convidados atraz, graves, sizudos, atravessando uma rua, outra e mais outra, até chegar á igreja do bairro, para receber a consumação ecclesiastica.

Por muitos annos, foi assim Natal um deserto de todo e qualquer meio de trafegação vehicular. Não posso precisar o anno, mas foi proximo da Republica, em que o Dr. Celso Caldas mandou vir de Recife um carro, já usado, a que atrelou dois cavallos magros e dava-se ao luxo de fazer nelle as visitas aos seus clientes enfermos, os seus passeios pela cidade, as suas idas ao Refoles, onde possuia uma vivenda de repouso.

Digo-lhes que, como seu amigo, gozava desses passeios, mas o carro vivia constantemente concertando as molas arrebetadas pela brusca trepidação nas pedras ponteadas da ladeira, que elle subia e descia todo o dia, pois que morava na Ribeira e tinha seus parentes na Cidade Alta.

Se não me engano, esse carro, depois, servio, algumas vezes, por emprestimo, ás cerimonias officiaes.

VULTOS HISTORICOS E POETAS

Quando nasci, em 1863, Natal aldeã, contava 264 annos da sua fundação e 41 de vida emancipada, que não lhe serviu para progredir, mas para estacionar ou regredir, sob a tutela de administradores adventicios, que não sabiam, não podiam ou não queriam importar-se com a sua sorte.

Emquanto mergulhava nessa situação acabrunhadora, tinha para alegral-a o amor dos filhos, que procuravam engrandecel-a com o seu talento, a sua bravura, os seus inventos, formando uma cohorte de honrosas tradições.

Frei Miguelinho, Nizia da Floresta, Augusto Severo são nomes consagrados na sua historia.

A mocidade rio-grandense é digna de encomios pelo seu esforço e tenacidade com que sabia affrontar as difficuldades, que se lhe antolhavam na conquista do saber.

Os rapazes do meu tempo revelavam-se sempre estudiosos e intelligentes, preparados no latim, no portuguez, na mathematica.

Exercitavam a sua intelligencia, escrevendo contos, novellas e poesias, publicados em pequenos jornaes literarios da época. E não eram poucos

os poetas, a começar pelo velho Lourival, que, quando eu tinha sete annos elle já contava 43 e, desde então, familiarizei-me com o vate, cantor e musico, muito ancho do seu estro e da sua solfa, mas muito descuidado da familia legitima, sacrificada pelas amantes.

Outro poeta, tambem dramaturgo, Joaquim Fagundes, intelligencia viva e primorosa, deixou dois dramas, que eu conheci nos proprios manuscritos do autor: *A mão de Deus* e *a Quêda de um Anjo*.

Joaquim Fagundes era livre pensador, não obstante ir de encontro ás idéas paternas, que não podiam deixar de ser as de um clericalista.

Creio que as obras de Joaquim Fagundes perderam-se, pois nunca li nenhuma referencia a ellas, nem a elle, na imprensa de Natal.

Manoel Gomes da Silva, poeta de folego, muito intrigado sempre com as sotainas.

Urbano Hermillo de Mello, muito fertil, mas muito fraco.

Francisco Herculano, espontaneo e dispersivo. Penso que delle nada existe.

Segundo Wanderley, poeta e philosopho, por natureza e por ser professor dessa materia, no Athenêo Rio Grandense.

A poesia na familia Wanderley era uma tara, transmittida de paes a filhos, a netos e bisnetos, com desvios aos collateraes; Celestino Wanderley, Ezequiel Wanderley, Augusto Wanderley, Palmyra Wanderley.

Henrique Catriciano, poeta, escriptor e politico, irmão da eximia poetisa Auta de Souza.

E tantos outros que fazem o nosso orgulho.

RELIGIOSIDADE

Na vida pacifica de Natal, na pobreza da sua gente, na simplicidade dos seus habitos, na monotonia do seu casario colonial, transparecia a suavidade mystica dos seus sentimentos religiosos.

Eram tres os santuarios da Cidade: — a matriz, — igreja de Nossa Senhora da Apresentação, padroeira da freguezia, — a igreja de Santo Antonio e a de Nossa Senhora do Rosario, e, na Ribeira, a Capella do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, perto do Monte.

Os habitantes as frequentavam para as missas e as orações matinaes e, á tarde, para os terços e novenas, com respeitoso recolhimento.

Ministravam os ensinamentos da religião sacerdotes modestos, cujas palavras, brandas e suasorias, crystallisavam-se no coração. O sino da torre da matriz era o precursor das alegrias e das tristezas. Com os seus repiques, annunciava as festividades e, com o seu dobre a finados, lançava n'alma a magua e a saudade pelos que exhalavam o ultimo suspiro.

Na hora final do dia, quando se apagava a ultima restea da luz arquejante do sol, o sino com tres badaladas, que se espalhavam sonoramente pelo espaço, tocava Ave-Maria e, instinctivamente, homens, mulheres e crianças, faziam o signal da cruz, com os olhos fitos no firmamento.

O bronze do campanario nada occultava do que sabia: incendio, extrema-unção, a morte, chamada apressada de sachristão, a sahida do Senhor Sacramentado, o seu recolhimento de volta do tugurio do enfermo, de tudo o sino nos informava no decorrer do dia.

e, á benção do sacerdote, como termo final, aquella multidão dispersava, mansa e tranquillã, como um rebanho de ovelhas, guiada pelo seu unico pastor — a fé.

Pela decada de 1870, não recordo o anno, appareceram em Natal, dois robustos frades barba-dos, de habito côr de rapé Meuron, grandes rosarios pendentes da cerviz e grossos cordões na cintura.

Eram os missionarios; vinham trazer á população indigena o verbo divino e a benção do Céu.

O povo agitou-se ao primeiro convite para levantar em frente á matriz uma latada, para abrigo das ovelhas do catolicismo.

E, em horas, não houve coqueiro que não ficasse desfolhado, nem matta, que não desse as estacas para a construcção exigida pelos monges.

Em noites seguidas, os levitas dirigiam-se ao povo, que accorria de todos os reconcavos da cidade, para ouvir-os e nada entenderem do que *papa-gueavam*.

Com muito esforço de intelligencia, quando mais exasperado, percebeu-se que o frade ameaçava os incredulos com praga de *totús-pebas* (tatús-pebas) que elle imaginava ser a mais sanguinaria fera das nossas selvas. Foi uma decepção completa a santa missão, que teve a vantagem de mostrar ao povo a ignorancia dos frades barbudos.

A PRINCEZA DO NORTE

Ha 45 annos não vejo Natal, senão em sonhos.

Dizem-me não ser mais aquella modesta aldeã do tempo das minhas peraltices.

Transmudou-se e é hoje com os seus 50.879 habitantes a princeza do norte, possuindo palacios, largas avenidas e ruas asphaltadas, caes do porto, jardins e praças ajardinadas, novos bairros elegantes, Camboim, Tyrol e Petropolis, automoveis, omnibus e tantos outros melhoramentos de que estão tratando, como canalização dagua, esgotto, luz electrica.

A rua da Conceição teve sacrificada quasi toda a sua ala direita, para constituir a praça do palacio do governo.

A rua Grande ou praça André de Albuquerque viu-se livre da Cadeia, que defrontava a igreja, tendo sido removida para fóra das portas da cidade.

No rio Potengy amerissam hydro-aviões e lá para as bandas de Cajú Pyranga e Pitimbú, é o aerodromo dos aviões, com a denominação de Campos de Parnamerim.

Maravilhosa metamorphose.

MINHA VIDA

O SCENARIO

Nasci, em Natal, a 14 de Maio de 1863.

Aos primeiros lampejos da razão, vi, logo, o triste scenario da minha vida, o qual gravou-se-me, de tal modo, na memoria, que, ainda hoje, o recorde com viva emoção.

Éramos seis: — minha mãe, minha avó, minha tia, eu e minhas duas irmãs. Moravamos em um casebre, pequeno, miseravel.

A sua vetustez denunciava ter sido um rancho de páo a pique, coberto de sapê, tugurio, talvez, de algum *pagé* potiguara, antes do descobrimento do Brasil.

Modificado, seculos depois, conservaram-lhe as paredes de *tapon* e substituíram-lhe a cobertura por telhas vãs.

O telhado, porém, ficou suspenso das paredes uns dois palmos, na parte de traz. Por essa abertura entravam a luz solar, a claridade da lua, do relampago, a chuva, o vento, nos dias tempestuosos, e tambem os rouxinóes, ao amanhecer.

Essa lobrega choupana, de chão de barro socado, sempre varridinho por nós, com ramos de vassourinha e fedegoso, para expulsar as pulgas e os bichos de pé, flagello constante dessas habitações, era servida, apenas, por duas portas, — a de entrada pela rua e a de sahida para o quintal, as quaes fechavam-se, por dentro, com taramellas.

Ella tinha, no emtanto, para nós, o encanto e a fortaleza de um pequeno castello.

Era desprovida de moveis: nem camas, nem mesas, nem cadeiras, salvo uma pequena banca tosca, em que minha mãe engommava e dois ou tres caixotes de pinho, que, ás vezes, serviam de assento.

Para almoçar ou jantar, estendiamos no chão uma esteira de palha de carnaúba, onde se punham as chicaras e os pratos e sentavamo-nos, em roda, de pernas cruzadas, a amassar com as mãos os boccados, que levavamos á bocca, sem o auxilio de garfos ou colheres.

Dormiamos em rêdes, de trama e urdidura de fios grossos de algodão, com punhos da mesma materia, que se amarravam pelas extremidades nos portaes ou ganchos das paredes dos quartos de dormir.

Ao levantar, pela manhã, cada um desarmava a sua *tipoia*, retirando da estaca um dos punhos e enrolando-a em trouxa, que ficava pendurada pelo outro punho, encostada á parede.

E nada mais, além dos poucos utensilios de cosinha: alguidares e panellas de barro, colheres de páo, um quengo, um pilão de duas boccas, com a respectiva mão, que servia para pulverisar os grãos de café torrado e para fazer as passocas, que

comiamos, um espeto e uma grelha, um fogareiro, um par de ferros de engommar e um abano.

A um canto, um pote de barro, que se enchia d'agua, da qual todos bebiam, tirando-a com uma caneca de folha de flandres, que servia, ao mesmo tempo, de copo.

Viviamos, ahi, na mais estreita communhão de soffrimentos, supportando as agruras da pobreza, sem, todavia, desesperar da sorte.

Para o pauperrimo orçamento domestico, só contribuiam, com o seu esforçado labor, minha mãe e minha tia, ajudadas por minha avó, que se encarregava dos serviços caseiros.

Eu e minhas irmãs, embora peso morto, auxiliavamos, como podiamos, o trabalho da colmeia, ora abanando as brazas do fogareiro, para esquentar, mais depressa, os ferros de engommar, ora enrolando em novellos a lã ou a linha para as obras de ponto de meia ou de malha.

Minha mãe, em cujo semblante, muito joven, transparecia a serenidade da sua resignação, occupava-se de costurar para fóra e minha tia, de engommar, o que tambem, ás vezes, fazia aquella, ajudando esta.

Comprehendia minha mãe a responsabilidade do nosso sustento e educação e esgottava-se no seu afan diario, que, se estendia, não raro, pela noite, cosendo, bordando ou fazendo crochet, á luz mortíça de velha candeia de sebo.

Por vezes, pondo a cabeça fóra da rêde em que dormia, alta noite, a vi chorando baixinho, para não ser escutada, o que nunca surpreendi de dia, apresentando-se sempre animada para o trabalho.

Tudo o que era possível para augmentar a receita, afim de attender ás despesas crescentes do pequeno lar, era tentado por todos, aproveitando as oportunidades e as épocas.

Assim, pelo carnaval, primitivamente, caracterisado pelo entrudo grosseiro, encharcando os transeuntes com bacias d'agua, umas vezes, e outras, jogando *limas de cheiro*, que, a principio, se faziam de cêra e, algum tempo mais tarde, de borracha do Pará, todos nos empenhavamos na factura das *limas*, para serem vendidas a dois *vintens* cada uma, do que resultava, abatidas as despesas com a materia prima, insignificante saldo, que não recompensava a insana lida, mas, em todo caso, garantia a alimentação do dia.

Não quero furtar-me á descripção do fabrico das *limas*, quer na sua primitiva phase, quer na ultima.

Para as de cêra, compravam-se velas das de altares e se as derretiam em vasilha de louça, mergulhando nella pequenas fôrmas de madeira, que permaneciam n'agua, enquanto as velas se liquefaziam ao fogo. Essas fôrmas representavam, cada uma, metade da *fructa*, de sorte que, unidas, uma a outra, completavam-n'a.

A cêra líquida, ao contacto da fôrma humedecida, adheria a esta, sem, todavia, agarrar-se-lhe, o que facilitava a deslocação da *casca* ou camada cerosa, que se retirava intacta.

Obtidas, por esse artificio, as *casquinhas*, que eram deixadas a condensar, pouco depois, fazia-se o ajustamento de uma a outra, soldando-se-as pelas margens com a propria cêra derretida, usados, nesse mister, pinceis ou pennas de gallinha, e, por um

pequeno *orificio*, que depois se tapava, enchiam-se as *limas* de agua perfumada. Dispostas em taboleiros, enfileiradas, sem se sobrepôrem, attenta á sua fragilidade, eram vendidas á porta da rua aos transeuntes, que se divertiam.

Mais rendoso e não menos interessante, era o preparo das de borracha. Compravam-se *tijolinhos* dessa materia e se os conservavam mergulhados nagua para facilitar a desadherencia das camadas delgadas ou pelliculas, que os constituíam, retiradas com o auxilio de pequeno canivete ou da propria unha.

Dobrava-se cada pellicula e se a *cosia* pela margem, em que se ajustavam as duas bandas e pelo fundo, por simples compressão dos dentes.

Preparadas, assim, as capsulas eram cheias de agua perfumada e colorida de varios matizes, por meio de uma seringa ou bomba de folha de flandres, a cujo jacto se elastecia a borracha, tomando a forma redonda ou oblonga, fechando-se a extremidade superior com fio forte, ou linha, ou mordedura.

Eu tomava parte, com o maior denodo, em todos esses serviços e era o *homemzinho*, a quem minha mãe confiava os mandados da rua.

Quando não tínhamos de jejuar, por falta de dinheiro, eu ia pela manhã cedo comprar o pão, a manteiga, o café e o assucar, para o almoço e a seguir, a carne, a farinha, os legumes e mais generos, que se vendiam com abundancia e fartura, ao ar livre, na feira, em frente ao mercado.

Nesse tempo, não era facil ganhar dinheiro e qualquer trabalho, principalmente, o manual, era

mesquinamente remunerado e nem sempre encontravam o que fazer as mulheres, mesmo tratando-se de trabalhos de agulha.

Em compensação, a moeda circulante tinha grande poder aquisitivo e com pouca pecunia, obtinha-se no mercado, quantidade de generos nativos, como não seria possível adquiril-os, hoje, com somma dez ou vinte vezes maior.

O URUBÚ DO VIGARIO

Nunca deixei de dar cabal desempenho ás incumbencias de minha mãe, graças ás sympathias, que me dispensava a gente do mercado.

Só um dia, cheguei em casa sem o toucinho, para a panella.

Havia na cidade, pertencente ao vigario da freguezia, um corvo luzidio, de colleira e crista vermelhas, já familiarisado com o povolêu, que não lhe atirava pedradas. Percorria a cidade em vôo baixo, mas, habitualmente, agachava-se no beiral dos telhados, premeditando assaltar os incautos, homens, mulheres ou crianças, que conduziam cousas de sua cubiça e appetite.

Nesse dia, coube-me a vez. O urubú do vigario, como vulgarmente era conhecido, sem que eu o presentisse ao passar, deu um vôo certo por cima da minha cabeça e sacou da cesta das compras o naco de toucinho, que eu havia comprado e vinha logo á superficie, tornando, célere, á sua pousada.

Se eu dispuzesse de *dois vintens*, quanto custou o adubo, teria comprado outro pedaço e não responderia pela minha imprevidencia, perante minha mãe, que, felizmente, limitou-se a achar graça e tratou de arranjar tampa para a cesta.

A ESCOLA

Já, então, aos sete annos, me havia *desasnado* na carta do *a b c*, tarefa desempenhada por minha madrinha, filha da unica irmã de minha avó.

Passei a frequentar escolas publicas, que, naquelle tempo, eram casas de supplicio. Matriculei-me em uma, installada no consistorio da egreja de S. Antonio, logo depois, transferida para a Ribeira. Tive, então, de ingressar na outra, na cidade alta, que funccionava em uma das salas posteriores do Athenêo, regida pelo professor José Ildefonso Emericiano.

Homem robusto, acaboclado, severo, apaixonado pelo seu magisterio, não relevava a menor falta, exigindo que os alumnos soubessem, como elle, ler, escrever e contar, sem pestanejo.

Possuindo lindo talhe de letra, procurava transmittil-o, distribuindo traslados manuscriptos de seu proprio punho e para estimular os meninos, designava-os, dois a dois, para apostarem a escripta.

O resultado foi que os seus alumnos adquiriram excellente calligraphia, sem enveredarem pelos methodos confusos da actualidade.

Ainda hoje, não obstante o insulto hemiplegico, que comprometteu-me a mão direita, atravez das minhas *garatujas*, vejo, com prazer, surgirem os caracteres de outr'ora.

O professor *Zuza*, como o chamavam em familia, era rispido, sem ser deshumano e tinha a feição da gente boa do seu tempo. Aprendiamos de cór a taboada e a sabiamos na ponta da lingua e ai do refractario, que tinha de gemer na palmatoria.

Nos dias de *roda*, nos reuníamos em torno da mesa e começava a arguição, que a todos attingia, sendo o alumno, que não respondia, castigado a bolos pelo collega, que lhe dava o *quindáu*.

O professor não admittia vícios, nem cacoetes, na leitura; esta havia de ser elegante, corrente, sem entonações, intermittentes, gritantes, ou chorosas, de canto-chão.

Ainda hoje, quando recordo-me da taboada de Pythagoras, dos vintens, tostões, patacas e crusados, que já ninguém mais sabe, lembro-me dos bolos que apanhei para aprendel-os e dos puxões de orelhas, as quaes algumas vezes sangravam, feridas pelas unhas crescidas e bem tratadas do mestre, e vejo diante dos olhos, com saudade, a figura serena desse homem, a quem perdoo de todo coração as sevícias, que me infligio, pelo bem que me prodigalisou!

Por difficuldades, já sabidas, tive de completar os estudos primarios na escola nocturna de Natal, não sem sacrificio, indo ás 7 horas e voltando ás 10 da noite, arrostando as intemperies e muitas vezes mal alimentado. Mas afogava no somno as privações da vespera, esperando as primicias do dia seguinte.

O TYPOGRAPHO

Aos 12 annos, sabia o que se ensinava, naquelle tempo, no curso primario e comprehendia já a necessidade de cooperar com o meu esforço para amenisar as asperezas da nossa situação domestica.

Devia associar aos meus parcos conhecimentos alguma arte ou officio, que me abrisse a estrada da vida.

A esse tempo, Natal era uma aldeia, dotada de exuberante e luxuriosa natureza, mas balda de todos os recursos.

Commercio escasso; artes raras, representadas por uma banda de musica, do mestre Prudencio, unica, para as festividades officiaes e religiosas; pedreiros, carpinteiros, marceneiros, sapateiros, ferreiros, funileiros, eram colonos ou curiosos sem escola, nem officina.

Nada a escolher, que offerecesse futuro.

Ou soldado de policia de bayoneta enferrujada á cinta, ou pequeno lavrador, endemiado, abrindo vallas e semeando ao sol e á chuva para colher os fructos do solo feraz e amigo.

Havia, entretanto, na rua, em que moravamos, uma typographia, onde se imprimia, semanalmente, o "O Conservador", órgão do partido politico desse nome.

A officina estava aberta diariamente. De todas as vezes que eu passava por ella entrava, a principio, furtivamente, e permanecia a olhar com muito interesse e curiosidade o material, caixas, caixetas, typos, componidores, galés, galeões, rôlos, pinças e ia-me inteirando dos seus nomes, por ouvir pronuncial-os os poucos officiaes, na azafama do trabalho.

Minha visita, tão frequente, já me permittia uma tal ou qual familiaridade com o pessoal, ao lado do qual permanecia attento para vêr como era que elles compunham as palavras, que dos autographos passavam para os typos. Via que estava escripta, por exemplo, a palavra — natureza — e com os olhos fitos na mão do compositor, não obstante a destresa desta, acompanhava a collecta que elle fazia na caixa, typo por typo, e já gravava

na memoria a situação de cada letra, que era diversa e salteada.

A *caixa* era um grande quadrilatero, repartido, internamente, em tantas *caixetas*, quantas as letras do alphabeto, os signaes de pontuação, os algarismos, traços, linhas de união, quadrados, quadradi-nhos, espaços, etc.

Para o neophyto ou simples intruso curioso, como eu, isso representava um labyrintho intrin-cado, tanto mais quanto as mãos dos compositores pareciam accionadas por motores electricos.

O *mestre* da officina, como chamavam o direc-tor ou gerente, que tambem tinha a sua *caixa*, era um mulato escuro, que desempenhava bem o seu officio, educado, asseiado, sobrio e circumspecto.

Delle não me approximava receioso de ser do seu desagrado a minha presença, onde era vedada a entrada aos estranhos.

Tantas vezes, porém, elle condescendeu em vêr-me, que, um bello dia, dirigiu-se-me, para per-guntar se eu queria aprender a arte typographica.

Respondi-lhe que era meu desejo, mas iria con-sultar minha mãe.

“Vá, disse-me, e se ella estiver de accordo, venha para nossa companhia. A arte é muito ingrata, não dá recursos para viver; só para o futuro”. Como sempre appellei para esse desconhecido, che-gando em casa, não consultei, dei como já assenta-da a minha aprendizagem e logo, no dia seguinte, iniciei-a, apresentando-me ao *mestre* Cordeiro.

Destinaram-me, para ir praticando, a *caixa*, unica, sem dono, dos typos italicos, que guardavam a mesma ordem e distribuição das outras.

Com o pouco conhecimento que já havia ad-quirido, como intruso, em tempo, relativamente cur-

to, decorei todas as pequenas localidades dos caracteres typographicos, letras, signaes, algarismos, symbolos, etc.

Entrei, então, a compôr. Não encontrei difficuldades em fazel-o, embora morosamente, por falta do treno manual.

Em muito pouco tempo, porém, tinha devassado o segredo da arte e dominava o seu apparelhamento material.

Compunha, decompunha, tirava e emendava provas, paginava e até imprimia, não obstante ser de manejo pesado o prelo, que eu penso ter sido o primeiro inventado.

Achava em tudo isso um encanto, que, mesmo trabalhando muito, de dia e algumas vezes á noite, não sentia enfado.

Mas não era remunerado o meu trabalho. Não tinha salario certo. Dos serviços avulsos, quando havia, cabia-me uma migalha.

Foi, então, que lembrei-me das palavras do mestre — “a arte era ingrata e não dava para viver”.

Abandonei-a, em fins de 1878, depois de ter perdido uns tres annos de labor.

OS PREPARATORIOS

Matriculei-me, em Janeiro de 1879, aos 15 annos, no curso secundario do Atheneo Rio Grandense do Norte. Em Novembro prestava os exames de Portuguez e Francez, com approvação plena naquelle e distincção neste.

Cursei, em 1880, as aulas de Inglez, Arithmetica e Geometria; submetti-me aos exames em Novembro, sendo approvado plenamente nas tres materias.

Interrompi ahi o curso, para só reatal-o em 1884, quando fiz os exames de Latim, Philosophia, Geographia, Historia Geral e Rhetorica, e, em 1885, Algebra, sendo approvado plenamente em Latim e com distincção nos demais.

CANDIDATO A UM CONCURSO

Em começo de Junho de 1881, vi publicado edital, chamando concorrentes a duas vagas de Practicante no Thesouro Provincial, com o prazo de sessenta dias para as inscripções.

Deliberei, desde logo, ser candidato e tratei de inscrever-me e aperfeiçoar-me nas materias exigidas.

Decorrido o prazo, achavam-se inscriptos: — um candidato, sobrinho do secrectario do Presidente da Provincia, outro, filho do Contador do Thesouro, o terceiro, cunhado do medico, inspector da Saude do Porto, e eu, que não era de ninguem.

Parecia a muita gente que o meu esforço seria baldado, por não dispôr de apresentações.

Nesse tempo não havia pontos de vespera e a mesa examinadora só se conhecia no acto das provas.

Chegou, afinal, o dia aprazado, 4 de Agosto de 1881, em que teve inicio o concurso.

Recolhemo-nos á sala da Inspectoria, que logo se tornou secreta, vedada a qualquer pessoa estranha.

Eram tres os componentes da mesa, — os examinadores de portuguez e arithmetica e o presidente, o proprio chefe da repartição, cuja figura impunha-se ao actamento e respeito dos candidatos.

Sorteado o ponto para a primeira prova escripta — portuguez, e distribuidas as folhas de papel rubricadas pela trindade examinadora, entramos a destrinçar o trecho que nos foi dictado, para ser analysado, logica e grammaticalmente, em todas as suas orações, principaes, subordinadas e incidentes, integrantes, restrictivas, explicativas, etc., como se exigia então.

Em meio á prova, cortando o silencio da sala, levantou-se o filho do Contador e pedio para retirar-se, por subito encommodo de saude, não deixando nada feito que pudesse ser aproveitado.

Continuamos em dias consecutivos as outras provas, sem que nos fosse dado conhecer nenhum resultado, confiando cada um no seu proprio esforço intellectual.

Dois ou tres dias depois, soube-se que os tres candidatos foram classificados em identidade de condições, subindo as provas ao Palacio do Governo para serem apreciadas pelo Presidente da Provincia, que as julgaria em definitivo.

Eu, porém, tive quem me dissesse, particularmente, que essa solução resultava do facto de divergirem os membros da mesa, quanto á classificação gradativa dos candidatos, disputando um dos examinadores o primeiro logar para o sobrinho do Secretario da Presidencia e o outro, para o cunhado do inspector da Saude do Porto, sendo ambos contrariados pelo presidente da banca, que achava caber-me o logar.

O FUNCIONARIO PROVINCIAL

Durante dezesete dias, tudo permaneceu em sigilo e eu julgava que esse silencio me fosse desfavoravel.

No ultimo desses dias, fui procurado em casa por um continuo da Secretaria do Governo, portador da guia para recolher os emolumentos do titulo da minha nomeação.

Eu e os meus transportamo-nos de alegria até ás lagrimas.

Mas logo, assaltou-me a horriavel idéa de não poder pagar os emolumentos e mais despesas, para que me fosse expedido o titulo.

Não dispunhamos de nenhum dinheiro e nem tinhamos parentes em condições de auxiliar-nos. O recurso era bater á porta de algum estranho. Não vacillei, porque não havia tempo a perder e encaminhei-me para o escriptorio do consul portuguez, em Natal, Joaquim Ignacio Pereira, que era tambem commerciante, a quem mostrei a guia e expuz a minha precaria situação.

Elle ouviu-me attenciosamente, com sympathia, e limitou-se a perguntar-me qual a importancia de que precisava e fixando-a eu em setenta e cinco mil réis, elle abriu a porta do cofre que se achava, apenas, encostada e deu-me o dinheiro, sem exigir recibo, limitando-se a uma simples nota que tomou em papel avulso e guardou na area.

A figura desse homem cresceu aos meus olhos como a de uma divindade, que vinha libertar-me de um passado sombrio, de privações e pobreza, e ainda hoje rendo á sua memoria o meu preito de eterna gratidão.

Claro que saldei o meu debito material no menor tempo possivel, dois mezes depois, e, ainda por essa occasião, mostrou-se generoso, querendo dilatar o prazo, o que não acceitei, fazendo questão de obviar-me desse compromisso de honra, o primeiro e o maior da minha vida.

Logo que tive em minhas mãos o dinheiro, fui celere pagar as despesas do titulo e este me foi expedido, assignado pelo Presidente da Provincia, cujo nome cito com reverencia, Dr. Satyro d'Oliveira Dias, em 24 de Agosto de 1881.

Nesse mesmo dia tomei posse e entrei em exercicio do cargo, abrindo-se para mim e para os meus uma nova era feliz, que foi o primeiro marco da estrada da minha vida publica.

Entreí para o Thesouro pela mão dos Fados.

Em nove annos, occupei todos os postos, menos o de primeiro escriptuario, porque, logo do de segundo, fui promovido a Contador, o cargo culminante e ultimo da carreira.

Moço, contando apenas vinte sete annos de idade, não me conformava com a idéa de ali permanecer pelo resto da vida, sem mais aspirações, sem mais estimulos.

Coincidiu com a minha nomeação de Contador, no anno de 1889, a proclamação da Republica e eu que, em 1884, havia prestado concurso para logares de segunda entrancia na Fazenda Geral, logrando excellente classificação, vali-me do prestigio pessoal de um amigo, junto ao Ministro da Fazenda do Governo Provisorio e tive a satisfação de ver-me nomeado, por titulo de 7 de Junho de 1890, segundo escriptuario da Thesouraria de

Fazenda de Pernambuco, pedindo em consequência exoneração de Contador do Thesouro da minha terra natal.

O FUNCIONARIO FEDERAL

Em 6 de Agosto de 1890, apresentei-me á Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, assumindo o exercicio do logar de 2º escriptuario.

Mas, em virtude de ordem telegraphica do Ministro da Fazenda, de 10 desse mesmo mez, tive de seguir para a Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Norte, afim de tomar contas das despesas com os soccorros publicos, nesse Estado, onde permaneci até 27 de Junho de 1891, por ter sido nomeado 2.º escriptuario da Alfandega do Pará, por titulo de 17 de Abril desse anno.

Essa deslocação fez-me interromper os estudos de Direito, começados em 1887, e só me foi possivel reatal-os em 1893, por ter voltado a Pernambuco.

Em Recife, a cuja Alfandega fui addido, o que me facilitou concluir o curso de Direito, casei-me no dia 5 de Dezembro de 1894, e, desfeita a addicção, voltei á do Pará em 27 de Fevereiro de 1895 e ahi permaneci até 23 de Junho de 1896, por ter sido nomeado, por decreto de 11 de Maio, segundo escriptuario da Alfandega de Pernambuco, em cujo exercicio entrei em 1º de Julho, tendo sido, a seguir, promovido a primeiro escriptuario dessa repartição, por decreto de 14 de Setembro de 1898.

Pouco durou a minha estada em Pernambuco, porque, em 10 de Junho de 1899, fui desligado para ir occupar o cargo de Delegado Fiscal do Thesouro Federal, no Paraná, nomeado por decreto de 29 de Maio, cujo exercicio assumi em 31 de Julho subsequente.

Fui obrigado, neste cargo, a pôr em prova as minhas energias, na repressão de abusos e de fraudes inauditas, acobertados os seus autores com o manto da politica.

No periodo de dois annos e meio, que me pareceram seculos, trabalhei incessantemente, reorganizando os serviços da repartição, que jaziam no maior descalabro. Processei dois thesoureiros, — um que o era tambem da Caixa Economica, — este, por um desfalque de 400 contos de réis, e — o outro, pela introduccção de estampilhas falsas na circulação, já vendendo-as nos *guichets* da propria Delegacia, já enviando-as, para serem vendidas, ás collectorias do interior. A estes dois peculatórios, veio juntar-se o quartel-mestre do 39 Batalhão de Infantaria, que conseguiu, por meio de pretos falsos, retirar do Cofre da Delegacia a somma de 178:000\$000, com a connivencia, é claro, de alguns funcionarios.

Paguei a audacia do meu esforço com a guerra que moveram-me os implicados e seus parentes, todos bem relacionados e com ligações na politica local.

O chefe politico, de grande prestigio, tornou-se, logo no inicio de minha administração, meu desaffecto, por ter eu lhe recusado a demissão de um Collector, que era um dos exactores mais probos e pontuaes na prestação das suas contas, mas tinha

o grande defeito de ser adversario da facção dominante.

Esse chefe politico era senador da Republica e procurou retirar-me do Paraná, junto ao Ministro da Fazenda, sem dar a perceber o seu interesse pessoal ou partidario, antes, elevando-me e considerando-me merecedor de maior destaque, com a designação para chefiar repartições de primeira ordem.

E com surpresa minha, certo dia, no auge do processamento administrativo, recebi um telegramma do Ministro, Joaquim Murtinho, que, talvez, tivesse comprehendido o alcance daquella insistencia, consultando-me se acceitava a Delegacia do Thesouro no Pará.

Respondi que me sentia muito lisonjeado com a consulta e era para mim grande honra ter de chefiar uma repartição de primeira ordem, mas considerava inopportuna a minha retirada, no momento, em que me achava, por não estarem ainda ultimados os processos contra os defraudadores da Fazenda, de que já dera conhecimento ao Thesouro.

Quem não approvou a minha resposta foi minha mulher, que viu na consulta do Ministro attendidas as suas preces ao santo de sua predilecção, para deixarmos Curityba, em face do ambiente de intranquillidade que lhe creavam as constantes ameaças de que eram portadoras cartas anonymas.

O ministro silenciou e eu, vencendo todos os obstaculos, oppostos, ora pelas autoridades, ora pelos militares, conclui os processos e submetti-os á acção da Justiça, dando immediata sciencia ao detentor da pasta da Fazenda.

Exerci o cargo de Delegado Fiscal no Paraná até 24 de Dezembro de 1901, quando o passei ao

meu substituto legal, por ter de seguir para a Bahia, afim de assumir identicas funcções, nomeado por Decreto de 4 de Setembro daquelle anno.

Quando, em Setembro, circulou a noticia da minha nomeação para a Bahia, os defraudadores a consideraram um triumpho politico do seu partido e do seu chefe.

Chegando isso ao conhecimento do Ministro da Fazenda, este recommendou-me, em telegramma de 4 de Novembro, que não passasse o exercicio ao meu substituto sem nova ordem, a qual veio em 10 de Dezembro, depois de conclusos os processos dos responsaveis, nos seguintes termos: "Se vossa presença ahi não for mais necessaria, podeis passar o exercicio ao vosso substituto, afim seguides Bahia".

Escapei illeso das ameaças de morte e das pancadas, tantas vezes promettidas pelos meus des-affectos, mas, com surpresa minha, quando o trem em que, de regresso, viajavamos, approximou-se de Paranaguá, estourou no ar uma gyrandola de foguetes, com bombas de assobio, saudando a nossa passagem, pelo ultimo trecho da maravilhosa via ferrea, trabalhada pelo ingenho do inolvidavel Rebouças.

Era uma alegre e delicada *despedida* anonyma, que nunca esteve no cartaz das intimidações.

Com destino á Bahia, desembarquei no Rio de Janeiro e apresentei-me ao Ministro, Joaquim Mur-tinho, para receber suas ordens.

Este, depois de me fazer esperar algum tempo em seu gabinete, enquanto attendia a politicos,

permanecendo ainda algumas pessoas, encaminhou-se para mim, que o esperava de pé e sem demora disse que eu não seguiria para a Bahia, por precisar dos meus serviços na Recebedoria da Capital Federal, para a qual o Governo ia nomear-me Director interino.

Pedi permissão para ponderar-lhe que era eu apenas 1.º escripturario da Alfandega de Pernambuco, inferior em categoria ao sub-Director e até mesmo a 1.º escripturario da Recebedoria e como a lei estabelecia que nas nomeações de chefes de repartição fosse respeitada a hierarchia administrativa, a minha nomeação infringiria este preceito.

Replicou-me que, tratando-se de cargo de livre nomeação do Governo, este podia preencher-o por quem fosse da sua inteira confiança.

No dia seguinte, 21 de Janeiro de 1902, o "Diario Official" publicava o Decreto de minha nomeação e outro, tornando sem effeito a de Delegado Fiscal na Bahia.

O "Jornal do Commercio" do dia subsequente, em uma de suas *varias*, criticou o acto do Governo com o mesmo argumento da minha ponderação ao Ministro, mas ficou por isso mesmo, até que, por decreto de 17 de Junho do mesmo anno, fui nomeado primeiro escripturario e, por outro de 28 de Maio de 1904, conferente da Alfandega do Rio de Janeiro, sem interrupção do exercicio do cargo de Director da Recebedoria.

E' sempre penoso exercer função administrativa em repartições publicas e, principalmente, nas de Fazenda, depois da Republica.

Vi, logo de começo, que teria de lutar e trabalhar muito para normalisar os serviços da Recebedoria, que se achavam em grande atraso.

Assumi a função em 22 de Janeiro e no dia 1º de Fevereiro devia ter lugar a cobrança do imposto de indústrias e profissões, sem, entretanto, haver sido iniciado o respectivo lançamento.

Foi preciso addiar a arrecadação para Março e só á custa de muito esforço e trabalho, diurno e nocturno, pude vencer este primeiro obstaculo.

Dentro de algum tempo e graças ao prestigio que me dispensou o Ministro, não me negando as medidas solicitadas, até mesmo as de character pessoal, a situação se normalisou e permaneci á frente da repartição por espaço de quatro annos, quando por decreto de 17 de Fevereiro de 1906, fui nomeado para exercer em commissão o cargo de inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

Era um novo Calvario, que me estava preparado.

No Brasil, a politica e a imprensa conseguem do Governo tudo quanto querem.

O funcionario, que desempenhava as funções de inspector, era velho servidor e dos mais competentes, o que, entretanto, não o preservou de cair no desagrado de um vespertino, que lhe movera cerrada campanha de descredito. Sem apurar as faltas que lhe attribuiam, o Governo achou logo de afastal-o, expondo-me aos mesmos golpes dos descontentes.

E de facto. Fui hostilizado, desde o dia da posse, pelos proprios collegas, que a ella não compareceram.

A Alfandega, porém, resentia-se da falta dos materiaes e aparelhamento indispensaveis aos serviços das Capatazias e do expediente interno.

A grita se fazia, principalmente, em torno das descargas das mercadorias estrangeiras, importadas para o consumo.

Nessa epoca, as descargas das mercadorias se faziam em plena bahia de bordo dos vapores para embarcações abertas, catraias, que vinham para a Doca, descarregal-as, por sua vez, dependendo a presteza desse serviço de uma série de circumstancias embaraçosas.

A Doca fôra construida em 1870 para attender a importação e cabotagem daquelle tempo, com um numero insignificante de guindastes a vapor, de wagonetes para a internação das mercadorias nos armazens, etc.

Além disso, todo o serviço era feito ao ar livre no caes, dependente do bom ou máo tempo, de sorte que nos dias invernoses, paralytava, com evidente prejuizo para o commercio.

Relatei o facto ao Ministro e consegui que o fosse averiguar *de visu*, ficando, assim, salva a minha responsabilidade de administrador.

Remediei o possivel, dentro da escassez das verbas orçamentarias, substitui o material rodante imprestavel, activei o trabalho, prorogando-lhe as horas, etc.

Emquanto isso, tomava medidas de caracter fiscal, uma das quaes a conferencia, dentro de um armazem a esse fim exclusivamente destinado, das mercadorias de *despacho sobre agua*, que, então, se fazia nas proprias catraias, fundeadas no meio da Doca, o que importa dizer que não eram conferidas.

Esse meu acto doeu ao commercio, como se lhe houvessem mettido o dedo na chaga. Levantou uma tempestade de reclamações, vehiculadas pela

Associação Commercial e pelas Companhias estrangeiras de vapores, solidarias com aquella e secundadas pelo "Jornal do Commercio", de grande prestigio no meio official.

Mas meu acto ficou de pé, até o termo da minha administração, produzindo os resultados que eu esperava.

Sahi, com o governo, que me nomeara, pela porta do 15 de Novembro, que se me abriu como salvaterio.

Deixei a inspectoría da Alfandega, extenuado, no proposito de entrar no gozo de ferias para repouso.

Mas foi baldado o meu intento, porque, logo, no dia 16, recebi do Ministro David Campista convite para ser seu Official de Gabinete, do que não o pude demover, não obstante allegar o meu estado de saude abalada.

Não conhecia o Dr. Campista e a primeira vez que com elle tive contacto foi por occasião da visita que, em sua companhia, fez á Alfandega o Ministro Bulhões, nas vespas de deixar o Ministerio.

Percorremos todas as dependencias, e, por fim, a Ilha Fiscal, em revista ao Corpo da Guarda aduaneira e alli almoçamos.

Vimos todos que o Campista, a quem já inculcavam como provavel detentor da pasta da Fazenda, no governo Affonso Penna, recebera boa impressão dos serviços e da disciplina da Guarda-Moria.

Estava eu integrado na burocracia, como collaborador anonymo da alta administração.

O Ministro Campista vinha da Camara dos Deputados, do grupo, que as galerias denominavam "Jardim da Infancia".

Era um formoso talento e um orador primoroso, cujos discursos encantavam pela suavidade da expressão e torneio da phrase.

Como todo Ministro, era um theorico da administração, sem nada conhecer da legislação e da technica do trabalho.

Tinha, porém, a virtude de não ser presunçoso, nem impostor.

O que não sabia, perguntava.

Imbuído do espirito da politicagem mineira, estava sempre propenso a attender o que os politicos lhe exigiam, mas recuava, desde que se lhe objectasse com a lei.

Para exemplo, cito um caso.

Um politico de Guaratinguetá, chefe influente, a deputado federal, José Lobo, seu amigo e companheiro, na Camara, foi ao seu gabinete e solicitou-lhe a demissão do Collector das rendas internas daquelle municipio, naturalmente por ser seu adversario.

Campista mandou-o logo á minha mesa com uma nota para serem lavradas a demissão e a nomeação do outro, que ia preencher a vaga, devendo os actos ser publicados no "Diario Official" do dia seguinte.

Sahio o solicitante e mandei lavrar as portarias para serem assignadas e, promptas, fui levá-las, aguardando um momento em que estivesse só.

Ao entregal-as, perguntei qual o motivo da demissão e se havia processo administrativo contra aquelle exactor.

Respondeu com simplicidade que não havia nada, era sómente para attender a interesses da politica de São Paulo.

Respeitosamente, mostrei-lhe o Regulamento das Collectorias.

Este dizia que o exactor, uma vez em exercicio, tendo prestado fiança, só podia ser destituído do cargo, mediante processo, em que ficasse provada a sua falta de exacção.

Elle tomou-me das mãos o Regulamento, escançou no nariz o *pince-nez*, leu o que estava escripto e ao terminar, disse-me, simplesmente, “rasga isto”.

O empreiteiro da demissão e, consequente nomeação, não vendo no dia seguinte os actos publicados, reclamou do Ministro e este mandou que se entendesse commigo e foi um desaffecto, que, por amor á lealdade, creei e assim muitos outros.

De outra vez, o Delegado Fiscal em Pernambuco, communicou, por telegramma, o fallecimento de um 1º escripturario, propondo logo o segundo que devia preencher a vaga.

Quasi no mesmo instante, chegou tambem um telegramma do chefe politico, pedindo a nomeação de outro funcionario, que não o proposto pelo chefe da repartição.

Campista mandou lavrar o titulo de nomeação do *afilhado* do politico, que, aliás, não se recomendava pela sua conducta.

Compenetrado da minha missão de orientar o Ministro, dirigi-me a elle, salientando o desprestigio que resultaria para o representante do Governo, no Estado, com aquella nomeação.

Senti que elle chocou-se um pouco com a minha ponderação, dizendo: “então o Ministro da

Fazenda não póde nomear o candidato de um amigo politico”?

— Póde, mas infringe a lei, respondi-lhe.

— Que diz a lei?

Mostrei-lhe o Regulamento das Delegacias Fiscaes, que dava aos chefes das repartições a attribuição de communicarem immediatamente o fallecimento do funcionario e indicar o que deve ser promovido na vaga.

Elle, desanuviando o semblante e suavizando a voz, entregou-me os telegrammas, mandando lavar o titulo do proposto do Delegado.

Dahi por diante, subiu a cotação official dos chefes das repartições em todos os departamentos fazendarios, com o que só teve a lucrar o serviço publico.

David Campista foi o autor do projecto creando a Caixa de Conversão, fazendo-lhe magistral defeza na Camara dos Deputados.

Coube-lhe, como Ministro, presidir a installação desse admiravel aparelho financeiro, unico, até hoje, que teve o poder de estabilisar o cambio e valorisar o nosso meio circulante.

Davam-no como o provavel successor do Conselheiro Affonso Penna, na Presidencia da Republica.

Assediavam-no já, como farejadores de carniça, alguns da imprensa, propondo-lhe fazer a propaganda de sua candidatura, o que elle repelliu desde logo.

A *Imprensa*, de Alcino Guanabara, deixava á sua disposição uma columna diaria para elle, Campista, ou alguem, por elle, escrever á discreção. O *Paiz* faria, por sua redação todo o trabalho do

lançamento e sustentação da candidatura, mediante uma transacção, que o seu redactor-chefe aventou.

Este órgão da imprensa carioca era devedor, por empréstimo que contrahiui no Banco da Republica ou do Brasil, com a complacencia do Conselheiro Rodrigues Alves, da somma de oitocentos contos de réis.

João Lage, em cujo nome estava inscripta a divida, propunha que a mesma fosse transferida para o Thesouro, a troco dos seus serviços.

Campista, eu vi, corava á cada phrase do João Lage e ao terminar este, levantou-se num assomo de dignidade, capaz de confundir o mais cynico dos corruptores e repelliu aquella affronta, declarando o que devia declarar e finalizando com estas palavras: "Está enganado — Se o senhor deve ao Banco, pague ao Banco".

As velhas raposas da politica profissional, porém, tramavam contra essa candidatura, dando logar á crise que estalou com a attitude hostil do Ministro da Guerra, atirando sobre a mesa dos despachos, no Cattete, a sua espada de Marechal do Exercito.

O Conselheiro Affonso Penna, avançado em idade, affectivo e sensivel, chocou-se com a covardia dessa affrontosa deslealdade e adoeceu gravemente, vindo a fallecer, pouco depois.

O scenario politico mudou com a ascensão de Nilo Peçanha, vice-presidente.

O Campista deixava o Ministerio, digno e honrado, mas sem meios de manter a familia, vendo-se obrigado a acceitar o exilio que lhe prepararam com a legação em Copenhague, onde terminou os seus dias, ralado de saudades da patria distante.

Antes de partir, despediu-se de mim com esta carta:

"Rio, 3 — 8 — 909.

Am.º J. Lindolpho.

Parto para a Europa no dia 9 do corrente. — Com a grande familia que tenho — os preparos da viagem absorvem-me os ultimos momentos. — deveria ter ido pessoalmente a tua casa despedir-me mas não o poderei fazer por aquella razão. Acceite pois as minhas saudosas despedidas com os meus agradecimentos — que renovo — pelos inesqueciveis serviços que v. prestou-me no passado governo. Disponha sempre do seu amigo que de longe acompanhará a sua carreira com — maior sympathia e está sempre á suas ordens. — Meus respeitosos cumprimentos a sua Exm.ª familia.

Do am.º aff. coll.ª

D. Campista".

Fui dar-lhe o meu abraço na hora do embarque, no Caes Pharoux e chorei, vendo-o tão constrangido, com os olhos marejados de lagrimas, como a advinhar que era aquella a ultima vez, que abraçaria os amigos e veria o sol do Brasil.

De lá, do longinquo desterro a que o condemnaram as insidias da politica, elle não deixou de corresponder-se commigo e para verem que se interessava pelas cousas do seu paiz, dou á estampa estas duas cartas:

“Copenhague, 5 Julho 910.

Prezado am.^o Lindolpho.

Tive o prazer de receber a tua carta acompanhada da tabella das despesas do Ministerio do Exterior que te havia pedido. Muitissimo obrigado.

Não figura na tabella a legação da Dinamarca e Noruega. Isso se explicará provavelmente pela razão de ser a actual tabella uma copia da do anno findo e ser a legação uma creação de lei especial de Dezembro do anno findo. Estou resignado no meu posto a estudar a lingua da terra que — aliás — não me poderá servir de muito — se o portuguez é pouco falado no mundo — o dinamarquez o é muito menos. Imagine v. que atraso educar os filhos nessa lingua que tão pouca gente conhece! Vejo que se trata ahi de elevar a taxa do cambio transformando a Caixa. O paiz não pôde lucrar cousa alguma com essa differença de um ponto mas pôde perder muito. Não lucra porque os preços da vida não descerão, como não desceram com alterações mais favoraveis. Perde porém muito. Perde o productor que recebe menos papel pelo mesmo valor no estrangeiro do producto exportado e perde o credito porque ninguem mais confiará na estabilidade do cambio. A taxa pouco importa — a fiidez é tudo porque é a medida dos valores. O limite de 20 milhões foi uma concessão á politica do tempo que receiava inflações. Além de tudo a Caixa era um instituto de politica experimental. Attingidos os 20 milhões e feita a experiencia — o *Congresso* (não o governo) decidiria da elevação da taxa — o que eu sempre esperei foi que a experiencia — boa como foi — autorisasse a *conservação do statu quo*. Adversarios da Caixa — como o Ruy — assim opinaram depois de 3 annos e meio. Outros deveriam fazer o mesmo. Ha negocios aqui que *cessaram* diante da incerteza do cambio. Brasileiros interessados que para lá forem, o dirão melhor do que eu. Entretanto *O Paiz* não cessa de dizer-me tolices — as tolices ingenuas do Nuno que resolveu em má hora — entender de finanças — como se se tratasse de uma questão de pillulas. Não te quero caceteiar com cartas longas.

Aqui espero que um dia se lembrem de remover-me para uma legação em que possa prestar melhores serviços e que seja situada em região mais favorável á saúde de quem tem tão grande familia como eu. Meus respeitos a Exm.^a familia e saudades do

Am.^o Aff.

D. Campista".

O Nuno, a quem elle se refere, é o Conselheiro Nuno de Andrade, designado pelo *O Paiz* para romper em opposição ao Campista, logo depois que este recusou ao Lage encampar-lhe a divida que tinha com o Banco do Brasil. De longe, ainda o preocupava a Caixa de Conversão, o instrumento principal do seu plano financeiro. Na carta que segue, elle promette escrever alguma cousa sobre a administração financeira do Presidente Affonso Penna, o que não chegou a realizar.

"Copenhague, 11 de Janeiro 1911.

Meu caro J. Lindolpho.

Recebi o seu excellente discurso pronunciado na Camara sobre a Caixa de Conversão. Apesar da mudança — perfeitamente dispensavel da taxa e que não representa mais do que o cumprimento de promessas irrefletidas de ordem politica — triumphou o bom senso com a manutenção do instituto que tão bons serviços nos tem prestado. Si durassem mais tempo os desatinos ultimamente praticados pelo Bulhões, correriamos o risco de graves desastres.

Renovou-se no tempo delle a jogatina do cambio e aqui sabe-se de gente que aproveitou o ensejo para ganhar dinheiro á custa dos legitimos interesses do paiz. Eu seria pela manutenção da taxa de 15 d. a qual se habituára o nosso trabalho. Desde porém que a fixaram

em 16, cumpre que empreguemos todos os esforços para que seja mantida inflexivelmente a nova taxa. A fixidez do cambio é tudo; a taxa tem pouco valor. V. não fez mal em publicar trechos da minha carta sobre esta questão. Afinal sempre tenho alguma responsabilidade no assumpto e não tenho escrupulos em ficar conhecido o meu pensamento a respeito. Tivesse eu tempo e um pouco mais de saude — e não deixaria de escrever alguma cousa em resposta ao que se disse e se repete sobre a administração financeira do Aff. Penna. Aliás — não deixarei de — com o tempo — cumprir esse dever. Hei de dizer francamente como as cousas se passaram politica e financeiramente para acabar com a pretendida verdade historica que só aproveita a histriões e a ganhadores cynicos da nossa politica. Desculpe-me este desabafo. Aqui estou em periodo de gelos e de festas officiaes. Não sei até quando viverei assim. Meus respeitos a sua Exm.^a familia e abraços saudosos do

Am.º Aff.º Grato

D. Campista.

A POLITICA

Deixei de ser official de Gabincte a 7 de Agosto de 1908.

Eleito deputado ao Congresso Nacional pelo Rio Grande do Norte, minha terra natal, prestei, nessa data, o compromisso constitucional.

A politica não me seduzia. Vivi inteiramente afastado das lutas partidarias da minha terra, á qual servia, no que podia dentro do pouco prestimo, que me proporcionava o meu fraco prestigio official.

Moço, quando ainda funcçionario provincial e academico de direito, ajudei Pedro Velho na propaganda da campanha abolicionista, que teve ex-

plendido triumpho na Provincia, de modo a ser muito diminuto o numero de escravos libtados, compulsoriamente, pela lei de 13 de Maio de 1888.

Após a victoria, Pedro Velho fundou o partido republicano, tendo como órgão, na imprensa, "A Republica", por elle redigida, auxiliado por amigos, que o acompanhavam na doutrinação do credo republicano.

Durou pouco essa segunda campanha civica, porque, tendo sido iniciada em meados de 1888, pouco antes, ou após o discurso proferido, em 11 de Junho, na Camara dos Deputados, pelo Padre João Manoel, inspirado precursor da Republica, esta foi proclamada, um anno e mezes depois, a 15 de Novembro de 1889.

No Rio Grande do Norte, porém, o acto da proclamação effectuou-se no dia 17, depois de recebidos pelo capitão Felipe Bezerra Cavalcante, commandante do batalhão de infantaria, em Natal, telegrammas do Governo Provisorio communicando a organização do novo regimen politico e o embarque do Imperador e de sua familia, na madrugada desse dia, para o exilio.

Teve, então, logar ás tres horas da tarde, a ida de Pedro Velho para o Palacio, onde os republicanos, seus amigos, o acclamaram governador.

Pedro Velho, attonito, nada affeito ás responsabilidades do poder, entendeu de organizar um gabinete, de elementos heterogeneos, escolhidos entre liberaes, conservadores e republicanos da propaganda, um verdadeiro *sacco de gatos*, e nomeou uma grande commissão para ir proclamar a republica nos municipios, ao longo da linha ferrea de Natal a Nova Cruz, da qual me coube fazer par-

te, distinguido com a sua consideração pessoal, pois designou-me para ser o organ proclamador.

Partimos para o desempenho dessa incumbencia, ás cinco horas da manhã, do dia 18, em trem especial, á nossa disposição e voltamos ás nove da noite, fazendo entrega das actas da proclamação, nos municipios de São José de Mipibú, Papari, Goyaninha, Canguaretama e Nova Cruz, cujos municipes receberam a nova com frieza e desconfiança, como era natural, em face da rapidez dos acontecimentos.

O gabinete engendrado por Pedro Velho foi-se desagregando e no fim de poucos dias estava completamente diluido.

Quem primeiro o abandonou, se me não mente a memoria, foi o republicano, João Avelino de Vasconcellos.

Pedro Velho ficou só, concentrando em suas mãos os poderes dictatoriaes de que o investiram.

Mas pouco durou o seu eventual poderio, porque o Governo Provisorio nomeou logo governadores para os Estados, sendo o primeiro destes, no Rio Grande do Norte, o Dr. Adolpho Affonso da Silva Gordo, substituido, em muito curto tempo, pelo Dr. Joaquim Xavier da Silveira Junior.

Esses emissarios do Poder Central foram figuras inexpressivas na administração politica do Estado, nada deixando da sua fugaz passagem.

Foi, porém, no governo do ultimo que me resolvi a deixar o cargo de Contador do Thesouro do Estado.

Veio-me para informar, remetida do Palacio, despachada do proprio punho do governador, a petição de um estabelecimento fabril da Capital,

solicitando uns tantos favores, que affectavam á renda publica e constituíam verdadeiro monopólio.

Informei, contrariando semelhante pretensão e de accordo commigo manifestaram-se o Procurador Fiscal e o proprio chefe da repartição, devolvendo o requerimento.

Xavier da Silveira deu o desespero e extravasou a sua bilis num officio que endereçou ao Inspector do Thesouro, em 20 de Maio de 1890, censurando o modo pelo qual foi dada a informação, por ter o funcçionario se estendido em apreciações de character economico, quando o Reg. do Thesouro, para a admissão de funcçionarios no seu quadro, não exigia mais que conhecimentos da lingua nacional e arithmetica.

Ficaram todos conhecendo a tempera e a moral republicana desse illustre governador, que não teve da repartição fiscal amparo para decretar a concessão pela qual se empenhava.

Depois desse incidente, deliberei-me a abandonar o Thesouro, promovendo a minha nomeação para a Fazenda Federal.

Encontramo-nos, doze annos depois, no Rio de Janeiro; eu, Director da Recebedoria e elle, advogado, sem resentimentos pessoaes.

SOLIDARIEDADE POLITICA

Mas como me demoveram da minha indifferença politica?

Morto Pedro Velho, assumiram a direcção do partido republicano no Estado, o seu irmão, Alberto Maranhão e o seu genro Augusto Tavares de Lyra, ambos meus amigos.

Tavares de Lyra occupava a pasta da Justiça e Interior no Governo Affonso Penna e Alberto Maranhão, deputado federal.

Eleito este governador do Estado, convidaram-me os dois para preencher essa vaga, na Camara.

Não havia nada que nos incompatibilisasse. Aceitei o convite e externei, em carta, que foi publicada na "A Republica", de Natal, a minha solidariedade com esses amigos e o partido, pelo qual empenharia os meus serviços e esforços.

Valeu-me essa declaração aggressivos doestos da opposição no Estado, recordando o episodio da pretensão, por mim contrariada, da fabrica de tecidos de Natal .

Uma vilania a exhumação, depois de 18 annos de silencio, de um facto de character fiscal, para dar-me como inimigo politico de Pedro Velho, que nunca me olhou por esse prisma.

Fui eleito, no ultimo anno da legislatura, de 1906 a 1908 para completar o tempo restante do mandato conferido a Alberto Maranhão e, em seguida, reeleito para a de 1909 a 1911.

A ESTRÉA NA CAMARA

Estreei na Camara, no dia 19 de Agosto de 1908, com a apresentação de um projecto, mandando que os exactores da fazenda, que prestassem fiança ou caução em dinheiro, titulos da divida publica da União e cadernetas da Caixa Economica, entrassem, desde logo, em exercicio de suas funcções, isso porque, então, só o podiam fazer depois de julgada definitivamente a fiança pelo Tribunal de Contas, no que decorriam muitos mezes e até anno.

A impressão foi-me favoravel, dentro e fóra, da Camara, provindo do “Correio da Manhã”, do dia seguinte, estas palavras:

“S. Ex. falou, entretanto, como um habituado á tribuna, sem o *frisson* dos estreates, calmo, diriamos melhor frio, dizendo as cousas como a ditar para um copista.

“Pequeno discurso, aliás, com as palavras rigorosamente necessarias á justificação de um projecto que encerra materia da competencia technica de quem o subcreve”.

O “Diario do Commercio” disse:

“Deve estar, porém, satisfeito, porque se não produziu um discurso de arrebatat os seus pares, que o guindasse de um pulo ás altas espheras, onde pontificam outros, justificou em phrases correctas um projecto de lei utilissimo”.

O “Correio da Noite”, meio engraçado e meio lisonjeiro, fez-me a seguinte caricatura:

O Sr Lindolpho Camara está longe de ser bonito. A natureza que observa fielmente o principio das compensações, dotou-o de um bello espirito e de uma cara que é positivamente um contraste. É uma figurinha quasi insignificante, baixinho, magrinho e mettido numa sobrecasaca que é um attestado vivo de que elle veio do Imperio, na sua brilhante carreira, no funcçionalismo publico. Nada lhe falta que não caracterise bem nelle o typo do chefe de serviço publico. Magro, fanhoso, meticoloso, com um par d’olucos sobre um nariz minuscuro, com uns olhinhos miudos, divergentemente dilatados. Um verdadeiro *nippão* com cabeça de cearense.

De resto, é bem conhecida a sua solicitude como funcionario de fazenda. Solicitude tão grande que não raro cahiu em exaggeros que lhe valeram não pequenos dis-

sabores. Os seus serviços são notaveis; e o sr. David Campista teve nelle um auxiliar que o illustre titular julgou insupprivel, pelo que não lhe deu substituto no seu elegante e trabalhoso gabinete.

Hoje o sr. Lindolpho estreou na tribuna. Suas qualidades oratorias se afiguram tão negativas como as suas qualidades de belleza. As suas formas oratorias tão deficientes como as suas formas physicas. Neste ponto uma e outras se completam, affirmando uma vez ainda que elle é um homem burocratico antes que um tribuno.

Aliás, s. ex. fez um excellente discursinho a que os tremores da estrêa emprestaram leves tons de uma graciosidade *sympathica*".

O projecto, com parecer favoravel e unanime da Commissão de Finanças, percorreu velozmente todos os turnos, com dispensa de intersticios, requerida pelo "leader" da maioria, Cassiano do Nascimento, de sorte que com menos de dois mezes foi enviado ao Senado e dahi á sancção e ainda hoje é lei.

O REPATRIAMENTO DO CORPO DO IMPERADOR

No decurso do mandato, muitos projectos de interesse da administração apresentei, como a criação da Delegacia Fiscal no Acre, regulando a tomada de contas ao Governo pelo Congresso, fixando as percentagens dos collectores e escrivães pela arrecadação das rendas federaes; regulando a apresentação das facturas consulares, a aposentadoria dos funcionarios e outros.

Em 29 de Julho de 1910, porém, já no declinio do mandato, apresentei o projecto mandando trasladar para o Brasil os restos mortaes do ex-Imperador D. Pedro e da ex-Imperatriz, D. Thereza Christina.

Não me lembrei de solicitar o *beneplacito* do pontifice da politica nacional, como era considerado então, o senador Pinheiro Machado, e fomos, eu e o projecto, *ab-initio*, fulminados com a sua excomunhão maior.

Para esclarecer melhor este ponto transcrevo o que escreveu o ex-deputado José Carlos de Carvalho, no seu opusculo — A' Memoria do ex-Imperador D. Pedro II (paginas, 51 e 52):

"... na sessão de 2 de Dezembro, requeri, e a Camara approvou, que fosse incluído na ordem do dia dos trabalhos o projecto da trasladação dos restos mortaes de D. Pedro II e da ex-Imperatriz, independente do parecer das respectivas commissões.

Este acto da Camara contrariou a muita gente e o facto é que o projecto do Deputado Lindolpho não foi incluído na ordem do dia, até o fim da sessão e da legislatura.

O General Pinheiro Machado, senador e chefe da politica nacional e com elle os seus intimos, se oppuzeram sempre á vinda dos restos mortaes de D. Pedro II para o Brasil e o meu procedimento na Camara foi censurado pelo eminente chefe e, aliás, tambem meu amigo".

O projecto foi recebido com geral sympathia pela opinião publica e pelo Marechal Hermes, Presidente da Republica, a julgar pelo que disse A Noite do dia 1.º de Agosto de 1911:

"Sabemos que o Sr. Marechal Hermes vê com sympathia o projecto Lindolpho Camara, "que manda repatriar os restos mortaes do ultimo imperador do Brasil e revoga o decreto que baniu a familia imperial";

o que foi igualmente noticiado pelo "Correio da Manhã".

Mas o sr. Pinheiro Machado não nutria igual sympathia, o que era bastante para decidir da sorte do projecto.

O illustre general gaúcho era prepotente e impunha a sua vontade aos seus intimos, que não se atreviam a discutir com elle; o obedeciam, como automatos.

Ouvi de pessoa da sua privança a narração do seguinte interessante episodio:

Estava Pinheiro Machado a jogar bilhar, tendo por companheiro Rivadavia Correia, cercados dos habituaes.

Pinheiro, obsequioso, disse que ia dar-lhes a provar uma pinga soborosa da vindima de 1840, um verdadeiro nectar; chamou o criado e ordenou-lhe que a trouxesse. Surgiu, pouco depois, o domestico trazendo a salva de prata cinzelada com os calices de crystal, avermelhados pelo liquido e os apresenta a cada circumstante.

Todos sorviam com estalos na lingua a bebida, que achavam deliciosa.

Rivadavia Correia foi o ultimo a servir-se, porque estava jogando, mas finda a tacada, correu pressuroso a apanhar o seu calice e mal o levou aos labios, soltou-o, fazendo uma careta de immediata repulsa.

Pinheiro estranhou o gesto e perguntou-lhe se não gostou do *nectar*.

— Qual nectar, qual nada, isso é qualquer zurrapa amargoso, diz Rivadavia, como intimo da familia.

Pinheiro, intrigado, manda vir a garrafa, que ainda devia conter parte do liquido; então viu-se que se tratava de vinho quinado da marca Adria-

no Ramos Pinto, de que sua senhora estava usando por indicação medica.

Mas todos, menos o Rivadavia, o tomaram, por suggestão, como sendo da colheita de 1840.

Tal era a força hypnotica do grande caudillo, que corrompia até os paladares.

Em 29 de Setembro, recebi do principe Dom Luiz de Bragança Orlans a seguinte carta, a que não respondi, certo já da condemnação do projecto:

"Eu, 1.º de Setembro de 1911.

Prezado Sr. Lindolpho Camara.

Embora não tenha o prazer de o conhecer pessoalmente, não quero deixar de lhe agradecer o bonito e corajoso gesto que acaba de fazer em nosso favor.

Propondo a transladação dos despojos dos meus saudosos Avós para a terra que tanto amaram, o Sr., creio, interpretou o sentimento unanime da nação brasileira; aneando além disso a revogação do decreto de banimento que pesa sobre a nossa familia não temeu encerrar a ira dos espiritos estreitos que não compartilham o seu bello e independente liberalismo.

Isso, quaesquer que sejam as consequencias da sua generosa iniciativa, nunca esquecerei.

Não somos correligionarios politicos. Respeito as suas convicções guardando as minhas. Creio, porém que, acima da questão secundaria da forma de governo, ha um terreno em que sempre havemos de nos entender. Pertencemos com effeito ambos ao grande partido dos que ás mesquinhas considerações do egoismo antepõem, em todas as circumstancias da vida, os interesses sagrados da Patria.

Si, graças ao Sr., me fôr dado voltar ao Brasil, póde estar certo de que nunca o farei para trazer ao paiz, "dias de agitação, desnecessaria e perniciosa". Como muito bem disse na sua resposta á "Imprensa", de duas uma:

ou o sentimento nacional é verdadeiramente republicano e, neste caso, eu me sujeitarei até que a opinião dos meus concidadãos se modifique; ou, como ainda penso, esse sentimento republicano não existe e os seus esforços só poderão ter por resultado a livre manifestação da vontade nacional.

Em nenhum caso pensarei jamais recorrer á guerra civil que, além das catastrophes que traria consigo, sempre se me afigurou o peor dos meios de restaurar uma monarchia.

Accete uma vez mais meus cordiaes agradecimentos e creia-me

Seu Admirador e Amigo

Luiz de Bragança Orleans.

O OCCASO POLITICO

Em 1909, pensava o presidente Affonso Penna na sua successão e era seu candidato o Ministro da Fazenda, David Campista, unico que podia ser o continuador do seu plano financeiro, escudado na Caixa de Conversão.

Assim não entenderam Pinheiro Machado e o seu sequito.

Ruy Barbosa, sem, entretanto, ser solidario com elles, escreveu uma carta a Affonso Penna, discordando da candidatura Campista e tanto bastou para que fosse ella vetada e intimado o Presidente da Republica a abandonal-a, intervindo o seu Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, com o seu gesto pouco delicado, que determinou a crise politica.

Surgiram as duas candidaturas — a militar e a civil.

Tavares de Lyra, Ministro de Affonso Penna e chefe da politica do Rio Grande do Norte, conservou-se em silencio no primeiro momento, tendo-nos ao seu lado, eu e o Eloy de Souza, emquanto o Alberto Maranhão, Governador do Estado, adheria ao hermisimo, nomeando logo os delegados do partido á convenção politica, que teve lugar a 22 de Maio de 1909.

Nessa altura dos acontecimentos, dirigi a Alberto Maranhão a seguinte missiva:

“Rio, 30 de Maio de 1909.

Alberto.

A 25, escrevi-lhe e o faço ainda hoje, na ausencia de cartas suas, para dar-lhe noticia da situação e do que comnosco occorre.

Os animos ainda não serenaram e os que pensavam resolver a crise politica com a apresentação do nome do Marechal Hermes da Fonseca á Presidencia da Republica, no proximo quatriennio, outra cousa não fizeram senão provocar a luta que, agora, começa, avassaladora e impetuosa, dominando por completo todas as classes e exaltando por demais a acção politica daquelles que, na Camara, estão em desaccordo com a escolha de um candidato militar. As sessões da Camara têm sido tumultuosas, trovejantes de apartes, de protestos e invectivas e a do dia 28 ficará memoravel nos annaes do Parlamento, tendo a minoria conseguido tornar-se maioria, para regeitar uma emenda apresentada ao parecer da commissão de verificação de poderes, que concluia pelo reconhecimento de candidatos do 1.º districto do Rio de Janeiro, emenda que era patrocinada pelo Pinheiro Machado e a gente da bancada do Rio Grande do Sul.

Esse procedimento da Camara teve tal repercussão no espirito publico que deixou desanimados os membros da pseudo maioria, que hontem tiveram de votar comnosco o parecer.

Digo *comnosco*, porque o Eloy e eu votamos contra a *emenda*, sendo que o Lamartine votou a favor, por consideração pessoal ao Chaves, que lhe havia antes solicitado o voto, em favor do Sebastião de Lacerda, que era o candidato que a emenda visava reconhecer.

Devo communicar-lhe um facto que se passou comnosco e que muito nos tem contrariado.

Depois da celebre Convenção do dia 22, o Seabra, escolhido *leader* da maioria, procurou-me para assignar o manifesto, que indica o Marechal Hermes á Presidencia da Republica.

Respondi-lhe que não podia assignal-o, porque, tendo o partidoahi e você nomeado seu delegado á Convenção, para escolha do candidato e assignatura do manifesto, a mim, como aos outros, escapava competencia politica para fazel-o.

Elle achou mais ou menos rasoavel o que eu disse e não mais me procurou, tendo, porém, pedido que eu lhe telegraphasse, solicitando autorisação para assignar o *papelucho*.

Não lhe telegraphei nesse sentido, porque julguei desnecessario fazel-o, visto como a exigencia de taes assignaturas não passa de um *ardil*, machiavelicamente pensado pelo Azaredo, como meio de arrastar todos os representantes da Nação a esse compromisso, contrariando, embora, convicções e sentimentos dos que sejam infensos ao militarismo.

Eu e Eloy estamos incompatibilisados para assignar esse manifesto. O Eloy, como já lhe disse, tomou grande parte nos movimentos que determinaram á renuncia do Carlos Peixoto e sendo amigo particular deste, convivendo com elle, não podia votar-se á uma candidatura, contraria á que elle visava. Eu, adepto da candidatura Campista, mantendo com elle as melhores relações, sofrendo, por isso mesmo, algumas vezes as criticas do "O Paiz" e de outros órgãos, como, a não ser com prejuizo da minha feição moral que até hoje, mercê de Deus, tem-me recommendado á sua e á estima dos meus amigos, poderia apedrejar o sol no occaso, para voltar a adorar um novo idolo, somente porque vem offuscando os olhares attonitos de um povo apanhado de surpresa com o brilho dos seus galões de marechal?

Todos os que não tenham compromissos Moraes poderão fazel-o sem incorrer nas censuras que me caberiam e das quaes não me poderia defender.

O Sr. Fabricio Maranhão procurou-me para dar-me a sua opinião, que era no sentido de que todos deviamos assignar o manifesto, menos o Eloy, cuja escusa elle achava razoavel. Mas você comprehende que a razão que tem o Eloy para fugir á assignatura, é a mesma que me assiste, e então respondi ao Sr. Fabricio que, se os interesses politicos, exigem o sacrificio da quebra de minhas convicções e da minha dignidade pessoal, eu o faria, mas com a condição de todos os representantes do Estado, no Congresso, prestarem igualmente a sua assignatura, porque, assim, quaes generaes de Alexandre, com os narizes mutilados, um não teria que rir da physiognomia do outro.

Não veja no meu procedimento nenhum intuito de hostilidade á sua pessoa ou ao seu acto de adhesão á candidatura Hermes, e, muito pelo contrario, penso em poder, não acceitando-a, prestar algum serviço á politica e ao nosso Estado, caso se verifique *uma certa re-acção*, que não será para estranhar, na propria administração...

Não devo confiar ao papel mais do que isto.

Sou seu amigo e hei de dar-lhe provas disso. —

João Lindolpho".

Alberto Maranhão respondeu-me:

"Natal, 8 — 6 — 9.

João Lindolpho.

Respondo tua ultima carta.

Não estranho, antes agradeço, a franqueza com que das tua opinião. Penso que a crise passará e que o perigo não é tão grande como se afigura. Talvez seja illusão de quem está á distancia, mas pendo a crer que vamos ter mais uma unanimidade em torno do Hermes, se

o Barão não acceitar, ou em torno deste, com a cessão do Hermes. Acho mais certa a primeira hypothese. A neutralidade que dizes devia ter sido a attitudo da bancada não me foi communicada senão depois da nomeação dos delegados á Convenção.

Minha acção e a do partido foi provocada e motivada pelo telegramma a que te referes, que determinou a nomeação do Chaves e Eloy.

Nelle não me diziam a incompatibilidade de Eloy nem a circumstancia de ser contrario ao pensamento da maioria da bancada, como dizes, o compromisso pessoal do Senador, que me avisou ter sido applaudido por Lyra.

A nomeação de delegados, sem limitar poderes, era ainda pôr a solução ao arbitrio da bancada. Nas outras convenções discutia-se, votava-se, por vezes, com muitas divergencias e afinal todos promettiam honrar nas urnas os nomes dos vencedores. Foi assim que Pedro Velho fez quando votou no Castilhos na Convenção e no Lauro (que foi o vencedor na Convenção) nas urnas aqui, ficando, por signal, só em campo, pois todos os outros bandearam-se para o Campos Salles. Como dizes parece que todos tivemos razão, pois a boa fé salva-nos do feio peccado da desharmonia entre correligionarios leaes.

Teu amigo att.º — *Alberto Maranhão*”.

Ainda em 5 de Outubro, dirigi a Alberto esta carta:

“Rio, 5 de Outubro de 1909.

Alberto.

Agradeço-lhe a transcripção que mandou fazer na “A Republica” do meu discurso. Houve domingo, á noite, no Theatro Lyrico, uma manifestação ao Ruy Barbosa, que poduziu um estupendo e monumental discurso, que só o “Jornal do Commercio”, de hontem, publicou. Recommendo-lhe a leitura dessa enorme peça contra a qual nenhum jornal hoje articulou um argumento, a não

ser o Gama Rosa, da "Folha do Dia", que a qualifica de prolixa e gongorica. Você não poderá imaginar o que foi a apoteose ao Ruy. O prestito que o foi buscar era uma massa compacta de povo que alguns calcularam em umas vinte mil pessoas. A lotação do theatro foi excedida do dobro e os applausos á oratoria tocaram ás raías do delirio. E' o caso do Ruy dizer com os seus botões que se não fôr eleito nas urnas, já o está no coração da patria. Ah! meu caro amigo como tenho horror a este militarismo encapotado que se encolhe e se agacha como reptil dos mais venenosos, para enleiar-nos, no momento dado, nas suas perniciosas roscas e cravar-nos os incisivos conductores da sua peçonha fatal! Os lutosos dias de um passado execrado não acudiram á lembrança dos nossos homens politicos de maior responsabilidade e ainda tão proximo da luta e da dôr dos que foram victimas de fusilamentos, de carnificinas atrozes, que rem vêr desenhar-se de novo no scenario da vida nacional esse quadro escuro, sangrento e horripilante, que deverá ser a eterna vergonha da patria brasileira. O que será para nós, o que será para o nosso querido torrão natal, esse horrido phantasma, que se apresenta com vestes deslumbrantes, seduzindo governistas e opposicionistas, ao mesmo tempo, como se fosse possivel contentar a todos em suas aspirações legitimas e ambições interesseiras!

Não virá elle, o nosso pobre Estado, a ser presa de fataes desordens, promovidas por maus elementos, que surjam do meio da força armada, acoroçoados pelo espirito de dominação de classe, que só estará saciado, quando montar guarda em todos os recantos do Paiz? Isso não acontecerá, estou bem certo, porque, nesse dia, para defender o nosso brio, a nossa honra, esse sagrado patrimonio de liberdade com que sonharam todos os nossos antepassados e que o nosso inolvidavel Pedro Velho soube cimentar com o seu acrysolado patriotismo, todos os rio-grandenses do norte saberão levantar-se como um só homem, para repellir a audacia dos invasores, e, ao menos nesse estreito recanto da patria, o militarismo encontrará repulsa e a fulminação dos seus attentados e da sua ambição dominadora. Releve-me essa linguagem de um espirito que se sente acabrunhado pela perda de

um ente querido e pelas desillusões que me invadem a cada instante, acerca dos caracteres dos nossos chefes directores ou que se inculcam directores da politica nacional. Não ha nenhum delles que no intimo do seu coração e da sua consciencia, não repute, a esta hora, o maior dos males o flagello da candidatura militar, mas o egoismo interesseiro os leva a manter-se nessa attitude a que os conduziu a mais fatal das precipitações e eil-os sem acção e sem movimento, aguardando o momento do sacrificio, para serem tragados ou antes, para precipitarem-se ás fauces do monstro que os ameaça tragår como o reptil á rã, que não póde resistir á força magnetica posta em acção. Ha, porém, uma outra força occulta que vela pelos destinos da humanidade e eu confio que ella desviará das nossas cabeças esse cataclisma ameaçador, que pretende revolucionar o nosso adorado Brasil.

Abraça-o o seu am.º sinc.º aff. — *João Lindolpho*"

Eis a sua laconica resposta:

"Natal, 18 —10 — 9.

João.

Recebi tuas duas cartas de 5 e 6 do corrente. Não sou tão discreto como te revelas sobre a acção da futura politica do governo. E' bem certo que se os homens de boa vontade quizerem auxiliar o presidente, o paiz não soffrerá, antes se desenvolverá no seio da ordem. Telegraphei ao Lyra sobre o caso da Alfandega. O Miguel Alves procurou-me logo no mesmo dia. Ha, porém, um pedido feito ahi a Lyra em favor de outro e, nesse caso, transmitti aquelle companheiro de chapa o teu pedido, accrescentando que o melhor para mim, seria a permanencia do Coelho, já conhecido, bom amigo e bom funcionario. Nem se diga que não ha outros egualmente veteranos em commissões.

O projecto da Guarda-Moria irá mesmo? Já mandei meu candidato ao Lyra. Paz. Saudades.

Am.º aff. — *Alberto Maranhão*".

Approximava-se o encerramento dos trabalhos do Congresso e o termino da legislatura e eu ignorava o meu destino nessa conjunctura politica. Entendi-me com o Tavares de Lyra, que, depois da morte do Affonso Penna tambem adherira á candidatura militar e elle me disse o seguinte, que transmitti a Alberto Maranhão, em carta de 24 de Novembro de 1911:

“Ha poucos dias estive com o Lyra e pedi-lhe que dissesse com a maxima franqueza o que pretendia resolver a meu respeito, quanto á politica.

Elle me disse que nada havia ainda resolvido sobre a organização da chapa, pois achava cêdo e aguardava que Estados de maior responsabilidade politica se manifestassem em primeiro lugar, no sentido de darem ou não o terço.

Accrescentou, porém, que a sua opinião é que ali se organise chapa incompleta, dando margem á opposição disputar um lugar.

Disse-me ainda que era seu pensamento que eu concorresse ao terço com o auxilio que vocês me pudessem dispensar. Acho rasoavel isso, pois dada a minha divergencia quanto á candidatura do Hermes, o que teve lugar desde o primeiro momento e quando ainda o Lyra era Ministro do Affonso Penna, não posso pretender um lugar na chapa official. Bem sabe você que em relação á politica do Estado nenhuma discrepância nos dividiu e quanto ao ponto de vista da politica geral, acredito que os factos continuarão a dar-me razão. Não veja nas minhas palavras um desejo insoffrido de querer impôr-me á confiança dos amigos.

Não; dou-lhes a mais plena liberdade de se manifestarem e de resolverem o que melhor e mais conveniente fôr á sua situação politica.

Desejo, porém, que v. me diga com franqueza o que pensa, pois, tendo eu de volver á carreira administrativa, preciso apparellhar-me de novo para ella. — *João Lindolpho*”.

Respondeu-me Alberto, por carta de 7 de Dezembro de 1911:

Agradeço o serviço prestado junto ao Thesouro e o muito que fizeste para tornar evidente a injustiça do projecto Nabuco e a situação real da nossa industria principal. O accordo foi feliz e tem a vantagem de mostrar a nossa isenção de animo.

Já disse em carta a Lyra o que penso sobre tua candidatura.

Si elle concordar e me avisar na proximidade do pleito, darei com prazer o auxilio que me pedes, se te apresentares isoladamente ao eleitorado.

E' indispensavel, porém, que Lyra resolva, pois só elle é quem sabe da conveniencia da nossa intervenção, clara ou discreta, para a eleição de candidatos extra-chapa. A responsabilidade de Lyra é grande e elle terá muito cuidado em resolver, para acertar. Por isso, o que elle decidir se fará.

Abraça-o o collega am.º aff.º — Alberto".

Conforme ficou ajustado com o Lyra, eu me apresentei ao pleito, como candidato isolado, pelo terço e nesse sentido publiquei este manifesto, cujos avulsos remetti para o Estado, afim de serem distribuidos:

"AOS MEUS CONTRERRANEOS

Sou candidato a uma das vagas da representação nacional, na proxima legislatura.

Para isso solicito o valioso concurso do vosso suffragio com o qual me concedereis a honra de continuar a representar o nosso Estado no seio do Congresso Federal, como deputado, que venho sendo ha quatro annos.

Mais de uma vez investiu-me desse mandato a vossa generosa confiança, em nome de interesses partida-

rios, que hoje não posso e não devo invocar, por divergencias do ponto de vista da politica geral.

Mas, sejam estas quaes forem, não me desviarão já-mais das boas normas republicanas, á cuja sombra trabalharei sempre pelo engrandecimento e progresso do Estado.

Este culto pela grandeza da nossa terra não é meu só, folgo em dizel-o; é de todos os que, na politica e na administração, teem sabido apparelhal-a para os seus nobres e elevados destinos.

A nossa bancada, modesta embora, é um exemplo de dedicação e civismo em pról dos interesses do nosso Estado.

Neste ponto, nunca houve discordancias que nos scindissem e raro será, talvez, apontar outra que, com tão poucos elementos, tenha conseguido maior somma de beneficios para o seu.

Ainda agora, por occasião de serem votados os orçamentos da Republica, para o exercicio de 1912, pudemos obter verbas e autorizações para diversos serviços que muito nos interessam materialmente, como o da Estrada de Ferro de Mossoró a S. Francisco, que é uma das nossas mais legitimas aspirações.

Uma questão muito séria e que poderia comprometter a sorte da nossa industria salineira — a isenção da taxa sobre o sal estrangeiro — pleiteada pela illustre bancada do Rio Grande do Sul, em favor da industria saladeira, foi por nós dirimida do modo mais digno e conciliador dos interesses de ambas, com a sancção, que muito nos honra, do Congresso Nacional.

São serviços que não invoco para mim só, mas para todos, e se os meus prezados companheiros de representação continuam a merecer o vosso apreço e confiança, de que são dignos a todos os respeitos, não vejo como, com justiça, possaes recusar-me as vossas sympathias, de modo a que não sejam estas reaffirmadas pela renovação do mandato que me deu ensejo, tantas vezes, de pôr em prova o amor e o carinho com que me consagro ás cousas da nossa terra.

Podia deter-me na analyse da attitudo por mim assumida na Camara, em relação a factos da politica nacional, taes como a fixação de cambio, o tratado de condominio

da lagôa Mirim, a amnistia dos marinheiros revoltosos, a decretação do estado de sitio e outros, mas isso levar-me-hia a fallar sómente da minha pessoa, ao que sou infenso.

Batendo-me pela fixação da taxa cambial, tive em vista assegurar os interesses economicos e financeiros do paiz com a estabilidade do cambio, o que é, felizmente, uma realidade.

Votando a favor do estado de sitio, investi o Governo da força necessaria para dominar a anarchia que ameaçava alastrar-se pela Republica com o levante da marinhagem na bahia Guanabara.

Negando o meu apoio ao tratado de condominio da lagôa Mirim e á amnistia dos insurrectos, o fiz, quanto ao primeiro, por julgar não nos ser licito em face da Constituição de 24 de Fevereiro, desintegrar o territorio nacional, cedendo-o em parte ao estrangeiro, e, em relação ao segundo, para não vêr diminuida a respeitabilidade dos poderes constituídos com a concessão dessa amnistia, decretada antes da submissão dos revoltosos.

Dando-vos summariamente conta do desempenho do mandato que ora termina, julgo não ter sido infiel aos vossos sentimentos republicanos e nada me impede de continuar a trabalhar pelos sagrados ideaes democraticos, que concretiso, principalmente, no respeito á autonomia dos Estados e na garantia das liberdades publicas.

Serão estes os principaes esteios da nossa grandeza moral, para a qual devem convergir todas as energias e todo o patriotismo dos brasileiros.

A todos os meus compatriotas, pois, peço a honra e a distincção do seu voto para a vaga de deputado, que em homenagem á Constituição da Republica, foi reservada pelos órgãos da politica local á representação da minoria.

Rio, 1.º de Janeiro de 1912.

JOÃO LINDOLPHO CAMARA”.

Escrevi a Alberto Maranhão, enviando-lhe um exemplar para seu conhecimento.

No dia 17 de Janeiro de 1912, mandou-me elle o telegramma que segue, datado de 15:

“Recebi hoje carta e manifesto. Agradecendo e applaudindo seus serviços, delles lembrado, sinto não poder amparar candidatura, visto compromisso publico assumido partido não pleitear quarto lugar. Cordeaes saudações.

Alberto Maranhão”.

Terminou, assim, a comedia.

Ha factos, na vida, que permanecem na mente, como um máo presagio. Quando foi do convite para ingressar na politica, eu ia, em companhia do Ministro da Justiça, para a sua residencia, no seu automovel official e ao atravessarmos a praia da Lapa violenta rajada arrancou-me da cabeça um finissimo *chile*, que foi arremessado alguns metros para traz. O *chauffeur*, em marcha á ré, foi apanhal-o, encontrando-o dilacerado pelos dentes de um cão vadio, que julgou-o boa presa.

Como o meu chapéu de chile, arrebatado pela ventania da praia, a minha candidatura pelo terço, amparada pelo ex-ministro da justiça, o foi tambem pelo vendaval do hermismo, a que todos, afinal, adheriram, menos eu.

VOLTA Á ADMINISTRAÇÃO

Voltei para onde, de inicio, me levaram os Fados.

Em Janeiro de 1912, rassumi as minhas funções de conferente da Alfandega do Rio. Ha nas Alfandegas do Brasil uma commissão, chamada de Tarifa, que se presume constituida pelos mais abalisados e provectoros especialistas na materia, para resolver as controversias sobre a classificação das mercadorias, sujeitas aos direitos de importação.

O Ministro da Fazenda, Pandiá Callogeras, que havia sido meu companheiro na Camara, entendeu de nomear-me, em 10 de Março de 1916, membro desse *areopago*, com preterição do conferente, Pinto da Fonseca, de quem elle se desgostou, por qualquer motivo futil, e por mais que lhe fizesse vêr sua injustiça, não pude demovel-o do seu acto.

Em 1917, lavrava a grande guerra européa entre a Allemanha e a França; e o Brasil, forçado pelos acontecimentos, alliou-se á França.

No Rio, os animos foram se exacerbandos e alguns estabelecimentos de firmas allemãs, como a casa Ahrens, na rua do Ouvidor, chegaram a ser depredados e por esse motivo os bancos, de igual origem, fecharam as portas no dia 1.º de Novembro até que o governo lhes garantisse o seu funcionamento. Foi nessa emergencia que o executivo designou fiscaes especiaes, junto aos mesmos bancos, durante o estado de guerra, como representantes directos do Ministro da Fazenda.

NO BANCO ALLEMÃO TRANSATLANTICO

Coube-me essa *prebenda*, junto ao Banco Allemão Transatlantico, nomeado pelo Ministro Antonio Carlos, em 9 daquelle mez, tambem meu contemporaneo na Camara dos Deputados.

O ponto da fiscalização principalmente visado era evitar a remessa de fundos para o exterior, a cessação, portanto, do cambio e da correspondencia com as respectivas praças.

Para esse fim, o governo não nos deu instrucções escriptas, externando-nos, apenas, o Ministro o seu pensamento.

Resolvi que me fosse submettida para o *visto* toda a correspondencia, quer por cartas ou telegraphmas e sujeital-a á censura do Correio e dos Telegraphos para me ser devolvida a que não fosse por mim franqueada.

No primeiro momento, como era natural, surgiram casos, duvidas e objecções, que foram resolvidas sem grande embaraço, porque o espirito disciplinado dos Directores do Banco acceitara resignadamente as restricções oppostas á sua liberdade de commercio.

A's operações internas nenhuma limitação tracei, correndo normalmente, como no regimen da paz.

Era o intuito do governo restringil-as, ou evital-as tambem, afim de coagir os Bancos á liquidação, mas julguei desnecessaria tal violencia, que só podia ser prejudicial aos interesses dos particulares e do commercio, que com elles operavam.

Exerci por pouco tempo, essa fiscalização, porque, por titulo de 31 de Janeiro de 1918, fui nomeado inspector em commissão da Caixa de Amortização.

NA CAIXA DE AMORTIZAÇÃO

De 1.º de Fevereiro a 14 de Novembro desse anno, coube-me dirigir essa repartição, cuja technica me era estranha, mas não impenetravel, o que me habilitou a poder mais tarde desempenhar outra commissão, que lhe dizia respeito.

E' da divida publica interna que ella pensa. Emissão do papel moeda, substituição e queima das notas em circulação, inscripção de apolices e pagamento dos respectivos juros.

O chefe é uma figura de prôa, porque quem administra, por presumpção, é uma illustre junta, com a attribuição de resolver questões da administração e de direito.

Essa entidade era presidida, quando Deus queria, pelo Ministro da Fazenda e os seus membros não eram remunerados, com sacrificio dos seus interesses profissionaes, ou dos seus affazeres industriaes ou commerciaes.

Esse periodo foi um dos mais criticos, já pela guerra, que nos forçou a grandes despesas, já pela epidemia da grippe, chamada *hespanhola*, que dizimava impiedosamente a população. Governava o Presidente, Wenceslau Braz e era seu economo, o Ministro Antonio Carlos.

Este, com o sacrificio das suas convicções, foi o Ministro que mais notas do Thesouro emittiu e, contrariamente ao que elle proclamava no seu livro contra o — papelismo, a cada jacto lançado na circulação, o cambio, em vez de baixar, como elle prophetisara, ascendia lampeiro á sua columna cambiométrica num desmentido formal ás categoricas affirmações do projecto financista, sr. Antonio Carlos, velho e experimentado parlamentar.

DE NOVO INSPECTOR DA ALFANDEGA DO RIO

A minha via sacra não estava ainda toda percorrida. A 20 de Novembro desse anno de 1918, tendo assumido a presidencia da Republica, o vice-presidente Delfim Moreira, no impedimento, por molestia, do Presidente recém eleito, conselheiro Rodrigues Alves, fui nomeado inspector em comissão da Alfandega do Rio de Janeiro, pela segunda vez.

Agora não havia a temer o serviço da capatazia e as descargas já se achavam affectas ao Caes do Porto, embora fiscalisadas pela Alfandega.

Tanto quanto possivel, tudo corria bem, não obstante os obices dos serviços novos, que exigem reparos no seu andamento constante.

A politica entrou em crise com o fallecimento, cada dia, esperado, do presidente eleito e não empossado, Rodrigues Alves.

Surgiram, como de costume, as difficuldades para a escolha do seu successor, que, afinal, recahiu no nome do Dr. Epitacio Pessoa, que se achava na Europa, como representante do Brasil no Congresso da Paz em Versailles. Voltou o Sr. Epitacio, certamente orgulhoso de ter sido eleito em condições excepcionaes, que nenhum outro logrou, para preencher os tres annos restantes do periodo governamental.

Assumiu a presidencia e constituiu seu gabinete. deixando vêr que só precisaria de escreventes de secretaria, porque elle iria governar só.

Lôgo no dia da posse do seu Ministro da Fazenda, Dr. Homero Baptista, de quem muito me approximei, na Camara dos Deputados, homem simples, afavel, operoso e honesto, apresentei-me a solicitar-lhe dispensa do cargo, que estava occupando, para ser escolhido outro de confiança do novo governo. Elle fez-me esperar, enquanto se desembaraçava da onda dos amigos, ou não, que affluiram ao acto.

Serenado o tumulto, elle accenou-me para que me approximasse e eu sentei-me á sua esquerda, achando-se a cadeira da direita occupada pelo Director Geral do Thesouro.

E disse-me que, conforme já havia se entendido com o Presidente, eu continuaria na inspeção, por ser da confiança de ambos.

Retirei-me, agradecendo essa distincção, e no dia seguinte vi confirmadas as suas palavras no noticiario dos jornaes.

Logo no outro dia, tornei ao gabinete para tratar de assumpto do serviço e notei o Dr. Homero mais frio que de costume, mais contrafeito, fallando baixinho, a dizer-me que, tendo confabulado com o Presidente a respeito da revisão da Tarifa, que o governo pretendia levar a effeito, indicou para constituir a commissão, que devia emprender esse serviço, os nomes dos conferentes Paula e Silva e Jansen Muller, mas o Presidente declarara preferir o sr. Paula e Silva na Inspectoria, podendo eu substituí-lo na commissão.

Respondi-lhe que muito me desvanecia a indicação do sr. Presidente, mas pedia permissão para declinar da honrosa distincção e aguardava as suas ordens para passar o exercicio do cargo de Inspector a quem o governo determinasse.

Dirigi-me á Alfandega, arrumei os meus papéis e esperei o meu substituto, que não veio nesse dia, nem no outro, obrigando-me, no terceiro, a dirigir-me por carta, datada de 7 de Agosto de 1919, ao Dr. Homero, renovando-lhe o pedido de dispensa das funcções, que estava exercendo.

Os jornaes dessa noite já davam a minha exoneração com a nota de a pedido.

Extranhei o incidente, não só pelo que deixo referido, no momento da posse do ministro, como porque, quando foi da minha nomeação, o primeiro cartão de felicitações, que recebi, foi do doutor Epitacio, redigido assim: "Ao illustre collega e

amigo, Dr. Lindolpho Camara — Eptacio Pessoa — cumprimenta e felicita pela sua acertada nomeação para a inspectoría da Alfandega desta Capital. — Rio, 22-11-1918”.

Depois, soube de pessoa que privava no Palacio, que um amigo do Presidente, meu desaffectedo, *cavara* o meu alijamento, como o machinista que retira o *boi da linha*, para poder livremente promover a conferente um irmão, com preterição de funcionarios competentes.

Verdade ou não, o facto verificou-se.

VINGANÇA DE UM PRESIDENTE

Recolhi-me em paz ás minhas modestas attribuições de conferente, não desejando mais a vida agitada das commissões de confiança pessoal, que nunca solicitei e tanto me aborreceram.

Eis, porém, que na Presidencia Arthur Bernardes, sendo Ministro da Fazenda, o Dr. Raphael de Abreu Sampaio Vidal, a quem nem de vista eu conhecia, sou posto á disposição do ministerio, por acto de 17 de Janeiro de 1923, para proceder á revisão e elaboração de diversos regulamentos de impostos. Trabalho penoso, avultando pela sua importancia e natureza, a regulamentação do imposto sobre as vendas mercantis, uma novidade, sem *similé* na legislação patria e na estrangeira.

Todo o commercio e toda a industria se agitam e de toda parte surgiam suggestões; as associações commerciaes de todas as praças do Brasil falavam, em profusão da idéa, que, em vez de elementos a esclarecer o assumpto, traziam a balburdia, a confusão.

Joeirando toda essa chusma de originaes, os mais contraditorios, pude separal-os por ordem e concatenal-os, formando o esboço para estudo menos tumultuoso da materia.

Consumi tempo, mas emfim, depois de publicado o anti-projecto para conhecimento dos interessados, com pequenas modificações, então, lembradas, foi decretado o Regulamento.

A revisão de outros regulamentos foi trabalho banal, sem importancia. O que ha a assignalar, nessa incumbencia, tão afanosa, é que uma vez publicados os respectivos actos regulamentares, o Presidente Arthur Bernardes mandou-me dispensar, em 3 de Outubro de 1924, ordenando ao Ministro da Fazenda que me fizesse addir á Alfandega de Porto Alegre, o que seria para mim uma diminuição e imenso transtorno para minha familia, composta de mulher e dez filhos, todos cursando collegios primarios e secundarios, instituto de Musica, etc.

O Ministro, em sua consciencia, achou tão monstruosa a ingratidão do Presidente, que, depois de loclupetar-se dos meus melhores serviços, visava atirar-me *às urtigas*, que, guardando sigilo, não cumpriu a ordem e limitou-se a agradecer-me, com o menor numero de palavras possivel, os meus esforços.

Bernardes marcou-me com o seu odio, porque eu era o presidente do Club dos Funcionarios Publicos Civis, quando surgiu a sua candidatura á Presidencia da Republica, disputada tambem por Nilo Peçanha.

No Club estabeleceram-se as correntes, — a que apoiava Bernardes e a affeiçãoada ao Nilo.

Uns e outros socios requereram-me a convocação de uma assembléa geral para resolver sobre a attitude que o Club deveria assumir no pleito.

Guardando completa neutralidade, como presidente, fiz a convocação que foi concorridissima e quasi tumultuaria, vencendo a parcialidade sympathica ao Nilo.

Limitei-me a communicar o resultado aos Delegados do Club nos Estados, sem uma palavra siquer de coação moral.

Admitto, já que é uma tara de seu temperamento, a perversidade que quiz exercer sobre mim, mas o que reprovo é a vilania do seu acto, depois de usurpar os meus serviços.

Não ficou só nisso. Pouco tempo depois, por fallecimento do conferente Paula e Silva, que era um dos membros do Conselho do Commercio e Industria, por parte do Fisco, o inspector da Alfandega, sem me consultar, apresentou por escripto meu nome para preencher a vaga, sendo, agora, ministro da Fazenda, Annibal Freire.

Este, indo a despacho em Petropolis, onde Bernardes veraneava, levou a proposta e, a folhas tantas, apresentou-a.

Bernardes, num pequeno esforço de memoria, a recordar o nome, devolveu a proposta dizendo: *esse homem não está aqui*.

O Dr. Annibal, com quem eu estivera dias antes, por felicidade minha, comprehendeu a animosidade revelada na expressão *esse homem* e silenciou, mettendo o papel na pasta.

Bernardes julgou-me *addido* á Alfandega de Porto Alegre e tomou essa proposta como um ardil para favorecer a minha volta, e, assim foi melhor, porque se elle soubesse que eu estava no meu lugar,

na Alfandega do Rio, ter-me-ia *removido* para a Clevelandia, onde iria morrer de fome e de malária, como centenas de outros, menos felizes do que eu, condemnados por elle. Dizem que a vingança é o *nectar* dos Deuses. Pois eu gozei, vendo-o descer as escadas do Cattete, como um reprobó, entre duas filas de soldados, de armas embaladas, estendidas, desde a porta principal do Palacio até á estrada de ferro, afim de preservá-lo do odio e da vindicta popular, no seu embarque para Minas.

Felizmente, no Brasil, a Presidencia da Republica é uma especie de cadeira electrica, da qual os presidentes saem *mortos*, ou physicamente, para o cemiterio, ou — moralmente — para o meio das suas victimas, como sombras a vagar, sob o peso da consciencia, perdida toda a esperança de voltarem a ser alguma cousa no scenario politico e social.

Assim, temos a certeza de que Bernardes não será mais nada.

O CODIGO ADUANEIRO

Decorridos tres annos, o Ministro, Dr. Getulio Vargas, por acto de 11 de Novembro de 1927, pôz-me á disposição do seu gabinete, incumbindo-me da revisão do projecto do Codigo Aduaneiro.

Honrosa tarefa, mas a mais ardua de quantas me pesaram nos hombros. Esse projecto tem uma longa e interessante historia, que direi por alto.

O Ministro, Homero Baptista, como pensou em rever as Tarifas Aduaneiras, julgou de urgente necessidade a reforma da legislação fiscal, elaborando um Codigo, para substituir a Nova Consolidação das Leis das Alfandegas, que já era velha e, tão profundamente mutilada e enxertada por disposi-

ções de leis exparsas, tornava-se um obstaculo á boa ordem e harmonia da administração, nesse ramo do serviço publico.

Em 2 de Outubro de 1922, designou para incumbir-se da elaboração desse trabalho, uma commissão composta do Dr. James Darcy, presidente e do Dr. Angelo de Oliveira Bevilaqua, conferente da Alfandega do Rio de Janeiro e Paulo Martins, 1.º escripturario da Recebedoria do Districto Federal. Em 12 de Fevereiro de 1923, essa commissão foi accrescida de mais dois membros, Dr. Victor Vianna, advogado e Elpidio Boamorte, tambem conferente da Alfandega do Rio.

Escoara-se o primeiro anno e nada a Com-missão havia feito.

Aventou, então, o seu presidente a idéa de um passeio á Europa, á custa dos cofres publicos.

O Ministro, de boa fé, accedeu e, em principio de Dezembro de 1923, partiram para a Europa os tres primitivos membros, permanecendo no Rio de Janeiro o Dr. Victor Vianna e o conferente Boamorte, que, em 16 de Março de 1924, seguiu para o norte, em visita ás Alfandegas indigenas, para observar-lhes as falhas do serviço.

A commissão chegou á Europa em fins de Dezembro de 1923, mas só iniciou as suas visitas depois das festas do Natal.

Visitou Paris, Havre, Bruxellas, Suissa e Genova. Não esqueceu de ir á Roma, de onde voltou sem vêr o Papa.

O seu regresso verificou-se em Abril de 1924. Por esse tempo voltava o conferente Elpidio da Boamorte da sua excursão ao norte do paiz.

Reunidos agora, nesta capital, todos os membros da commissão, conhecedores dos serviços e da

legislação das Alfandegas, que viram e observaram — nacionaes e estrangeiras, parecia que a elaboração do Codigo não offerecia maior difficuldade e terminaria em breve tempo.

Assim, porém, não aconteceu.

Além de uma copiosa relação de accordãos do Supremo Tribunal Federal, proferidos sobre materia fiscal, entregue pelo Dr. Victor Vianna, de um capitulo escripto por Elpidio da Boamorte, creando a Inspectoria Geral das Alfandegas e de um outro sobre isenção de direitos da lavra do doutor Angelo Vevilaqua, nem mais uma linha.

Foi esta a situação encontrada pelo Ministro, Getulio Vargas, ao assumir a pasta da Fazenda. Então resolveu dar por extincta a comissão, em 10 de Janeiro de 1926, e encarregou para *ultimar* os trabalhos do Codigo, o mais antigo dos seus membros, o 1º escripturario, agora, da Alfandega do Rio de Janeiro, Paulo Martins.

Este teve medo da solidão, a que o condemnou o Ministro, e arranjou um companheiro, que, embora vesgo na materia, acabava de ser o chefe de policia da Capital da Republica, em época, diz o Paulo Martins, na Introducção do seu projecto, de apprehensões e receios, o Dr. Carlos da Silva Costa, que lhe fez, mais tarde, o panegyrico.

Pode-se dizer que o Paulo Martins ficou só, porque o Dr. Carlos Costa nada mais fez que esse elogio, no officio em que apresentou ao Ministro o trabalho, dado como perfeito e acabado, em Julho de 1928.

Com a responsabilidade de *ultimar* sosinho o que nem começado estava, Paulo Martins resolveu ir, como disse-me em carta de 12 de Março de 1927, para um recanto solitario de Petropolis (Moçella)

convalescer de uma gripe e entregar-se ao serô trabalho do Codigo.

E accrescentou: "Claro é que não posso dispensar as luzes de sua competencia, da sua experiencia e, — o que é mais, — o seu conselho amigo e sincero".

Essas *luzes*, essa *experiencia* e esse *conselho*, eu já lh'os havia promettido, dias antes, em um encontro fortuito, que tivemos na rua do Ouvidor, como elle lembrou.

"Envio-lhe, para esse fim, diz na sua primeira carta, o indice das materias que o Codigo deve conter e por ellas você verá qual a contribuição que me quer dar. Desejaria muito que escrevesse sobre *multas*, *recursos*, *prescripções*, *contrabando* e o mais que quizesse e si não quizer descer a redigir taes capitulos, ao menos, lembre-me, num escorço, o que devem elles conter, a legislação a attender, etc."

Após, recebi a seguinte carta, dizendo:

"Já lhe escrevera, quando relendo o indice, verifiquei a omissão de um capitulo sobre *isenção de direitos*. Como tenho um trabalho da autoria do Bevilaqua, que, em linhas geraes, acho bom, lembrei-me de lh'o remetter, pedindo sua opinião e o accrescimo da materia que julgar necessaria".

"Diga-me tambem onde julga que ficará melhor. No titulo da importação? Nas disposições geraes? Ou com um titulo proprio? Não seria isto melhor? Perdoe-me as importunações, que já lhe começo dar. Mas terá de ser assim; tenho de recorrer ás boas fontes".

E assim, escreveu-me sempre, consultando e pedindo trabalhos, de 12 de Março a 6 de Maio, quatorze cartas, que não publico ná integra, porque são muito encomiasticas e extensas,

A todas respondi, satisfazendo o seu desejo, com a maior solicitude e franqueza de opinião.

E, para exemplo, transcreverei trechos da minha primeira missiva, datada de 23 de Março:

“Respondo ás suas duas cartas, datadas de 12, recebidas a 19 e a de hontem, — aquellas acompanhadas das copias do indice do projecto do Cod. Aduaneiro e do Capitulo sobre as isenções.

Não conheço o amago do trabalho da commissão a que V. empresta o brilho do seu talento, mas, a julgar pelo indice que me confiou, acho-o muito defficiente, bastando, para isso, confrontal-o com o da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas, que detalha minuciosamente todos os assumptos pertinentes ao regimen alfandegario brasileiro e que não poderão ser desprezados pelo Cod., sob pena de vir a ter execução difficil e falha.

O melhor Cod. é aquelle que condensa as nórmas legislativas, que se vêm crystalisando atravez dos tempos, como necessidades de organismos em formação, como o nosso paiz, que, não obstante já contar um seculo de vida autonoma, ainda não adquirio a plenitude de uma constituição, capaz de se reger por simples disposições de caracter geral.

Penso que no regimen aduaneiro, tudo deve ser particularisado, nenhum assumpto, nenhum serviço a cargo das estações fiscaes, póde desapparecer do ambito do Cod., para ser entregue a regulamentações esparsas, que por fim, falseam o systema e lançam a confusão e a desordem nos dominios da administração. Para mim, prefiro a consolidação das disposições existentes, com as modificações aconselhadas pela pratica, não só por espirito conservador, como porque não se causa nenhum abalo, nenhuma perturbação á marcha regular dos serviços, e nem se crião difficuldades e embaraços á navegação, ao commercio e aos demais que são obrigados a ter relações com o fisco aduaneiro, com alterações e innovações sem resultado apreciavel.

Restituo-lhe o Capitulo das isenções, da lavra do Bevilacqua. Com franqueza, não gostei; é muito incompleto.

A *isenção* deve ser tratada com mais minuciosidade e segurança.

Como V., não estou de accordo com aquella novidade limitativa de 10% do capital empregado na obra beneficiada.

A *isenção* é um grande factor economico, que muito interessa ao progresso industrial, material, moral e intellectual do paiz.

Aquillo que o Governo não pôde por si só fazer, no tocante, por exemplo, á viação ferrea, á navegação, á instrucção, á assistencia hospitalar, etc., conseguil-o-ha, no todo ou em parte, interessando, animando, garantindo a iniciativa particular, concedendo a *isenção* de direitos e taxas de importação e mais onus, que seriam obstaculo permanente a qualquer apprehendimento de utilidade publica.

O assumpto deve ser encarado com desassombro, cercando-se-o de garantias fiscaes, por meio de uma legislação cautelosa, previdente, severa, mas não asphyxiante, aggressiva, demolidora do capital.

Agora, respondendo á sua carta de 22.

Pede-me V. a minha opinião acêrca da conveniência da conservação ou não do *despacho sobre agua*, por lhe parecer que elle é causa de moambas.

Todo o serviço alfadegario offerece probabilidades de fraude, desde que não se conte com pessoal idoneo, competente e honesto para executal-o. O *despacho sobre agua* não pôde ser supprimido da nossa legislação fiscal, — primeiro, — porque attende á necessidade de terem prompto desembaraço e sahida rapida generos e mercadorias de facil deterioração, mercadorias explosivas ou inflammaveis, etc.; segundo, — porque evita o atulhamento dos armazens com generos importados a granel, ou de grande peso e de grandes dimensões, em geral de pequenas taxas, que não compensam o prejuizo resultante da sua estada ou permanencia por longo tempo.

* * *

Quanto á *Commissão de arbitros*, estou de pleno accordo com a sua suppressão, desde que a *Commissão* de

Tarifa passe a deliberar, como 1.^a instancia, nas questões de classificação e de applicação da Tarifa, tendo como 2.^a instancia o Conselho Superior, organizado conforme V. me descreve.

Dou-lhe tambem o meu applauso ao restabelecimento do corpo de officiaes de descarga, de accordo com a sua primitiva funcção”.

Em carta de 14 de Abril, dizia-lhe eu:

“Não esqueci de dar-lhe a minha opinião sobre a fiança que V. pretende instituir para o exercicio do cargo de official de descarga que o amigo pensa, com justa razão, em restabelecer.

Aguardava-me para fazel-o, quando remetteste as minhas notas sobre as *isenções de direitos*.

Entretanto, correspondendo ao desejo que me manifesta na carta a que respondo, vou dizer-lhe, com franqueza o que penso a respeito.

O cargo de official de descarga, embora de categoria inferior, não deixa de ter grande importancia, quanto á fiscalização aduaneira.

E', por assim dizer, a primeira sentinella, posta de guarda á entrada das mercadorias no porto e nos armazens. São os primeiros olhos que se abrem, por parte do Fisco, para verem e acompanharem o volume no seu tracto, até o seu recolhimento nos sitios, que lhes são destinados.

Parecendo de somenos importancia, é, no emtanto, um cargo de grande importancia e responsabilidade.

Parece que cabia muito bem a exigencia de fiança, de quem o quizesse occupar. Mas muitos outros cargos de maiores responsabilidades funcçionaes ha como, por exemplo, os guarda-móres e seus ajudantes, os conferentes e outros, para os quaes não se exige fiança.

Creal-a para os officiaes de descarga seria, a meu vêr, difficultar demais o seu preenchimento, porque, certamente, a fiança não poderia ser senão de quantia superior a conto de réis, afim de que não se tornasse ridicula a exigencia, e, assim, só os que pudessem dispôr desse dinheiro, açambarcariam a funcção.

V. tem razão em querer fugir ao aproveitamento de addidos, já viciados, mas a exigencia de fiança, não os afastará e o governo não poderia deixar de nomeal-os, desde que elles se propuzessem a prestal-a.

Penso que o provimento desses cargos deve ficar dependente de concurso sobre noções de lingua portugueza, arithmetica e redacção e da prova documental de conducta civil e moral.

Para mim, o concurso ainda é o melhor criterio para a escolha dos individuos, quaesquer que sejam as funções a exercer.

O concurso anda tambem desmoralisado, mas, mesmo assim, é preferivel e afasta da concorrencia elementos indesejaveis, que, sem elle, viriam, facilmente, trazidos pela mão dos politiqueiros inescrupulosos”.

E ainda em carta de 17 de Abril:

“Satisfazendo o seu pedido, por carta de 1.º deste mez, envio-lhe nove tiras manuscriptas, que traduzem o que penso acêrca das isenções de direitos.

Como já tive occasião de externar-lhe, não sou dos que fulminam as isenções e pedem sua exclusão em absoluto da nossa legislação fiscal.

A isenção de direitos opera como um grande factor do progresso e desenvolvimento do paiz.

O que é preciso é cercal-a de garantias para que o favor não degenere em fonte de abusos.

Como verá, legislo de modo a amparar o systema que já se acha em vigor, mas disponho que, da data do Cod. em deante, nenhuma nova isenção, exceptuadas as de character permanente da Tarifa e as originadas de clausulas contractuaes, será permittida sem previo *deposito* dos direitos, cuja importancia será restituída aos interessados, depois de provado o destino e applicação dos generos e mercadorias importados.

Esta providencia é, a meu vêr, de grande alcance fiscal e offerece grandes vantagens.

Primeiro, o importador, desde que tenha de depositar os direitos da mercadoria, será commedido na importação, só mandando vir aquillo que seja o indispensavel para os seus serviços; segundo, o fisco, no caso de desvio dos

objectos importados já estará garantido dos seus direitos, sem maiores encommodos e despesas de complicada fiscalização.

Talvez isso não agrade aos que fazem da isenção uma industria.

Mas o fisco não estará por isso, penso eu.

A tendencia actual, manifestada no decreto n.º 4.910 de 10 de Janeiro de 1925, é acabar com as isenções, mas, considero isso um mal para o desenvolvimento moral, intellectual e material do paiz.

O systema da concessão, garantida pelo deposito dos direitos, offerece um criterio seguro de conciliação entre os interesses do fisco e os dos concessionarios.

V. me falou na sua ultima carta sobre a cobrança do imposto de consumo ser feita no despacho de importação. Isso seria de grande necessidade, como medida facilitadora do serviço e até certo ponto de economia para os cofres publicos.

Está claro que o imposto que recae sobre mercadorias cuja sellagem não seja directa póde perfeitamente ser pago *por verba* na nota do despacho de importação; mas o mesmo não acontece em relação ás que devem ser selladas directamente. O imposto, neste ultimo caso, será pago por meio de guia pela qual obterá o industrial ou o commerciante as estampilhas de que precisar para expôr os seus artigos á venda.

Devo, porém, dizer-lhe que não considero isso materia de um Cod. aduaneiro e sim da lei que regular a cobrança das *rendas internas* e o que está em vigor já satisfaz em parte á fiscalização e conveniencia do serviço.

Pediu-me V. tambem idéas sobre o contrabando. Tenho-as, manifestadas em um projecto que, comó deputado, apresentei á Camara, cujo trabalho, bastante desenvolvido, aguardo-me para lh'o offerecer em mão".

Paulo Martins trabalhou com afinco e já na sua carta de 7 de Abril dizia-me:

"Tenho toda a esperanza que V. vae gostar do Codigo. Com as suas observações, tenho procurado não esquecer nada, dando, no que tenho escripto a impressão liberal

que inspirou a sua feitura. Precisaremos, talvez, de uma semana para lermos e commentarmos tudo. Estou muito fatigado já; mas é preciso levar avante esse trabalho, em que, afinal, pago como se fosse o maior culpado... Salva a operosidade do Elpidio, — eu, o Darcy e o Bevilacqua deveríamos apanhar uma surra, cada um”.

Na sua penultima carta, de 4 de Maio, elle me annunciava o seu regresso á capital a 8, lamentando trazer o trabalho ainda não completo, por faltar-lhe: a) Capitulo sobre facturas consulares; b) Capitulo sobre despachantes aduaneiros; c) as disposições geraes; d) diversas tabellas e modelos.

E como despedida, desencadeou sobre a minha pobre pessoa a tempestade de seu carinhoso modo de tratar-me:

“Não sei se esta será a ultima carta, que daqui lhe escrevo, destinada, assim, a encerrar a nossa correspondencia epistolar, mantida por quasi dois mezes. Seja ou não a ultima carta desta série, o que não quero deixar passar é a oportunidade de bemdizer a minha inspiração de procurar ouvil-o. Tive desse torneio, que assim poderemos chamar a série de cartas, que trocamos, ensejo de descobrir na sua organização intellectual e profissional uma infinidade de facetas, ineditas para mim. Por mais que lhe conhecesse, jámais poderia ter de seu preparo uma justa medida. A segurança com que V. aborda qualquer assumpto fazendario demonstra que nas differentes comissões porque passou, o fez de modo brilhante. Dirigindo a Recebedoria, a Alfandega do Rio ou a Caixa de Amortização, tenho a impressão que V. iniciava suas administrações como se houvesse na vespera trabalhado na repartição nova, que V. ia dirigir.

“Esse formidavel cabedal profissional que não se forma em passeios na Avenida, nem na escalada forçada dos postos de administração, mas na calma dos gabinetes, no trato diario com as leis, no manuseio quotidiano da jurisprudencia fiscal, — representa em V. um lidimo padrão de gloria, um attestado eloquente de uma vida fructuosa em bem do seu paiz”.

Registro todo esse chorrilho de amabilidades brotadas, penso, espontaneamente da alma simples e generosa de um caboclo do nordeste, não por vaidade, mas, porque o faria da mesma fôrma, se, em vez de flôres de rhetorica, fossem assobios ou pedradas de um moleque.

* * *

Paulo Martins não precisava da umbella do paronympho que escolheu, para apresentar o seu trabalho ao Ministro, mas, como estava em moda pedir abrigo aos medalhões da época, elle o fez, não sem veleidade, para que dizessem delle o que elle disse de mim.

E o *padrinho* foi franco e, para não deixar duvida de que nenhum auxilio intellectual ou material lhe prestou, disse, em seu officio de apresentação: “Minha designação para essa honrosa incumbencia foi feita quando a obra já estava, por assim dizer, terminada. “Fui dest’arte, mais espectador do que executor no formidavel e complexo empreendimento a que estão ligados nomes que honram a cultura do Brasil... e Paulo Martins foi, sem duvida, dos mais esforçados entre os que se entregaram a esse ingente e patriotico trabalho”.

O paronympho não foi justo, nem verdadeiro, dizendo *dos mais esforçados*, porquanto Paulo Martins foi o *unico esforçado* e disso dou o meu testemunho.

* * *

Designado *revisor* do projecto a 11 de Novembro de 1927, no dia 16, recebi o respectivo autographo e nem por ter sido collaborador anonymo, me

julguei dispensado de examinal-o convenientemente, para corresponder á confiança do Ministro.

Paulo Martins vio nisso uma deslealdade da minha parte ou pretender eu arrancal-o do pedestal da sua vaidade de figurar sosinho no frontispicio do Codigo, sem a sombra de outro nome, que empanasse o brilho do seu.

A ambição e a pressa de entrar logo para a historia, como supremo autor do primeiro Codigo Aduaneiro, feito no Brasil, tiraram-lhe a calma necessaria para vêr que nada perdia em esperar. O Codigo ficava sendo sempre delle; a revisão é que era minha. Mas não; dispondo de influencia no gabinete do Ministro, onde trabalhava, conseguiu á sorrelfa, que aquelle titular ordenasse a impressão do seu trabalho, ainda não revisto, na Imprensa Nacional, com uma larga tiragem em papel de luxo, occasionando aos cofres publicos uma despesa improficua, de mais de trinta contos de réis.

Victorioso na primeira parte do seu plano de frustrar a *revisão*, não foi difficil, pelo mesmo arçil, que o seu trabalho fosse, extemporaneamente, remettido, com mensagem do presidente da Republica ao Congresso Nacional, cujo expediente veio publicado no *Diario Official*, de 19 de Outubro de 1928.

De posse deste, procurei o Ministro e agrade-ci-lhe o modo delicado e summario, pelo qual me havia libertado do pesado encargo, que me estava roubando o somno e exgottando o organismo, pois que a revisão estava sendo levada a effeito, sem prejuizo das funcções de inspector da Alfandega do Rio que elle mesmo, Ministro, me confiou, em hora aziaga para mim.

Aquelle titular mostrou-se surprehendido e tomou-me a pagina do *Diario Official* para vêr, com os seus olhos, e certificar-se do logro que lhe haviam passado.

Voltando a si, perguntou-me em que pé estava o meu trabalho e informado do seu adiantamento e das causas da sua demora, autorisou-me a proceder a sua conclusão, dizendo-me que iria entender-se, na Camara dos Deputados, com o presidente da Commissão, a que fosse distribuido, para aguardar o projecto revisto.

De facto, em 18 de Abril de 1929, entreguei o meu trabalho, sendo immediatamente remettido pelo Ministro ao 1.º secretario daquelle ramo do Poder Legislativo.

Distribuido á Commissão competente, foi logo mandado imprimir em avulsos para estudo, cabendo-me ainda o onus de emendar as provas typographicas, tarefa, por sua vez, morosa, dando logar a que só na sessão legislativa de 1930 pudesse o Codigo entrar em estudo.

Mas 1930 foi o anno fatidico da dissolução do Congresso pelo governo revolucionario.

O projecto jaz sepultado nos escombros da Republica Velha.

PESQUISADOR DE FRAUDES

Em meio á paciente e laboriosa revisão do Codigo aduaneiro, sou chamado pelo Ministro ao seu gabinete, no dia 8 de Junho de 1928.

Recebeu-me, declarando que ia designar-me para proceder a inquerito na Caixa de Amortização acerca do furto de notas, já substituidas e picotadas, que acabavam de apparecer em circulação.

Não pude esquivar-me dessa empresa, mesmo allegando a interrupção daquelle trabalho, que eu considerava de maior importancia para o Governo. — Não ha duvida, disse-me, mas o Codigo espera e este caso é muito urgente.

No outro dia marchei para a Caixa a enfrentar-me com um *bendegó* verdadeiramente assombroso, de arrojo e de audacia, em que tomaram parte não só muitos funcionarios daquelle repartição, como pessoas estranhas, com elles relacionadas.

Depois de andar pelos presidios a tomar o depoimento dos implicados, de examinar escriptas e livros, pude constatar, de modo a não deixar duvida, o montante da rabuda fraude, levada a effeito com *notas* (papel-moeda) furtadas no acto da sua conferencia para a queima e mesmo no da incineração, e trocadas nos guichets dos fieis, não obstante a sua picotação ou inutilisação á machina, por dinheiro novo, com que eram suppridas as caixas dos encarregados dos trocos.

A importancia, confessadamente, desviada pelos peculatórios attingiu á cifra de 3.374:300\$000.

Era uma fraude tão intelligentemente architectada dentro da repartição, que permaneceria a vida inteira, sem jámais ser descoberta, se não fosse, providencialmente para a Fazenda, a leviandade de uma mulher, esposa ou amante de um dos autores, que não se conformou em perder algumas das notas roubadas e foi trocal-as em Bancos da praça.

TERCEIRA VEZ NA ALFANDEGA

Estava escripto que eu havia de subir, pela terceira vez, as escarpas do monte das Caveiras.

Depois de entregar, em 16 de Julho de 1928, o relatório das occorrencias da Caixa da Amortização, chama-me ao telephone, na manhã de 23, o Director Geral do Thesouro, Dr. Gonsalves de Mello, para dizer-me que o Ministro precisava falar-me urgentemente.

Preparei-me para sair. Chovia copiosamente. Logo que transpuz o portão, chegava um automovel, do Ministerio, que eu não esperava, para conduzir-me.

Em poucos minutos, encontrava-me com o Director Geral, que não me quiz dizer de que se tratava e levou-me logo á presença do titular da pasta. Este entrou, sem preambulo, no assumpto. O presidente da Republica tivera denuncia, disse-me, de que na Alfandega do Rio de Janeiro estavam sendo perpetradas grandes fraudes e indicara o meu nome para fazer parte, como presidente, de uma comissão, que ia ser nomeada para investigal-as.

Senti-me asphyxiado, mas recobrando o animo, usei de franqueza com S. Ex.

Por maior que fosse o meu empenho em servir ao Governo de todas as vezes em que era procurado, desta não me era absolutamente possivel fazel-o.

— Mas olhe que o seu nome foi o unico indicado pelo Presidente.

— Sim, muito me honra. Mas peço permissão para lembrar a V. Ex. que o inspector da Alfandega é meu desaffectedo e, embora eu não me prevalecesse dessa circumstancia para carregar-lhe a mão, elle em defeza, caso se positivem as fraudes, dir-se-á victima do seu inimigo.

E o nosso meio, sempre propenso a absolver defraudadores e peculatórios, o julgaria uma vestal e a mim, o seu algoz.

S. Ex. impressionou-se e dirigiu-se á cabine do telephone de onde falou com o Presidente no sentido do que eu lhe disse e voltou trazendo-me a dispensa pelos motivos allegados.

Sahi persuadido de que nada mais teria a vêr com o drama.

Entretanto, ás cinco horas da tarde, recebia em minha casa, do gabinete, mettida em capa official, que me era destinada, a portaria de S. Ex. designando-me para o cargo de inspector da Alfandega, cujo exercicio deveria assumir na manhã do dia seguinte e a communicação do Director Geral de haver sido addido a uma das Directorias do Thezouro o inspector denunciado, e, bem assim, a nomeação dos funcionarios, investigadores das fraudes.

Não havia appellação desta sentença.

Entendemo-nos, eu e os membros da commissão, para acertar as providencias preliminares a tomar, garantidoras do exito da ardua incumbencia.

A primeira, de effeito rapido e efficaz, foi tomada junto á Companhia do Caes do Porto, re-commendando o fechamento das portas de sahida até segunda ordem da nova administração da Alfandega, sem permittir a retirada de volumes, nem mesmo de mercadoria conferida na vespera, por qualquer motivo, sustada.

No dia seguinte (24) mudados os conferentes e desempedidas as portas, começou a faina da verificação apurando-se, logo de inicio, á primeira conferencia a que se procedeu, uma differença con-

tra a Fazenda nos direitos de um despacho, já des-
embaraçado na vespera, na importancia de mais
de 90:000\$000 (noventa contos de réis).

Estava descoberto o veio da grande mina.

Foi um processo ruidoso, de vasta documenta-
ção, do qual escaparam os angelicos personagens
pela porta lateral da revolução de Outubro, que os
considerou victimas do odio e da perseguição do
Sr. Washington Luiz.

* * *

Apuradas as defraudações, exonerados e sub-
mettidos a processo criminal os responsaveis, en-
tendeu o Governo de, por decreto de 20 de Maio
de 1929, confirmar a minha designação anterior,
para continuar no exercicio das funções de ins-
pector, em commissão.

Ser chefe de repartição com o Sr. Washington
Luiz, era arriscado, porque, de um momento para
outro, incorreria na colera impetuosa, embora pas-
sageira, do seu espirito cheio de apprehensões fi-
nanceiras.

Confundia ás vezes energia com aspereza e
tornava-se rispido em demasia. Havia, ha pouco,
se transferido para o Palacio Rio Negro, em Pe-
tropolis, e no dia 24 de Janeiro de 1930, pela ma-
nhã, chamou ao telephone o Ministro da Fazenda,
fazendo-o saber que acabara de ler uma entrevista
dada por mim ao *O Globo* do dia 20, commentando
a queda das rendas e attribuindo-a á instabilidade
do cambio; o Ministro mandasse averiguar e, se
fosse verdade, lavrasse-me a demissão.

Quem lhe falasse em cambio pisava-lhe nos
callos.

Estava entregue ao meu expediente ordinario, bem socegado, quando *tilinta* a campainha do telephone; era do Gabinete do Ministro, que me mandava chamar, sem demora.

Ponho-me a caminho, e lá chegando, o Ministro perguntou-me, delicadamente, se eu havia tido alguma entrevista com "*O Globo*" e referiu-me o recado do Presidente, que se mostrou muito desgostoso.

Respondi-lhe que não; recordava-me, porém, de haver dias antes um dos reporters daquelle vespertino, que fôra á repartição tratar de negocio de seu interesse, salientado o facto de as rendas estarem a decrescer e perguntou-me a que eu attribuia o phenomeno; disse-lhe que esse era de character geral e economico, parecendo um mal que se observava, no visivel retrahimento das importações.

O Ministro pediu-me que lhe dissesse isso por escripto.

Tornei á Alfandega, de onde voltei, logo depois, entregando-lhe a seguinte carta:

"Rio, 24 de Janeiro de 1930.

Exm.º Sr. Dr. Oliveira Botelho, M.D. Ministro da Fazenda.

Agradeço muito cordealmente a V. Ex.ª a attenção que teve commigo, fazendo-me sabedor do desgosto manifestado pelo Exm.º Sr. Presidente da Republica, a proposito de uma noticia publicada pelo "*O Globo*" sobre a queda das rendas desta Alfandega. Devo dizer a V. Ex.ª que não dei nenhuma *entrevista* áquelle jornal. Em rapidissima conversa que tive com um dos seus reporters, que desejou saber a origem desse phenomeno, eu o attribui a causas geraes, como fossem o café e a retracção da importação, sem entrar em detalhes sobre o cambio. Não escrevi para

essa noticia nem uma linha, como não me foi dado rever as provas, pois se tivesse sciencia previa do que foi publicado, certamente excluiria a referencia, particularizada sobre o cambio.

E' a explicação que posso dar a V. Ex.ª

De V. Ex.ª att.º ad. e ob.º —

João Lindolpho Camara".

O Ministro leu a carta e penso que era sua intenção remettel-a ao Presidente.

Na manhã do dia 28, "O Paiz" publicou esta nota:

"Entrevista falsa — Devidamente autorisados, affirmamos ser de todo falsa a entrevista publicada pelo "O Globo", na sua edição de 20 deste mez e attribuida ao Sr. Lindolpho Camara, inspector da Alfandega. Não fez a quem quer que seja o chefe daquella repartição aduaneira as declarações dadas a publico, como de sua autoria.

Trabalhando no seu gabinete, na occasião em que examinava papeis dependentes do seu despacho, approximou-se do inspector da Alfandega uma pessoa para cumprimental-o, á qual, perguntado acerca do movimento das rendas aduaneiras, attribuiu o seu decrescimo á diminuição da importação e esta a factores de ordem geral, registrados tanto no exterior como no Brasil. Não teve conhecimento o inspector da Alfandega, por qualquer meio, das declarações, que lhe foram attribuidas. Inexistente a entrevista a que nos referimos, muito menos tratou o Inspector da situação cambial, sendo pura phantasia tudo quanto divulgou aquelle vespertino, sem qualquer viso de idoneidade ou procedencia".

Parece que foi escripta por mim, com o proposito de desviar da minha cabeça os raios da colera olympica.

Não a solicitei, porém, nem a inspirei.

Mas teve a virtude de provocar do "O Globo", no mesmo dia, á tarde, uma explicação formal e categorica.

Eil-a:

"A mentalidade dos escribas officiaes, de ordinario, é tão lamentavel, que quando se propõe a prestar um serviço ao governo, sempre o desserve. E' o caso de agora com um suolto pretendendo contestar a veracidade de uma nota que ha já mais de uma semana publicamos, tentando explicar as causas da quêda das rendas da nossa aduana. A preguiça ou melhor, a evidente má fé do es-criba viu uma entrevista, numa simples nota de impressão de um nosso redactor, em palestra ligeira com o inspector da Alfandega.

E para contestar facilmente a nota, considerou-a uma entrevista, para vir, lêsto, com a sentença irrecorrivel da falsidade.

E, pela contestação leviana, vê-se que o maior cuidado foi servir o governo, dizendo que o Inspector da Alfandega "não disse aquillo" sobre o cambio. A má fé, alliada á tacanhice de intelligencia, tem, porém, desta vez, a virtude contraprodudente de deixar mal o governo, fazendo gerar presuposição de que o Inspector da Alfandega havia feito declarações sensacionaes sobre a dansa de S. Guido com que o cambio brincou um pouco com o conceito rigoroso e estabilizador do Presidente da Republica. E como a intelligencia não ajudou ao escriba, no seu proposito de contestação da nota, e antes attribue uma injustiça ao inspector da Alfandega, apressamo-nos em reparar esse mal praticado por outrem, no regimen da completa inconsciencia.

Primeiramente, o Sr. Lindolpho Camara não nos concedeu entrevista: -- uma bem definida em jornal. Simplesmente, um nosso redactor, encontrando-se com o inspector da Alfandega, em palestra com elle, consultou-o sobre as causas da quêda das rendas aduaneiras. E, como technico, ennumerou o Sr. Lindolpho as causas geraes, que determinaram a propria crise economica mundial, reflectindo-se até ha pouco sobre o cambio sul-americano.

Registrando essa impressão, na alludida nota, fomos além do conceito emittido pelo inspector da Alfandega. E como o cambio já havia valorizado o dollar até 9\$500, dissemos naturalmente que os importadores haviam de se retrahir, nas suas encommendas, enquanto o cambio estivesse roçando pela casa dos quatro. Essa affirmação não era, de modo algum do Sr. Lindolpho Camara. Fizemol-a, em face dos actos, indo além da sua natural cautela na interpretação de um facto que devia impressionar seriamente o governo, como seja a quêda das rendas aduaneiras. Essa é a verdade dos factos.

O ultragovernismo ha de sentir, agora, como tambem o proprio governo, como a contestação importou num desserviço”.

No dia seguinte ou no outro, disse-me o Ministro que o Presidente lera a explicação do “O Globo” e declarou lamentar o incidente, em que me envolveram.

Chumbado ao cargo como um galé, continuei o meu fadario até o advento do governo provisório da revolução de Outubro, a cujo Ministro da Fazenda, pedi dispensa, que, ainda assim, só me foi dada no dia 24 de Dezembro. Dei por finda a minha carreira publica e solicitei a minha aposentadoria, que me foi concedida por decreto de 23 de Março de 1931.

A' MARGEM

O REVOLUCIONARIO

Com surpresa geral, o "Correio da Manhã", de 2 de Novembro de 1930, estampou, com o meu retrato, as occorrencias revolucionarias do dia 12 de Outubro, em Natal, que, até então, todos ignoravam, pela razão de haverem sido cortadas todas as communicações do Norte para o Rio de Janeiro.

Vendo o meu retrato, pressuroso, corro os olhos indagadores do motivo da sua inserção, e leio, transcripto da "A Republica", de Natal:

"A proclamação do presidente provisorio — Nesse momento, perante varias individualidades de destaque, dos membros da Junta Governativa e da administração provisoria, o General Juarez Tavora entrou a tratar do caso da presidencia do Estado, com o proposito de proclamar um nome á altura das responsabilidades da hora actual e de accordo com a vontade do povo norte-riograndense.

Dessa conferencia resultou a escolha do Dr. João Lindolpho Camara"...

E em seguida, o discurso do General Juarez:

"Povo do Rio Grande do Norte — Eu saúdo com effusão o povo que me acclama, etc. Adiante — "Eu tenho despendido uma grande parte de minhas energias physicas e moraes e, permittam-me o emprego deste termo: — roubei quasi um dia inteiro para resolver a questão magna da qual depende a felicidade do Estado do Rio Grande do Norte, na escolha dos que terão de dirigir-lhe os destinos. O vulto a quem eu fiz um appello, em nome do povo do Rio Grande do Norte, não é apenas um simples filho do Brasil, porque elle é, quasi, uma gloria nacional". E proseguiu: "Pois bem; não quero que elle venha depois, num gesto de gratidão, expressar-me o seu reconhecimento, mas quero que neste momento, em que se anseia por um Brasil novo, redimido no cadinho proveitoso da exemplificação, não devemos admittir desperdícios de energias com divergencias estereis, é que elle saiba corresponder á nossa espectativa".

.....

"Assim, julgo que, *dando* ao Dr. Lindolpho Camara a chefia do Estado, seja elle bem acceito por todos os filhos do Rio Grande do Norte".

O general Juarez Tavora não me conhecia, nem eu a elle, do contrario teria sido mais comedido na sua exaltação, como no desdobrar do drama se verificou e consta das duas cartas, que, em resposta a parentes meus, testemunhas dos factos em Natal, lhes dirigi:

Rio de Janeiro, 8 de Novembro de 1930.

Pedro.

Desejo que já estejas com a saude restaurada.

Só a 5 deste mez recebi as tuas duas cartas — de 20 e 29 de outubro findo, em que me dás noticias dos acontecimentos politicos e revolucionarios dahi, occorridos no dia 12, tendo sido o meu nome lembrado ou acclamado para presidente do Estado.

O "Correio da Manhã" do dia 2 de Novembro publicou, transcrevendo da "A Republica" dahi as noticias das occorrencias, inclusive o discurso do Juarez Tavora, o que foi uma surpresa para todos nós.

Achei que devia ter um entendimento com o General Tavora e nesse mesmo dia fui recebido por elle em sua residencia, ás tres horas da tarde, indo eu em companhia de João, meu filho.

Referiu-nos o que se havia passado, accentuando as palavras — "o lugar é seu; pôde ir occupal-o".

Retorqui-lhe que, devendo o Dr. Getulio Vargas assumir o governo da Republica no dia seguinte 3, eu não poderia ir tomar conta do governo do Estado á sua revelia (delle Getulio); respondeu-me enfesado que o que elle (Juarez) fez no Norte *estava feito* e autorizou-me a telegraphar ao presidente provisorio, Dr. Irineu Joffely, o que fiz na manhã do dia 3, perguntando se podia ir assumir as funcções do cargo.

Tambem telegraphiei ao Cel. Guerreiro, dando conhecimento da minha conferencia com o Gen. Tavora, e ao Dr. Nestor Lima.

O Dr. Joffely respondeu-me logo no dia 4; o Cel. Guerreiro no dia 5, o Dr. Nestor Lima nada me disse até agora.

No mesmo dia 4, porém, ás 13 horas, o Gen. Tavora telephonou para a minha residencia, chamando-me e como eu não estivesse, occupou o telephone da Alfandega, convidando-me a ir á sua residencia.

Fui, e elle, logo que acabou de almoçar, veio ao meu encontro e mostrando-me um extenso telegramma, de muitas folhas de papel, em que o Dr. Joffely lhe dava conta da difficil situação financeira do Estado, disse-me que talvez não valesse a pena o sacrificio de minha viagem nesse momento, porque elle empossar-se-ia nesse dia como Ministro da Viação e talvez á noite ou na manhã do dia seguinte embarcaria para os Estados do Norte, afim de verificar de perto a situação de cada um, pensando que talvez tivesse necessidade de pedir para os que se encontrassem em peores condições financeiras a intervenção do Governo Central, como meio de ajudal-os a dominar as suas difficuldades financeiras.

Só hontem, porém, seguiu, pela madrugada, o General Tavora, que hontem mesmo esteve no Espirito Santo, chegando á Bahia ás 5 horas da tarde. Folguei immenso com essa solução, porque seria para mim o maior dos sacrificios ter de arcar com o peso de tamanhas responsabilidades, no momento, em que se exigem severidades demasiadas, tendo eu de violentar a minha indole e o meu feittio moral, de não augmentar as afflições do afflicto, que, no caso, é o pobre povo da nossa terra, reduzido á penuria e á miseria, porque para corresponder ás exigencias da revolução, eu teria de arrancar o pão de muitos lares, embora o fizesse em nome dos interesses do Estado.

Por outro lado, não me parecia mais opportuna a minha ida, depois de tanto tempo decorrido, quando já o presidente, dito provisório, havia iniciado o seu programma de governo, pondo em pratica todas as providencias rigorosas, que o momento exigia.

A minha presença só podia ser perturbadora, ainda que tivesse de encampar os actos consumados e de seguir a mesma orientação politica.

Aqui tenho recebido cumprimentos e felicitações pela investidura, mas a todos tenho declarado não poder seguir por motivo de saude, afim de não tornar conhecida a ultima conferencia, que tive com o Gen. Tavora.

* * *

Rio, 15 de Novembro de 1930.

Nilla.

Aproveito o lazer de hoje para responder á tua carta, datada de 26 de Outubro e só recebida aqui a 5 do corrente.

Sobre o assumpto, refiro na de Pedro, escripta por mim a 8, o que se passou entre mim e o Gen. Juarez Tavora.

Só muito tardiamente, a 2 de Novembro, é que aqui se soube da *borracheira* da acclamação, por ter o "Correio da Manhã" publicado, transcriptos da "A Republica" dahi, a noticia e o discurso, na integra, daquelle general.

Não sei porque, não tomei a cousa muito a sério, embora me sentisse invaidecido com os termos do mesmo discurso e mais ainda com a lembrança do meu nome.

Logo que tratei com o Juarez, vi que eu não era o homem que lhe servia, talvez pela minha idade e pela minha calma, pois, quando depois de ouvir-lhe as palavras — o lugar é seu, pôde ir occupal-o — ponderei — que, devendo o Dr. Getulio Vargas assumir, no dia seguinte o Governo da Republica, conviria consultal-o a respeito, elle, Juarez, retorquiu-me, quasi bruscamente — dizendo: *o que eu fiz está feito* — e no dia 4, immediato ao da posse do novo governo, chamou-me pelo telephone á sua casa, onde compareci a 1 hora da tarde.

Ahi, onde o encontrei almoçando, e depois da espera de um quarto de hora, mais ou menos, veio ao meu encontro, dizendo-me que talvez não valesse á pena o sacrificio de minha viagem, porque acabava de receber um telegramma, bastante extenso, que me mostrou, do Presidente Joffely, descrevendo a grave situação financeira do Estado e que sendo igual a dos demais Estados do Norte, o obrigava a embarcar nesse mesmo dia á noite ou na manhã seguinte para esses Estados, disposto a pedir para elles ao Governo a nomeação de interventores, o que obrigaria o mesmo governo a custear as despesas em beneficio daquelles Estados.

Foi o que realmente se verificou, recahindo a nomeação de interventor ahi na pessoa do Dr. Irineu Joffely, para a qual contribuiu, naturalmente, a politica da Parahyba.

Esta solução me agradou, porque, sem acceitar e sem recusar o cargo, vi-me livre das grandes e pesadas responsabilidades d'elle decorrentes, que só me poderiam trazer trabalho, encommodos e aborrecimentos.

Pelo ultimo telegramma, que dirigi ao Dr. Joffely, elle mesmo devia ter percebido que eu já esperava esse desfecho”.

* * *

No dia em que o general Juarez Tavora, depois *vice-rei* do Norte, me doou o cargo de Governador Provisorio do Rio Grande, por me comen-

rar *quasi uma gloria nacional*, eu me achava em pleno exercicio das funcções de inspector da Alfandega do Rio de Janeiro, de immediata confiança do Governo Federal, cujo chefe era o senhor Washington Luiz, que de nada soube, como eu, dessa occorrença em Natal.

Se o houvesse sabido, ter-me-ia como trahidor á sua illustre pessoa e eu não sei o que seria de mim, até a prova da minha santa ignorancia.

Para a revolução de Outubro não concorri nem por obras, nem por pensamento, porque sempre pensei que o que viesse seria muito peor do que estava, e ainda não vi, nos seis annos, já decorridos, nada que recommende a derrocada da velha machina politica, montada pela Constituição de 24 de Fevereiro de 1891.

Continuamos, como dantes, a não ter exercito, nem marinha, nem aviação militar, que efficientemente nos garantam a defeza das nossas costas e do nosso territorio, quando um qualquer dictador maluco, de aquem ou de além mar, enteader de conquistar-nos um pedaço de terra para as suas expansões coloniaes, como aconteceu com a Abyssinia.

Mais da terça parte da receita do paiz é consumida nessas tres armas, com pessoal e manutenção do material existente, já descalibrado e imprestavel, sem que se cogite da substituição urgente por novas e possantes machinas de guerra, principalmente aéreas.

Vemos a riqueza economica propositadamente destruida pelo fogo como esses cincoenta e quatro milhões de saccas de café, que a natureza tão prodiga nos deu, de mão beijada, e que, se fôsssem

vendidas, mesmo a preço vil, trariam para a fortuna particular dezenas ou centenas de milhares de contos de réis, que reverteriam igualmente em beneficio das finanças publicas.

As economias do povo são absorvidas por impostos, cada anno augmentados e creados novos, e por mais que a arrecadação as façam deslizar para os cofres publicos, não chegam para os gastos que os governos perdularios não sabem conter.

O Poder Legislativo nada tem feito que recomende-o á gratidão nacional e só tem sabido prorogar o seu mandato e os seus trabalhos, com o evidente objectivo de metter no bolso alguns milhares de contos de réis e por isso não recusa ao executivo nenhuma medida de extorsão e de arroxio contra o povo, que o elege.

Estivemos na imminencia da pena de morte, que o presidente Bernardes solicitou e o Congresso nacional decretaria, se o Brasil inteiro, de norte a sul, não se houvesse levantado num brado unisono de protesto.

A nova republica já nos deu o estado de sitio, o estado de guerra, a fome, a sêde, o descredito, e a descrença no regimen democratico.

Se amanhã, que os Deuses não permittam, vingarem as ideologias extremistas, no Brasil, não procurem outros culpados, que não sejam os máos governos das duas Republicas, — a presidencia-lista de 1891 e a socialista de 1934, que tanto degradaram a liberal democracia.

Depois de 67 annos de existencia, a monarchia, deposta em 15 de Novembro de 1889, legou-nos uma divida externa, apenas de 30.321.200 libras ester-

linas, sendo a sua receita de 147:200.000\$000, orçada para aquelle seu ultimo exercicio.

A Republica, com 48 annos de vida, apenas, nos mostra o seguinte panorama financeiro, aterrador.

Com uma receita, votada para 1937, de 3.218:466.000\$000, ainda assim, inferior á despesa em 507.541:425\$400, a sua divida externa eleva-se a culminancias de cifras, imprevistas.

Devemos ao estrangeiro:

Libras esterlinas	105.370.972
Dollares	171.474.314
) Ouro	229.185.500
Francos {	
) Papel	284.540.082

Feitas as conversões pelas taxas medias officiaes do anno de 1935, offerecidas pela Camara Syndical e que serviram de base á fixação da despesa com o serviço da Divida Externa da União para 1937, conforme a lei n.º 300 de 13 de Novembro de 1936, a saber:

Libra	57\$911
Dollar	11\$903
Fr. ouro	3\$890
Fr. papel	\$778

Temos:

Libras . . .	105.370.972	$\times 57$	\$911=	6.102.138.359	\$492
Dollares . .	171.474.314	$\times 11$	\$903=	2.041.058.759	\$542
Fr.ouro . .	229.185.500	$\times 3$	\$890=	901.531.595	\$000
Fr. papel .	284.540.082	$\times$	\$778=	220.372.183	\$796

Divida externa em papel moeda .9.265.100.897\$830

A divida interna fundada é a seguinte:

Apolices em circulação:

Em Janeiro de 1937	2.666.375.833	\$300
Obrigações do Thesouro . . .	816.698.000	\$000

3.483.073.833\$300

Papel-moeda em circulação:

Em 31 de Janeiro de 1937..	4.030.118.607	\$500
----------------------------	---------------	-------

Total da divida interna. 7.513.192.440\$800

As dividas, externa e interna, até 31 de Janeiro de 1937:

Sommam:

Externa	9.265.100.897	\$830
Interna	7.513.192.440	\$800
	16.778.293.338	\$630

Divida fluctuante:

Em Janeiro de 1937	62.810.000	\$000
------------------------------	------------	-------

Somma 16.841.103.338\$630

São cifras astronomicas, mas não nos impressionemos. O paiz, que não deve muito, não prospera.

Quando explorarmos as immensas riquezas do nosso sub-solo, teremos dinheiro para solver galhardamente os nossos compromissos. Até lá, o povo que se resigne a esperar, sem desesperar.

O NOVO REGIMEN

Depois de escriptas as linhas do capitulo precedente, circulou, na manhã de 10 de Novembro (1937) a noticia de achar-se reunido o Ministerio, a convite do Presidente da Republica, Getulio Vargas.

Qual o motivo dessa convocação, em meio das apprehensões, que o momento politico offerencia, já pela propaganda subtil do communismo, já pela excitação nervosa da demagogia, em torno das candidaturas á sucessão presidencial?

Via-se que o prelio eleitoral agitado, como estava, não podia continuar e que os combatentes perdiam terreno na confiança nacional.

A reunião ministerial fazia presumir algo na substituição dos dois candidatos por um terceiro, como meio de apaziguar os animos e restabelecer a calma no paiz.

Falhou a presumpção, porque logo se soube que a solução adoptada, naquelle conciliabulo, foi a de modificar-se o regimen politico brasileiro, erigindo um Estado novo, com a dissolução do Poder Legislativo Federal, das Assembléas dos Estados e Camaras Municipaes, consagrada na nova Consti-

tuição, naquella mesma manhã promulgada e posta em execução com o fechamento immediato do Senado e da Camara dos Deputados, occupados por piquetes de cavallaria, sem um protesto, sem um laivo de indignação da parte dos representantes da soberania nacional.

O sr. Getulio Vargas, com a habilidade que ninguem lhe nega, preparou o golpe, dispondo as cousas, como se fossem para reprimir o communismo, com o concurso das forças armadas, que foram as primeiras a pedir o restabelecimento do *estado de guerra*, pouco antes terminado, á entrada do sr. Macedo Soares para a pasta da Justiça e Negocios Interiores. Os governadores dos Estados foram incumbidos da execução desse novo *estado de guerra*, com excepção dos do Rio Grande do Sul e de S. Paulo, substituidos, nessa funcção, por militares, o que determinou a immediata renuncia do Governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, que a enviou de bordo do avião, que o transportou para Rivera, no Uruguay, onde se refugiou.

O executor do *estado de guerra*, o General Daltro Filho, foi, sem perda de tempo, nomeado interventor e assim o Rio Grande perdeu a aggressividade, que lhe emprestava a presença do sr. Flores da Cunha, ha muito desavindo com o Presidente Getulio Vargas.

São Paulo, sem o Rio Grande, não offerencia resistencia, mesmo porque providencias já haviam sido tomadas militarmente e a força politica, que

sustentava a candidatura do sr. Armando Salles entrou a esphacelar-se.

* * *

Esse panorama confortava o sr. Getulio Vargas e animou-o a proseguir no seu plano, chamando á sua presença o Governador de Minas, que fôra o *coordenador* da candidatura José Americo e logo seguiu para o norte, em avião, especialmente fretado, um emissario politico, o sr. Negrão de Lima, deputado e secretario ou vice-presidente do *Conselho Nacional de Propaganda* daquelle candidato, a entender-se, sem duvida, sobre o designio do sr. Getulio Vargas, com todos os governadores, menos os da Bahia e de Pernambuco, já suspeitados.

Dessa fôrma preparado o scenario, estava por um triz o desfecho, que eu penso ter sido apressado, pela leitura, que, no dia 9 de Novembro, fez da tribuna da Camara o deputado Carlos Machado, *leader* da bancada que apoiava o sr. Flores da Cunha, do manifesto dirigido *aos chefes militares do Brasil* pelo candidato á presidencia da Republica, Armando Salles, concitando as forças armadas a reagirem contra *outros grandes perigos, além do communismo, que estavam conspirando contra o Brasil*, ao qual alludiu o sr. Getulio Vargas quando falou á Nação, ás 8 horas da noite do dia 10, do Palacio Guanabara, nos seguintes termos:

“Ainda hontem, culminando nos propositos demagogicos, um dos candidatos presidenciaes, mandava ler da tribuna da Camara dos Deputados, documentos francamente sediciosos e os fazia distribuir nos quarteis das

corporações militares, que, num movimento de saudavel reacção ás incursões facciosas, souberam repellir tão aleivosa exploração”.

Justificando o seu acto reaccionario, o senhor Getulio Vargas proferiu verdades incontestaveis, como a imprestabilidade da Constituição de 1934, para garantir e fortalecer as instituições e a apathia do Poder Legislativo, que “mostrou-se irremediavelmente inoperante”, funcçãoando improficuamente, desde a Constituinte, sem elaborar as leis complementares, sem cogitar dos problemas financeiros, economicos e sociaes, organisando e votando tardiamente os orçamentos sempre deficitarios.

Disse o sr. Getulio Vargas:

“A Constituição, hoje promulgada, creou uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considera substancial nos systemas de opinião, manteve a fórmula democratica, o governo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionaes da federação organica”.

Apenas promulgada a nova Carta, o Ministro da Guerra dirigiu, ás 11 e meia horas da manhã de 10 de Novembro, o seguinte telegramma aos comandantes das regiões militares:

“Urgentissimo — Acaba de ser decretada nova Constituição Federal, assignada pelo Presidente da Republica e por todo o Ministerio. Entrará em vigor desde já. Segue proclamação dirigida ao Exercito pelo Ministro da Guerra. Absoluta calma nesta Capital e em todo o paiz. Saudações.
— General Eurico Dutra”.

Na sua proclamação, o Ministro, depois de doutrinar sobre as funções das forças armadas como guarda da ordem interna e preservadora da paz, diz :

“Como é do conhecimento geral, foi hoje promulgada uma nova Constituição Federal, estatuto que os órgãos competentes na materia consideram attender ás exigencias do momento actual. Percebendo as lacunas e defeitos do estatuto de 1934, inspirado em principios que colidem com a agitação mundial a que não podemos fugir, novos rumos são traçados ao nosso regimen democratico, melhor apparelhado para a continuidade federativa. Recebemol-o dos órgãos nacionaes habilitados pela missão politica de que estão investidos. Só nos cabe acatal-o, deixando que livremente sobre elle se manifestem, no ambiente de paz que nos cumpre manter, os órgãos da soberania nacional, legitimamente autorisados. Qualquer perturbação da ordem será uma brecha para os inimigos da Patria, para os adversarios do regimen democratico, que nos congrega. Cumpre-nos evital-a, exercendo com serenidade e com firmeza a missão que nos corresponde”.

O povo comprehendeu, tambem, como o exercito que era essa a attitude que devia manter, confiante no patriotismo e interesse do sr. Getulio Vargas em reparar graves erros passados e construir um Brasil forte e progressista, honrado e digno, que se imponha ao respeito e á estima das Republicas do Continente americano e á consideração e cortezia dos demais povos do mundo.

* * *

Assim, vi o que, na minha idade avançada, não esperava vêr mais: a proclamação da terceira republica federativa presidencial, democratica e corporativa, promissora de melhores dias para o futuro do Brasil.

Pelo menos, já não vemos o fogo destruir a riqueza economica do paiz, representada pela principal producção agricola do nosso solo fecundo — o café. Esse erro, o mais damnoso á economia nacional, parece que está reparado. Digo *parece*, porque custa-me acreditar que se tenham curado, em tão pouco tempo, os espiritos que o commetteram e os que o toleraram, até agora.

O novo codigo politico encara com severidade os problemas economicos e sociaes da actualidade e a efficiencia da defeza do territorio nacional. Golpeou, mortalmente, o profissionalismo politico dos individuos que se perpetuavam nos cargos de eleição, percorrendo todas as etapas politicas, de deputados estaduaes a Governadores, a deputados federaes, a senadores, como membros, que eram das olygarchias, creadas pelo Presidente, Campos Salles.

E' possivel que uma nova *casta* politica se forme com o regimen que surge, visto que na formação dos órgãos representativos intervem o Presidente da Republica, *autoritate propria*, como coordenador da actividade funccional desses organismos. Mas carece de tempo, o sufficiente para pôr em evidencia as baldas da lei nova, que se propõe a reger um grave periodo de transformação politica, economica e social.

Entre muitas outras innovações, a Constituição de 10 de Novembro, extinguiu a Justiça eleitoral e a magistratura federal, nos Estados, e tornou obrigatorio em todo o paiz o uso dos symbolos nacionaes, proscrevendo as bandeiras, hymnos, escudos e armas dos Estados, que estavam perturbando a cohesão nacional.

Fixou, reduzindo, o numero de deputados, por Estado, que não poderá ser superior a dez, nem inferior a tres, acabando, assim, com a preponderancia dos grandes Estados, de bancadas numerosas e avassaladoras.

Creou o Conselho Economico Nacional, como collaborador permanente do Parlamento (Poder Legislativo), constituido este da Camara dos Deputados e do Conselho Federal (antes Senado).

O Conselho Economico não deriva da soberania nacional, pois é formado de representantes dos varios ramos da producção, — agricultura, industria, commercio, artes, etc., sem numero determinado, e de 15 membros designados pelo Presidente da Republica (tres para cada secção).

E' o poder corporativo, que, pela Constituição, poderá a todo o tempo legislar sobre algumas ou todas as materias de sua competencia.

Além dos elementos governamentaes, que entram na sua constituição, tem mais a presidil-o um dos Ministros de Estado, da escolha do chefe do Executivo.

Pela Constituição de 10 de Novembro, o Poder Legislativo soffreu uma *captis diminutio*, principalmente a Camara dos Deputados, cujos representantes passam a ser eleitos pelos vereadores das Camaras Municipaes e, em cada municipio, por dez cidadãos, eleitos por suffragio directo, no mesmo acto da eleição municipal. Os deputados não são mais representantes directos da soberania nacional.

O Conselho Federal, constituido de enviados dos Estados, um de cada unidade, eleito pela respectiva Assembléa Legislativa, e de dez membros de nomeação do Presidente da Republica, todos

brasileiros natos, e presidido por um Ministro de Estado, á escolha daquelle, tambem não é mandatario directo do povo.

Assim, o Poder Legislativo ou o Parlamento do novo Estado deixa de ser a expressão lidima da democracia brasileira.

A autonomia parlamentar está completamente cerceada, quanto á sua iniciativa funcional, e á propria liberdade individual, ou immunidades pes-soaes.

A Constituição veda a qualquer das Camaras apresentar projectos ou emendas que versem sobre materia tributaria ou de que resulte augmento de despesa. A iniciativa de projectos de lei cabe, em principio, ao Governo.

Nenhum membro de qualquer das Camaras poderá, individualmente, apresentar projectos de lei. Estes só serão iniciados por dois terços dos deputados ou de membros do Conselho Federal.

Qualquer projecto, mesmo subscripto pelo terço, terá sustado o seu andamento, se o Governo se propuzer a apresentar outro, regulando o mesmo assumpto. Só no caso do Executivo não remetter, dentro de trinta dias, o seu, é que voltará a constituir objecto de deliberação o iniciado no Parlamento.

Os projectos, enviados pelo Governo, com parecer favoravel do Conselho Economico Nacional serão submittidos a uma só discussão em cada uma das Camaras, limitando-se estas a acceital-os ou rejeital-os.

A intromissão de estranhos, designados pelo Presidente da Republica, fôra dos moldes da nossa democracia, para comporem os Conselhos — Fe-

deral e Economico, — presididos por Ministros de Estado, tambem escolhidos pelo Chefe do Executivo, tem a vantagem de uniformisar o pensamento do Governo, que é, afinal, quem se acha em contacto immediato com a Nação e superintende todos os serviços, no interesse da ordem politica, economica e social.

O que o Parlamento, creado pela Carta de 10 de Novembro, perdeu em autonomia e prerogativas, lucrou o presidencialismo em suas expansões e acção executiva.

Hoje, o Presidente da Republica, autoridade suprema do Estado, não só dirige a politica interna e externa, como é o orientador da politica legislativa de interesse nacional, e superintende a actividade administractiva do paiz.

Uma das prerogativas, que lhe foram outorgadas pela Constituição, é a de indicar candidato á presidencia da Republica.

Como todos estarão lembrados foi isso o que fez o sr. Washington Luiz, occasionando a revolução de 1930, chefiada pela "Alliança Liberal". A intervenção do Presidente da Republica, no dominio da Constituição de 1891, se não era permitida, tambem não era prohibida.

* * *

A nova lei elevou para seis annos o periodo presidencial, que era de quatro. A duração do mandato de membro do Conselho Federal é de seis annos. O Conselho Economico é órgão permanente.

Para que o Presidente da Republica declare o estado de emergencia ou o estado de guerra não se

faz necessaria a autorisação do Parlamento, que tambem é impotente para suspendel-os.

Só depois de levantado o estado de emergencia ou de guerra, é que o Presidente da Republica communicará á Camara dos Deputados as medidas que tomou na vigencia de um ou de outro e ella ficará na contingencia de approval-as ou, se não o fizer, de ser dissolvida pelo Presidente da Republica, que fica com o direito de appellar da deliberação da Camara, caso lhe seja hostil, para o pronunciamiento do paiz, mandando proceder a novas eleições.

O autoritarismo presidencial eleva-se ao ponto de investir o Presidente da Republica do poder de effectuar a detenção dos deputados ou membros do Conselho Federal sem respeito ás suas immuni- dades, independentemente de communicação a qualquer das Camaras, ainda mesmo, no caso de ter pedido a suspensão das immuni- dades de qual- quer dos seus membros, se a Camara ou o Conselho Federal não resolver o pedido em 12 horas, ou re- cuse a licença (Const. art. 169 e seu § 1.º).

Durante o estado de emergencia ou de guerra, nem a Camara dos Deputados, nem os Juizes e Tribunaes poderão conhecer dos actos praticados em virtude delles. (Const. art. 169 § 2.º e art. 170).

De sorte que, quando mais expostos se acham os cidadãos ás perseguições, ás delações calcula- das, ás vinganças malevolas e aos embustes, é que a Constituição lhes fecha as portas da Justiça, para que vão expiar na Clevelandia ou na ilha da Trindade o mal que não praticaram e que os Bernardes e os Fontouras mandarem simular.

O *habeas-corpus* é a garantia constitucional do individuo, que em nenhum momento da vida nacional se deveria suspender, é o amparo dos fracos e das victimas dos odios e das más paixões dos poderosos, que abusam da sua força transitoria.

E' preciso descrever muito da magestade da Justiça e da imparcialidade dos Juizes para amordaçal-os e manietal-os, quando mais precisam de defender a innocencia dos perseguidos da politica.

* * *

A Constituição de 10 de Novembro é uma chrysalida a transformar-se em borboleta, nas mãos magicas do sr. Getulio Vargas, que a concebeu ou adoptou e está executando com serenidade de animo, sem odios, nem paixões.

Mas, nas mãos dos Epitacios e dos Bernardes, será um pandemonio de maldades e perseguições, dispondo elles, a seu talante, como se fossem um Stalin, do seguinte arsenal:

Pena de morte (art. 122, n.º 13).

Estado de guerra (art. 74, letra k e art. 166, 2.ª alinea).

Estado de emergencia (art. 74, letra K e art. 166, 1.ª alinea).

Detenção em officio ou local não destinado a réus de crime commum (art. 168, letra A, 1.ª alinea).

Desterro para outros pontos do territorio nacional ou

Residencia forçada em determinadas localidades do mesmo territorio, com privação da liberdade de ir e vir (art. 168, letra A, 2.ª alinea).

Detenção, a seu juizo e sob sua responsabilidade, dos membros da Camara dos Deputados, ou do Conselho Federal (art. 169, § 1.º 2.ª alinea).

Dissolução da Camara dos Deputados (art. 75, letra B e art. 167, § unico).

* * *

O problema social mais importante, que interessa muito legitimamente á familia brasileira, a Constituição de 10 de Novembro deixou sem solução, — o *divorcio*.

Declarando constituida a familia pelo casamento *indissolúvel*, o novo estatuto politico fez estancar de vez as aspirações de centenas de milhares de lares brasileiros, desfeitos pelas contingencias humanas, perdidas todas as esperanças da sua reconstituição, dentro de normas legaes.

A nossa legislação actual pensa amparar os conjugues que se incompatibilisam para continuarem a vida matrimonial pelo resto da existencia, dando-lhes o *desquite*, que os separa, apontando-lhes o caminho da união livre ou do concubinato, que gera proles, repudiadas pela propria lei, que o creou.

Na hora avançada do Estado Novo, não se comprehende mais a existencia do casamento civil, sem o *divorcio*, como indispensavel á ordem e moralidade social.

O *divorcio*, encontrando desfeita a solidariedade conjugal, por actos ou factos a que não póde fugir a fragilidade humana, abre aos conjugues, que se incompatibilisaram, a porta larga pela qual

sahem ambos, dignamente, para constituirem novos lares, com filhos legitimos e não *espurios*, como os que resultam da situação creada pelo *desquite*.

MINISTROS

Possue o Ministerio da Fazenda uma vasta galeria de retratos dos estadistas do Imperio e da Republica, que deixaram seus nomes ligados ás finanças do Brasil.

Na monarchia não era uma pasta para aprendizes. Só a occupavam cidadãos eminentes, que haviam escalado os postos da alta administração e da politica, de reputação firmada e de reconhecida competencia, como o Visconde do Rio Branco, barão de Cotegipe, Conselheiros Lafayette, Paulino de Souza e João Alfredo, Visconde de Ouro Preto e outros muitos nomes illustres.

Com a Republica, os homens dessa tempera foram desaparecendo e surgiram outros, desprestigiados pelo proprio regimen, que, acabando com o parlamentarismo, os distanciava do Congresso Nacional, onde a sua palavra não era ouvida, nem exigida, para justificar os seus ou os actos do governo.

Os ministros passaram a ser secretarios do Presidente da Republica, sem idéas proprias, sem programma, simples executores de suas ordens.

Para confirmar a regra, devemos exceptuar: o primeiro occupante da pasta da Fazenda, no governo provisorio, o grande e inconfundivel, Ruy Barbosa, com o seu vastissimo programma financeiro, que não poudé realisar em todas as suas partes; Joaquim Murtinho, com a criação dos dous

fundos — o de resgate e o de garantia; David Campista, com a instituição da Caixa de Conversão e Leopoldo de Bulhões, intransigente adversario desse systema.

A politica financeira, iniciada em 1899, por Joaquim Murtinho, conseguiu retirar da circulação e incinerar, em um periodo de oito annos, a importancia de réis 121.148:798\$500.

A massa do papel-moeda em circulação, por elle encontrado em Dezembro de 1898, attingia a 785.941:958\$000.

Em Dezembro de 1906, de conformidade com o accordo financeiro de 15 de Junho e com a lei que instituiu os fundos de garantia e de resgate, estava reduzida a 664.792:960\$500.

A média annual do resgate foi de 15.143:593\$ e, mantida, seriam precisos 44 annos para retirar da circulação os 664.792:960\$500, restantes, correspondentes em 1906, a 41.549.560 libras esterlinas.

David Campista, com a Caixa de Conversão, resgatou, em 1907, a somma de 21.262:000\$000, ficando reduzido o meio circulante inconversivel a 643.531:272\$000, correspondendo a 40.220.732 libras esterlinas.

Tomada como média, o prazo para o resgate total ficaria reduzido a 30 annos. A Caixa de Conversão dominou por completo a especulação que se exercia em torno do cambio, que, de 20 de Dezembro de 1907 a 22 de Abril de 1908, fixou-se de modo absoluto em 15 5/32 d.

Não obstante as vantagens innegaveis desse aparelho, Leopoldo de Bulhões, que na Presidencia Nilo Peçanha, foi o successor de David Campista, empenhou-se em luta contra o regimen fi-

nanceiro do seu antecessor e não trepidou em desbaratar o fundo de garantia, existente em Londres, em 1910, de 14.419.848-13-6, jogando na alta do cambio, que chegou a 18 d.

Por esse meio, conseguiu que o Congresso Nacional elevasse de 15 para 16 dinheiros a taxa para a emissão das notas da Caixa de Conversão, o que occasionou, dentro em pouco, a paralisação desse organismo e sua completa ruina com a guerra europea de 1914.

Retirada da linha, como um trambolho a Caixa de Conversão, não houve mais peias para o cambio e nenhum dos nossos financistas pensou mais em valorisar o nosso mil réis para a conversão do meio circulante.

Eis que, na undecima hora da Republica Velha, apparece o sr. Washington Luiz, sendo seu ministro da Fazenda, o sr. Getulio Vargas, e obtem do Congresso Nacional a criação da Caixa de Estabilisação com a qual sonhou chegar á conversão, provocando a baixa cambial.

Foi o maior desastre para as finanças do paiz, para a industria, o commercio, enfim, para todas as classes sociaes e para o povo em geral, que, desde então, soffre os effeitos da carestia da vida.

Afóra esses ministros, que bem ou mal succedidos, tiveram um programma a executar, os outros não fizeram mais do que augmentar impostos, augmentar despesas, contrahir empréstimos externos, emittir apolices, sem nunca terem conseguido equilibrar os orçamentos, até hoje deficitarios.

Com o governo provisório da revolução de 24 de Outubro, pensavam todos que as condições financeiras do paiz iriam melhorar pela compres-

são dos gastos extraordinarios, redução da divida publica, redução dos impostos damnosos á fortuna particular.

Surgiu o seu primeiro ministro, um banqueiro, de S. Paulo, para salvar o mundo das finanças e o homem nada mais fez do que desbaratar os saldos que o Banco do Brasil guardava, como depositario do Thesouro e mandal-os para o estrangeiro, augmentar os direitos de importação, as taxas dos impostos de consumo e as do imposto de renda, emfim, praticar quanto dislate, muito proprio dos que deixam o ambito estreito das especulações bancarias, para assumir as redeas da administração fazendaria.

Apezar dos pezares, os que não foram banqueiros, eram mais modestos e entregavam-se placidamente á sua tarefa de assignar o expediente diario das suas pastas, procurando ao menos observar a lei.

Houve um ministro, que nunca mais pude esquecel-o.

Quando ainda official de gabinete, o Campista incumbiu-me de organizar uma nova Consolidação das leis das Alfandegas, visto que a existente achava-se muito divorciada da legislação em vigor.

Comecei o trabalho, aproveitando as horas de lazer em minha casa.

Neste interim, deixei o gabinete e fui para a Camara dos Deputados, mas não me descuidei da Consolidação, que só vim a concluir, no inicio do governo do Marechal Hermes da Fonseca.

Compareci ao gabinete do então Ministro da Fazenda e entreguei-lhe o meu trabalho, em dois grossos volumes, pondo-o ao par da occorrendia.

O Ministro, sem dizer palavra, desinteressado por completo do assumpto, sem demonstrar a menor curiosidade de vêr ao menos o indice, tomou-m'o das mãos e jogou-o á cabeceira da sua mesa, num gesto de verdadeira indelicadeza. Eu acabava de ser deputado, cujo mandato não me foi renovado por ter tomado parte saliente na campanha civilista.

Attribui seu máo humor, o seu aborrecimento, a esse facto e retirei-me.

O homem era de Minas e o mineiro não vae á missa com o seu adversario politico.

Algun tempo depois, indo, por qualquer motivo, ao gabinete do secretario desse titular, tive a grande surpresa de vêr o calhamaço da minha Consolidação, servindo para altear o lastro da cadeira em que esse funcionario se sentava, quando cansado, porque era seu habito trabalhar de pé a maior parte do tempo, ou, naturalmente, para receber *inspirações*, quando tivesse de resolver casos alfandegarios.

Levei o caso com muita diplomacia e allegando precisar de alterar o trabalho em um ponto, que já havia soffrido modificação por lei recente, pude trazel-o para casa e nunca mais o devolvi, ficando inutilisado pelo decorrer do tempo.

Com esse mesmo Ministro occorreu outro episodio, muito interessante. Não me recordo se o Callogeras ou o Homero Baptista, nomeou uma commissão para elaborar o anti-projecto da reforma da Tarifa das Alfandegas, da qual fizeram

parte os conferentes Paula e Silva, Joaquim Fernandes da Silva, Luiz Soares e outros, inclusive eu.

O trabalho só ficou prompto no governo Hermes.

Fomos incorporados leval-o ao Ministro da Fazenda, que logo nos convocou para discutil-o em sua presença.

Marcou-nos o dia para a primeira reunião, uma quinta-feira de endoenças. Comparecemos todos; o ministro á cabeceira da mesa, parte dos membros da commissão á sua direita e parte á esquerda.

Iniciou-se a discussão, como era natural, pela classe primeira — *Animaes vivos e dissecados*.

Nenhuma objecção oppoz o ministro ás taxas dos animaes vivos, em geral, mas quando chegamos á especie suina, o homem, que era grande creador de porcos, animou-se, endireitou os olhos escuros, olhou-nos com firmeza e disse que era conveniente crear duas taxas — uma para os *porcos gordos* e outra para os *magros*.

Ficamos estatelados. Houve um silencio profundo. Eu me refiz um pouco da surpresa e aventurei esta pergunta:

“Qual o criterio fiscal, sr. Ministro, para distinguir o suino gordo do suino magro?”

Elle não respirou e repondeu: o peso; aquelle que pesar menos será considerado *magro*. Emmudecemos.

Felizmente, já passava de uma hora da tarde e os trabalhos foram suspensos, *sine die*. O projecto da Tarifa teve a sorte do meu anti-projecto da Consolidação das Leis das Alfandegas.

Penso que o azar só era meu.

Esse ministro, que se limitava a assignar, sem lêr, os despachos lançados pelos funcionarios do seu gabinete, nos papeis que os continuos e serventes lhe levavam, deu motivo a que os humildes empregados conductores dos processos suppozessem que a funcção do Ministro era sómente aquella de *assignar*, tanto assim que *alguem*, querendo melhorar a sorte do servente do gabinete de nome Romão, um creoulo esperto, intelligente e serviçal, perguntou-lhe qual o logar que melhor lhe convinha, compativel com as suas habilitações e elle respondeu que só via, no Thesouro, um, — o de Ministro — porque não precisava estudar, mas apenas saber escrever o nome.

ABUTRES

Como o *urubú do vigario*, que, na minha infancia, de um salto, levou o toucinho, que eu havia comprado para adubo do guisado, abutres humanos tentaram assaltar-me a honra de funcionario publico, que sempre prezei.

Pouco tempo de achar-me no gabinete do Ministro Campista, os meus desaffectedos da Alfandega, receiosos de que eu lhes pudesse fazer mal, procuraram afastar-me, iniciando na imprensa uma campanha de descredito com que pensavam incompatibilisar-me para o cargo de confiança, que estava exercendo.

E vieram pelas columnas do *Jornal do Commercio* com uma *verrina de escacha pecegueiro*.

Eu era o funcionario mais deshonesto do mundo; me vendia por qualquer *dez réis de melcoado*.

Ainda nas vespervas de deixar a Alfandega, um estrangeiro havia obtido de mim, a troco de uma pedra de brilhante, uma indignidade, qual a de deixal-o levar, para o exterior, sem pagar as taxas devidas, outras pedras, que trouxera comsigo, como passageiro.

Uma objurgatoria das mais virulentas.

Não trepidei em chamar logo á responsabilidade o *Jornal* e requeri a exhibição dos autographos.

Quando chegaram-me ás mãos, reconheci a letra de um primeiro escripturario inescrupuloso.

Não estava assignada, mas foi dada á publicidade com o *visto* de um dos redactores, que, por sua vez, já me havia atacado.

Proseguí na acção criminal contra o redactor responsavel e proprietario do *Jornal* e este escapou da malha, allegando a sua ausencia, na Europa, de onde chegara exactamente no dia da notificação.

Mas, por dever de honra, produzi perante o Ministro a minha defesa escripta, que elle expontaneamente mandou publicar no *Diario Official*. Era um caso commum de *reexportação*. O passageiro trouxera comsigo pedras de brilhante, acondicionadas em um estojo, em fórmula de carteira de bolso, e no acto da visita fiscal exhibiu-o, acompanhado da respectiva factura consular de Anvers ao Ajudante do Guarda-Mór.

Este, em companhia do estrangeiro, procurou-me no gabinete e eu tomei conhecimento do facto, mandando accrescer ao manifesto os brilhantes, para serem regularmente despachados.

O passageiro, entretanto, disse-me que, por ser mal orientado pelo Consul, estava resolvido a levar as pedras para Buenos Aires, pois segundo lhe informara o Ajudante do Guarda-Mór, elle teria de pagar, além dos 2% ad-valorem, o que lhe foi dito pelo Consul, mais 2% ouro para as obras do porto.

E pediu uma pequena espera, emquanto tivesse resposta da consulta que iria fazer aos seus committentes, na Belgica.

Nada mais razoavel. Então, mandei vir o thesoureiro da Alfandega e na presença do Ajudante e do passageiro, foi aberto o estojo, contadas as pedras e recolhidas novamente ao seu envoltorio. Devidamente envolto em capa de papel e lacrado, levou-o o thesoureiro para ser guardado na Casa Forte, até solução final.

Dois dias depois, voltava o estrangeiro para mostrar-me a resposta telegraphica em que o *comité* o mandava reexportar as gemmas para Buenos Aires.

Processou-se o despacho nesse sentido; mas, a bordo, o empregado designado para fazer a entrega da mercadoria ao Commandante, sustou o desembarço, exigindo o pagamento da taxa dos 2% ouro para as obras do porto, vindo com o passageiro á minha presença.

Vi que a taxa não era devida, neste caso, porque a lei só a obrigava da *importação realizada* pelo porto do Rio de Janeiro.

Mas, comprehendendo o alcance da exigencia, acobertada com o zêlo fiscal, dirigi-me ao gabinete do Ministro, a quem expuz o occorrido e mostrei a lei, cujo dispositivo leu com attenção e concluiu por não ser devida a taxa, autorisando-me a man-

dar desembaraçar os brilhantes, verbalmente, já que não havia tempo para tratar do assumpto por escripto, pois que o paquete estava a levantar os ferros.

Isso foi em 1907. Em Abril de 1908, o “Correio da Manhã” do dia 25, publicava, procedente do Pará, este telegramma:

“Em sua secção especial intitulada — agulhas e alfinetes — diz aquella folha (o *Jornal*, órgão governista), que o Dr. João Lindolpho Camara, secretario do honrado Ministro da Fazenda e futuro deputado pelo Rio Grande do Norte, ficou despeitado com a representação que o sr. Reltrão fez contra o inspector, no intuito de acabar com as pepineiras da Alfandega, por meio das quaes o Dr. Lindolpho Camara recebia valiosos presentes de cheques clandestinos ao portador”!

E accrescentava:

“Causou verdadeira revolta no espirito publico semelhante invenção, destituída de qualquer fundamento”.

Eis a historia:

Antes de assumir a presidencia da Republica, o Dr. Affonso Penna visitou os Estados e não sympathisou com a politica absorvente dos Lemos, no Pará.

Logo que se empossou, chamou a attenção do Ministro da Fazenda para o que occorria com as repartições fazendarias, subjugadas áquella politica, que nellas mandava e desmandava.

O titular da pasta resolveu mudar os chefes daquellas repartições e pediu-me indicar funcionarios para substituil-os.

Foram nomeados Delegado Fiscal, o doutor Erico Souto e Inspector da Alfandega, o conferente da de Santos, Maia Filho.

As nomeações estouraram como bombas, alvo-roçando os politicos do Pará e os seus representantes, no Rio, que empenharam todos os esforços para desfazel-as.

No dia immediato á publicação dos decretos, o senador Indio do Brasil, porta-voz do Governador Augusto Montenegro, procurou-me, grave e solemne, com os seus oculos escuros, erecto como um obelisco, todo blandicias, falando manso e compassadamente, e mostrou-me um punhado de telegrammas do seu chefe e amigo, que, alarmado, ordenava-lhe empenhar todos os esforços, sem olhar sacrificios de qualquer ordem (como aquelle outro que mandou tempos depois comprar os generaes com todos os seus bordados e galões) para que deixasse de se realizar a ida do novo inspector, que sabia ser amigo e compadre do Dr. Lauro Sodré, seu adversario temido.

O nobre marquez papalino pedia quasi pelo amor de Deus o meu concurso, no sentido de ser desfeito o acto, nomeando-se outro funcionario, que não o Maia.

Disse-lhe que não podia amparal-o nessa pretensão, porque a indicação havia sido minha, sem preocupações politicas, visando apenas os interesses da administração e accrescentei que se a nomeação fosse desfeita, eu deixaria de ser official de gabinete.

Não logrando a minha complacencia, o senador Indio do Brasil retirou-se, mais do que contrariado, e, desde esse dia, tornou-se meu desaffectedo.

Mas, num ultimo arranco, foi bater ás portas do Cattete e do Ministro da Fazenda para nada conseguir.

O Maia seguiu o seu destino e logo, no dia da posse, balanceando os cofres, deparou com um desfalque de centenas de contos.

Ficaram os politicos sem mais acção para reagirem; metteram-se nas encolhas, mas abriram campanha, na imprensa, á surdina, contra o Maia e contra mim, que era o seu sustentaculo.

Dahi, toda sorte de infamias assacadas em torno do nosso nome, enquanto elogiavam o governo e o seu ministro.

Dedicaram-me uma série de artigos, num dos quaes chamaram-me de *Ferrabraz* e deram-me como trahindo o Ministro, a quem servia.

O diabo. Até que chegou o momento dos presentes de *cheques clandestinos*.

Vejamos, agora, a verdade, maldosamente deturpada:

Em carta de Setembro de 1907, o inspector da Alfandega do Pará manifestara a sua intenção de collocar naquella repartição o retrato do Ministro e pediu-me para indagar porquanto o fariam o Bernardelli ou o Augusto Petit.

Em 3 de Outubro, enviei-lhe este telegramma: "Retrato obra Bernardelli quatro contos quinhentos, obra Petit, autor do retrato do Bulhões que está no gabinete, dois contos e tresentos, inclusive despesas. Decida hoje, mandando dinheiro urgente".

No dia seguinte recebi a resposta do inspector: "Acceito proposta Petit, condição rica moldura; segue dinheiro London Bank dia 10 corrente".

A 17, recebi outro telegramma: "Seguiu 11 corrente Banco Commercio importancia quadro".

Em 6 de Novembro, dirigi-lhe novo telegramma: "Retrato e galeria seguem dois volumes letreiro mão commandante vapor Acre. Mande mais cento e cincoenta mil réis".

A 22 de Dezembro, o inspector communicavame: "Impossivel inaugurar retrato hontem devido obras indispensaveis salão. Farei 1.º de Janeiro. — *Maia Filho*".

Eis tudo. Os abutres da minha honra viram que a presa não lhes convinha e largaram-na de uma vez.

MENDIGOS

Um dia, David Campista, que era um espirito superior, chegou ao gabinete, muito intrigado, por haver, em sua passagem pela praia do Flamengo, visto um bello palacete, que lhe mostraram, onde morava o Guarda-Mór da Alfandega, sendo sua propriedade.

O tom em que falou, deixava vêr a sua estranheza de que um funcionario publico pudesse apparecer á luz do sol de outro modo que não fosse em andrajos, sem tecto, e a bater a todas as portas, a implorar as graças dos menos miseraveis.

Podia não ter sido esta a sua intenção, porque elle, no fundo, não era máo.

Doeu-me n'alma, porém, essa injustiça e não pude deixar de reprimil-a com meu protesto, dizendo-lhe que eu tambem morava em casa propria, sem me considerar deshonesto.

Elle era muito sensivel; olhou-me, retirou do bolso o lenço, que passou dobrado pela frente e pelo rosto, como, aliás, era seu habito, corou, fez *blague* e desconversou.

E continuamos muito amigos pelo tempo á fóra.

O guarda-mór era um funcçionario distincto, fino, educado, instruido, de familia selecta.

Como inspector da Alfandega, tive-o como um dos melhores esteios da minha administração, chefe exemplar da corporação dos guardas, que trazia disciplinados, sabendo cumprir os seus arduos deveres de proletarios do Estado.

Elle nunca soube deste episodio e penso que, se viesse a ter delle conhecimento, sentir-se-ia muito magoado moralmente, porque Gama Berquó não podia, como a mulher de Cezar, ser nem de leve suspeitado, tal a rigidez de seu character.

Rendo á sua memoria este preito de verdade e de gratidão.

O ACADEMICO

Como funcçionario provincial, matriculei-me, em 1887, no primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife, permanecendo, porém, em Natal, onde, munido dos programmas das materias exigidas, fui estudando-as até á epoca, em que, licenciado, parti, tres mezes antes, para aquella cidade, afim de submetter-me aos respectivos actos.

Cheguei á capital pernambucana, em Agosto, depois do dia 11, livre, portanto, do baptismo dos calouros, que se encerrava com as festas commemorativas da fundação dos cursos, nessa data.

Entrei a frequentar as aulas com aproveitamento, porque muito pouca era a materia, até alli, explicada, sendo-me facil vencel-a, e pôr-me em dia com a cathedra.

Com a simplicidade e o retrahimento dos provincianos, mantinha-me em discreção com os collegas, até que experimentasse a influencia do seu contacto, de cordialidade e sympathia, que não se fez demorar muito.

Em pouco tempo, portanto, já tinha roda para frequentar, onde se tratava não só dos estudos, mas tambem das troças da mocidade.

Fui, á primeira vez, á Faculdade com o ardente desejo de conhecer Tobias Barreto, cuja fama de reformador das velhas theorias e inoculador da escola Allemã, dominava o Norte.

Isolado a um canto, observando o movimento de entrada e sahida de estudantes e lentes, aguardando a hora da minha aula, vi entrar um homem, feição de mulato, mal arranjado de traje, calças bambas de brim pardo, paletot preto de alpaca, collarinho mole, agarrado na camisa, amarfanhado e quasi sujo, gravata estreita, sem laço, que mais parecia uma fita de cadarço, sapatos tortos, cambados, e chapéo de feltro escuro, mole, surrado.

Tomei-o como bedél e dos mais descurados da sua indumentaria.

Logo se acercaram delle varios estudantes a cumprimental-o, festivamente, democraticamente.

Soou a sineta, dando o signal de aula, e esse homem e os rapazes encaminharam-se pelo corredor e eu, que os acompanhava, perguntei a um collega, quem era aquelle, obtendo como resposta: — “não conhece? E’ o Tobias Barreto”.

Cahi das nuvens e continuei a acompanhar o sequito até á sala destinada á prelecção.

Vi-o subir o estrado, enquanto os moços occupavam os seus logares nas bancadas, e, encarpitado na sua curul, começou a desenvolver o thema ou ponto com sobriedade, a principio, com alvoroço, mais logo, e por fim, com ardor e enthusiasmo, falando e gesticulando com eloquencia.

Extasiado de ouvil-o, disse commigo mesmo — “não é o habito que faz o monge” — e nunca mais o perdi de vista, como symbolo da minha admiração.

Tobias era muito estimado dos estudantes, porque, diziam, nunca concorreu com o seu voto para reproval-os e elle justificava esse modo de proceder, allegando comprehender o sacrificio dos paes para manterem os filhos na Faculdade e destes para aprenderem, e que nem sempre o exame revelava o que o individuo sabia e demais, approvando o que não soubesse, nenhm mal praticaria, porque depois de formado, se fosse intelligente, se esforçaria por vencer na vida, e se o não fosse, ficaria á margem, quer approvedo ou não no curso.

Essa theoria originou em nossos dias, as approvações por decreto, implantadas pelo senador Frontin, que, aliás, era um dos luzeiros da engenharia brasileira.

Tobias Barreto tinha a vaidade do seu talento e era orgulhoso do seu saber, aggressivo e ironico.

Contaram-me que, uma vez, um dos rapazes, que o cercavam, achando-se elle na Livraria Santos, na Rua Nova, pediu-lhe uma rima para camello e Tobias deu-lh'a de improviso: “F.G. Parente, doutor de borla 'e capello”. Referia-se a um dos

seus collegas, a quem faltava com a reverencia devida.

Um ou dois annos mais tarde, Tobias enfermou gravemente e eu ainda pude vê-lo endemaciado, arfando, dominado por angustiosa dyspnêa, aguardando á morte, que não se fez esperar.

* * *

Não tendo nunca sahido de Natal, durante os 24 annos, decorridos da minha existencia, achei o Recife um encanto, com as suas pontes, os seus jardins, os seus rios atravessando ruas, os seus caes, os seus edificios, novos e velhos, de porte elevado, e suas igrejas, sempre festivas e bulhentas, de um repicar de sinos incessante.

Sem automoveis, porque ainda não os havia, era comtudo muito movimentada e os carros de praça e os particulares, cruzavam pelas ruas do Imperador, Primeiro de Março, Nova, da Imperatriz, etc.

O commercio com o interior, que trazia ao centro da cidade grandes carregamentos de generos em costa de animaes, dava-lhe muita vida, parando de ordinario os comboios na rua da Concordia, Praça da Independencia, Caes do Ramos, etc.

Os almocreves entravam na cidade com as suas bestas, descalços ou de alpargatas, camisa fóra das ceroulas e estas ajustadas por cordões ás pernas, pouco acima dos tornozelos, de chapéo de couro ou de palha de carnaúba, presos com fitas por baixo do queixo, empunhando os seus grandes chicotes de estalo.

Estes habitos e muitos outros desappareceram depois da Republica.

A' noite, animava-se o centro da cidade, affluindo as familias ás principaes diversões, como os espectaculos do theatro Santa Izabel, notorios desde muito tempo e quando se degladiavam Tobias Barreto e Castro Alves, com as suas poesias retumbantes, que faziam a delicia dos seus partidarios.

Enorme era a frequencia dos academicos ao Café Ruy e ao Sorvete Familiar, na Rua Nova, quasi em frente um do outro.

Para ahi convergiam as moças acompanhadas de mães ou parentes e tornava-se alegre e festivo aquelle ambiente, que não resultava em vão, porque delle se originavam os namoros e as paixões, com finalidade no casamento.

Não obstante o meu retrahimento de calouro, comparecia ao Café ou ao Sorvete, como espectador, para civilizar-me nesse meio de expansão jovial, que attrahia tanta gente distincta e educada.

Nunca, porém, ultrapassei a hora em que devia iniciar os meus estudos nocturnos, que não tinham limite.

Pude, assim, no fim do anno, submitter-me aos exames de Direito Natural e de Direito Romano, com approvação plena. Nas condições do primeiro anno, cursei o segundo e o terceiro, obtendo approvações com distincção.

Interrompi os estudos em 1890, por ter sido removido de Pernambuco para o Pará, só podendo reatá-los em 1893, quando fiz o quarto anno, e, em 1894, o quinto, com distincção em todas as materias.

Em Maio desse ultimo anno, collei o grão de bacharel em Sciencias Juridicas e Sociaes.

Em 16 de Setembro de 1895, a Congregação da Faculdade reuniu-se para classificar os estudantes,

que, completando o curso, mais se distinguiram, por seu talento, applicação e procedimento, naquelle periodo, e que obtiveram, pelo menos, dois terços de approvações distinctas, nos termos do artigo 307 do Cod. do Ensino Superior, para terem o titulo de *laureados* e direito ao premio de uma viagem á Europa ou á America, afim de se applicarem aos estudos, porque tivessem predilecção, de conformidade com o art. 248 do mesmo Codigo. Foram classificados, com direito a *laureados* os bachareis Tito dos Passos de Almeida Rosas Filho, João Lindolpho Camara, Eladio de Amorim Lima e Enéas Martins e, com direito ao premio de viagem, em primeiro logar — Tito dos Passos de Almeida Rosas Filho e em 2.º logar, — João Lindolpho Camara.

Essa *laurea* dava direito a figurar no Pantheon da Faculdade.

Ignoro se algum dos meus distinctos collegas forneceu o seu retrato para gozar dessa homenagem; eu, porém, não o fiz.

PSYCHOLOGIA DA AMIZADE

Ha instantes na vida publica, em que a gente quasi se convence de ser estimado.

A' proporção que se vae conquistando posições, os amigos vão chegando, insensivelmente, e com tal geito se intromettem no seio da familia, que, em pouco tempo, conquistam a affeição das crianças, de quem primeiro se cercam.

Como tudo no mundo é contingente, ora subimos aos cornos da lua, ora descemos aos barrancos da terra, cujo gyro diario nos faz mudar de situação. Nessas rotações successivas, é que podemos apreciar o valor das dedicações, a sincerida-

de dos que nos adherem nas alturas para tão depressa nos abandonarem no nadir.

Experimentei algumas vezes o travo desse fluido, que se chama ingratidão e por fim habituei-me a sugal-o, como o ebrio que engole de um trago o alcool que lhe servem na taverna, fazendo caretas e arremessando para longe o copo embaciado.

Se eu tivesse desaparecido da vida em meio da jornada publica, teria levado commigo para a tumba a convicção de haver tido tão grande numero de amigos, como os que mais os tivessem.

Sem ser politico, porque só por diletantismo fui em curto tempo deputado federal, recebia de todos os recantos do paiz cartas e telegrammas de conhecidos e desconhecidos, funcionarios publicos, chefes politicos, de amigos e conterraneos, todos solicitando favores, que me deixavam embaraçado até para responder-lhes.

Tenho a consciencia de, dentro do possivel, a todos haver procurado attender com a maior benevolencia.

Ainda conservo em meu archivo innumeros desses documentos, já tendo destruido algumas centenas, principalmente, telegrammas, agora, depois de deixar a actividade.

De quanto é inconsistente o sentimento da amizade e gratidão, verifiquei sempre que escalava os cumes da carreira, ou delles me apeava.

Nomeado para alguma funcção de destaque, logo o lar era invadido pela onda dos *amigos*, pressurosos em darem o seu primeiro abraço, com muitas pancadinhas nas omoplatas e apertões nas costellas, como se fossem roscas de sucuri. Despojado do cargo, tudo era isolamento e silencio, como de um claustro. Então respiravamos. As epheme-

rides da vida social passavam em sigillo, só lembradas no seio da familia.

Essas alternativas habituaram-me a vêr nas manifestações humanas a versatilidade de character, a insinceridade, o fundo especulativo, o proposito de approximação com o intuito de colher as melhores vantagens do prestigio individual.

Não é de notar sómente nos estranhos esse eclipse do sentimento da amizade.

Os parentes são do mesmo estofo. Alguns destes que eu colloquei, um, principalmente, frequentou a minha casa até á vespera do dia da minha exoneração do ultimo cargo, que occupei, anterior á minha aposentadoria.

Tambem outros se ausentaram.

Tenho, porém, para suavisar-me a alma de registrar os nomes de quatro amigos que o foram, e são de verdade, que sempre contemplei no rôl das dadas mais preciosas com que a fortuna me brindou.

Eil-os: Francisco Giffoni, Olegario Lisboa, Dr. Luiz Bezerra da Trindade e Adhemar Vieira.

Não conhecia Giffoni. Sabia-o estabelecido com drogaria, á rua 1.º de Março, mas nunca o vira.

Uma manhã, alguém bateu á minha porta, desejando falar-me.

Era o droguista. Recebi-o, sem cerimonia, em meu gabinete e dei-lhe toda a attenção. Como eu era deputado, ligado ao Fisco, elle procurava-me de preferencia para fazer sentir a anomalia existente na taxaçaõ do imposto de consumo das perfumarias e especialidades pharmaceuticas, dando margem a que uns pagassem mais do que deviam e outros menos, com desvantagem para todos, inclusive o Fisco.

Demonstrou-me por $a + b$ a sua these, a que nada tive a oppôr, tão evidente era a desproporção do imposto.

Assegurei que tomaria em consideração o assumpto e elle despediu-se, mostrando-se muito esperançado.

Redigi a emenda e nesse mesmo dia apresentei-a ao orçamento da receita. A comissão de finanças, sem descer a estudar convenientemente a nova gradação e o valor das taxas, limitou-se, em seu parecer, a julgar que a emenda devia ser rejeitada, sob o pretexto de que reduzia a receita.

No momento de entrar em votação, pedi a palavra para encaminhal-a e assim pude desfazer o equívoco em que laborou a comissão, sendo a emenda approvada. Giffoni tornou á minha casa para agradecer-me o interesse com que defendi a proporcionalidade das taxas daquelles productos.

E depois, nunca deixou de procurar-me e de manifestar-me as suas sympathias.

Era uma creatura dotada de excellentes attributos, caridoso, sua bolsa estava sempre aberta aos pobres; trabalhador, intelligente e infatigavel; chefe de familia dos mais nobres sentimentos.

Falleceu no dia 6 de Agosto de 1934.

Nesse mesmo anno, a 14 de Junho, fui victima de um derrame cerebral e Giffoni me visitava com muito interesse pelo meu restabelecimento.

Ninguem podia prever que em pouco mais de um mez, elle fosse dormir o eterno somno, do que sómente vim a saber a 24 de Dezembro, quando recebi dos filhos, que o sabiam meu amigo, um cartão tarjado de preto, acompanhando uma cesta de fructas e flôres, que seu pae me offertava, todos os annos, pelo Natal.



Olegario Lisboa, um rapaz muito pobre, que fui encontrar na Alfandega de Paranaguá, admitido pelo respectivo inspector, como trabalhador das Capatazias, mas servindo no expediente da Inspectoria.

Todos me falavam da sua penuria, das suas habilitações, da sua honestidade e dedicação ao trabalho.

O aspecto era de moço inteligente. Incitei-o a preparar-se para concurso da carreira de Fazenda, que eu, como Delegado Fiscal, iria promover, junto ao Thesouro. Olegario ouviu o meu conselho e foi um dos candidatos.

Com a boa vontade e sympathia de todos, sahui-se bem, logrando favoravel classificação.

Chegando ao Rio, empenhei-me pela sua nomeação de 1.^a entrancia, não me recordo, se para Pelotas ou Uruguayana; em pouco tempo pude transferil-o para a Recebedoria, depois para a Alfandega do Rio, onde fez carreira, até alcançar a nomeação de conferente da de Santos.

Era-me muito dedicado e nunca deixou em suas cartas de lembrar os beneficios que lhe dispensei, em auxilio da sua sorte.

Morreu ha mais de um anno. A sua ultima carta, que guardo com carinho, está assim concebida:

“Santos, 29-3-31. — Meu caro amigo, Dr. Camara.

Ao ler agora o *Diario Official*, tive de si uma saudade immensa. E revi os dias do meu concurso, quando tive a ventura de conhecê-lo. E enfileirou-se-me na retina uma vida inteira de obsequios recebidos, pagos somente com a lealdade com que sempre o servi e uma filial amizade que nem o tempo, nem as intrigas dos amigos, consegui-

ram abalar. No momento de sua sahida da classe que tanto honrou, venho trazer-lhe o meu abraço; acceite-o como o mais sincero e o mais commovido, e com elle vão os votos que faço a Deus pela sua felicidade no descanso merecido de tantos annos de luctas e de tanto bem fazer.

Creia na amizade fraternal ou filial, como quizer, de quem vae envelhecendo cheio de desillusões, mas que aprendeu a querel-o e a amal-o no convivio de 30 annos e ensina os filhos a veneral-o como um seu grande bemfeitor. Abraços a todos os seus. — Am.º Certo —

Olegario".

Respondi-lhe:

"Rio, 3 de Abril de 1931. — Olegario — Venho agradecer-lhe a caricia da sua affectuosa carta de 29 do mez findo, cuja leitura me commoveu.

"Neste mundo ermo de amigos", quando temos a certeza de que possuímos ao menos um, devemos-nos considerar felizes e, como aconselhava o Padre Manoel Bernardes, incluil-o no rôl dos bens da nossa fortuna.

A sua carta foi um lenitivo para o meu coração, já cansado de soffrer ingratições. Recolho-me á penumbra da minha vida intima bem com a minha consciencia e satisfeito de haver amparado e encarreirado muitos moços pobres, que se tornaram uteis á patria e á familia.

Destes, porém, só o que teve a generosidade, até agora, de confessar-se grato, foi você, o que muito me sensibilizou.

Bemdigo a hora, em que, semeiando o bem, colhi um amigo, que me ficará sendo caro para o resto da existencia. Saudades e abraços a si e aos seus. — O am.º e coll.º aff. — *J. Lindolpho Camara"*.

Restam-nos os dois unicos amigos que ainda hoje nos frequentam, como sempre o fizeram, quer no fastigio, quer na adversidade, por amizade e sympathia, o Dr. Luiz Trindade, conferente da Alfandega do Rio e Adhemar Vieira, escripturario do Tribunal de Contas.

A AGUIA

Desde a minha juventude, no norte, tomei-me de grande fanatismo por um moço, cuja fama reboava por toda parte, como sendo o maior talento e a maior intelligencia do Brasil.

Tudo que lhe dizia respeito me interessava. Devorava os seus artigos na imprensa, de cujos jornaes andava á cata, de porta em porta, como um mendigo.

A sua campanha pela federação das provincias, os seus discursos pela abolição da escravtura, os seus actos no governo provisorio da Republica, as suas orações no Congresso Nacional, infiltraram-se em minha alma, que, para mim, só existia no mundo um homem de talento e de saber — Ruy Barbosa.

Não o conhecia e guardava-lhe as photographias, retiradas, amarrotadas, de jornaes que me chegavam ás mãos.

Senti-me orgulhoso, quando recebi, assignado por elle, o meu titulo de nomeação, em 1890, para a Thesouraria de Fazenda de Pernambuco.

Redobrava o meu desejo de conhecê-lo pessoalmente, de beijar-lhe a mão, reconhecido, mas a distancia nos separava, como o infinito.

Correu o tempo; andei por Sêca e Méca e a minha peregrinação trouxe-me para o Rio de Janeiro.

Fui nomeado Director da Recebedoria e ahi encontrei, como funcçionario da fiscalisação do imposto de Consumo, um moço, que me disseram ser cunhado de Ruy Barbosa.

No primeiro encontro que tive com esse rapaz, aliás, bem conceituado e querido entre os seus col-

legas, falei-lhe na possibilidade de uma visita minha ao meu idolo, de tantos annos, para expressar-lhe de viva voz a minha gratidão.

Bandeira sympathisou commigo e promptificou-se a proporcionar-me esse encontro, logo que fosse possível.

O intervallo não foi grande.

Bandeira desempenhara-se cabalmente da missão e fomos pela tarde de um dia luminoso, em demanda do solar do genio, em S. Clemente.

Transpuz, em calafrios, o grande portão e galguei os degrãos de accesso para a sala de entrada, onde Bandeira deixara-me assentado no sofá, indo, um instante, para o interior da casa, de-onde voltou em companhia de Ruy Barbosa.

Levantei-me para cumprimental-o, e tremulo, com os nervos a vibrarem de emoção, mal pude balbuciar palavras, que eu penso que elle não entendeu, de satisfação e de agradecimento.

Assentamo-nos e Ruy Barbosa, que, naturalmente, notou a minha perturbação, disse do prazer que experimentara, sabendo-me nomeado por elle e, ao mesmo passo, felicitava-me por ver-me, em tão curto tempo, occupando postos da alta administração.

Depois de breve silencio, em que me refiz das sensações do momento, convidou-me para a sua bibliotheca. Vastos salões, onde se infileiravam grandes estantes envidraçadas e de verniz, reluzentes, como se houvessem sahido naquelle momento das mãos do lustrador.

Estavam ali exercitos de livros, arrumados pelos tamanhos, com os dorsos faiscantes das letras douradas dos nomes de seus autores e dos titulos das obras, numa opulenta profusão, que dir-

se-ia destinados á consulta de milhares de individuos e não de um só, que, talvez, nem em um seculo, pudesse abordal-os todos.

Após o passeio por estas alamedas encantadoras, elle levou-me a uma sala menor, contigua a um dos vastos salões, onde estava sua secretaria e de uma das gavetas, á ilharga esquerda, retirou um monte de meias folhas de papel pautado, escriptas de seu proprio cursivo.

Eram os autographos do parecer que estava elaborando sobre a redacção do projecto do Codigo Civil, vindo da Camara dos Deputados, em oito volumes.

Em seguida, abriu uma pequena estante ao lado, apanhou uma brochura e offereceu-m'a, face á face, — *Cartas de Inglaterra*.

Por muitos annos, conservei esse livro no estado em qué o recebi, cioso de passal-o a outras mãos profanas, que não as minhas, até que começando a desfolhar, mandei-o encadernar e consagrou-lhe a reverencia de um evangelho.

Era de poupar ao mestre o sacrificio da perda de seu tempo e pedi permissão para retirar-me. Elle acompanhou-me até á porta de sahida, levando-me ao portão do jardim o meu introductor, o Bandeira, que ainda hoje é meu amigo.

Trazia n'alma a satisfação de haver, depois de tantos annos, realisado o anhelos da minha mocidade.

Conheci, pessoalmente, a aguia de Haya.

O RIO, QUE EU VI, Á PRIMEIRA VEZ

O anseio maior do moço nortista, que começa a interessar-se pelas cousas da vida, é conhecer o

Rio, a capital do seu paiz, de que lhe falam os amigos, que já a visitaram, o noticiario dos jornaes da terra, os commentarios em familia, parecendo a todos tratar-se de um mundo encantado.

Era assim tambem na minha mocidade. Eu tinha um desejo louco de vêr o Rio, séde do governo imperial, antiga côrte do rei D. João VI e da rainha, D. Carlota Joaquina, a enferma mental, provocadora de escandalos, mãe de D. Pedro I, herdeiro das suas maluquices.

Esse desejo crescia de anno para anno com o desencadear dos acontecimentos sociaes e politicos, que tinham por theatro a grande cidade brasileira: — quêda de ministerios, organização de outros, subordinados á vontade do Imperador, a lei do ventre livre, a abolição da escravatura, as pugnas parlamentares e, por fim, a proclamação da Republica, que chegavam pelo telegrapho, em longos ou curtos despachos.

Ao passo que me fui deslocando de Natal, primeiro, para o Recife, como estudante de Direito, depois, para o Pará, como funcionario de Fazenda, dahi, de novo para Pernambuco, em seguida para o Paraná, mais se fortaleceu a minha esperança de conhecer o Rio, que afagava em sonhos.

Afinal, chegou o dia de embarcarmos em Recife, com destino ao Paraná; 14 de Julho de 1899, penultimo anno do seculo XIX.

Depois de cinco dias de viagem, *por mares* (para mim) *nunca dantes nevagados*, chegamos á bahia Guanabara, caprichosa joia, que a natureza trabalhara a millenios para offerecer ao orgulho do povo carioca, emmoldurada de montes e florestas vicejantes, rendilhada em toda a sua extensão

da espuma branca do seu constante marulhar, com recortes, saliencias e reintrancias encantadoras, mergulhada no esplendor do sol nascente ou na luz rosicler do sol poente.

Naquelle tempo, a Guanabara era mais bella, na plenitude dos seus encantos naturaes, quando a mão profana de homens sem alma, não se lembrou de deformal-a, augmentando as suas terras marginaes com o desmante de morros da cidade, mas reduzindo, sem piedade, o volume das suas aguas salitradas. A bordo, ainda, um amigo, colhido na convivencia dos cinco dias da viagem, empenhou-se amavelmente em mostrar-me o panorama, que se descortinava, á proporção que o vapor approximava-se da barra, sob um céu azul, tão luminoso como o do norte, tendo em baixo a vastidão das aguas que, do oceano se encachoeiravam para dentro da terra, num extenso lençol de muitas milhas, sómente limitadas ás margens, pelas cidades, do Rio, á esquerda, e de Nictheroy, á direita, deixando vêr, ao fundo, a grandiosidade da serra dos Orgãos, de cujos pincaros, um, com a fórma do dedo indicador, aponta sobranceiro para a amplidão, sagrado, pela sua eterna attitude, com a denominação de *Dêdo de Deus*.

O meu amigo chamou-me muito a attenção para o Corcovado, o Pão de Assucar, o Pico de Santa Cruz e outros e suggestionou-me com denodo para que eu visse na silhueta das montanhas do Corcovado a figura do *gigante adormecido*, que, até hoje, não tenho conseguido vêr.

O paquete entrou á barra e foi fundiar sobre rodas, no *Poço* ou *Sacco*, á espera das visitas da Alfandega, Saude e Policia e, uma vez desembara-

çado, seguiu para o ancoradouro, nas immediações das ilhas da Cobra e Fiscal. O desembarque se fazia no meio da bahia para embarcações pequenas, de remos, que transportavam os passageiros e suas bagagens ao Caes Pharoux.

Pisando a terra firme, achamo-nos numa praça de casas velhas coloniaes, com um chafariz ao centro e a estatua de Ozorio. Das casas sobresahiam duas, — o ex-Paço Imperial, de um lado, e o Hotel de França do outro.

Ahi, ou nas immediações, não sei se na rua Direita ou na da Misericordia, tomamos, eu, minha mulher, os filhos e o collega, que gentilmente nos foi receber, um bondinho, atrelado a burros, que nos levou por vielas, que não ficamos conhecendo, até ao largo da Lapa, de onde, a dois passos, estavamos na rua Visconde de Maranguape, em uma pensão particular, que nos arranhou aquelle amigo.

Aboletamo-nos e nos preparamos para o almoço, servido, mais ou menos, a uma hora da tarde. O que mais saboreamos foi a deliciosa agua carioca, que hebiamos pela primeira vez.

Até esse momento, nada era novo para nós. Não vimos mais que cousas já vistas por onde andamos. Casas velhas, ruas estreitas, kiosques sujos em cada canto, carrinhos de mão, *tilburys*, carros de praça, etc.

Depois do almoço, parti para o Thesouro a me apresentar e arranjar os papeis para proseguimento da viagem ao Paraná.

A burocracia do velho Erario Real esgottou-me os minguados dias, que eu tinha para o transito no Rio, sem me deixar tempo senão para comprar alguns aprestos e roupas de lã, de agasalho

das creanças, que iam arrostar o frio rigoroso de Curityba.

Só então ficamos conhecendo o centro da cidade: — Largo de S. Francisco de Paula, rua do Ouvidor, e paralellas, — Sete de Setembro, Assembléa, Carioca e Largo desse nome, ruas do Rosario, Hospicio, Alfandega, General Camara, S. Pedro e Larga de S. Joaquim; ruas transversaes — Uruquayana, Gonçalves Dias, Ourives, Ajuda, Quitanda e Direita e outras, como as ruas do Sacramento, Conceição e Andradas.

A rua do Ouvidor, a mais famosa, não nos causou a menor sensação, — uma viela estreita de casas, altas e baixas, algumas de beirae, despejando as aguas da chuva sobre os transeuntes, de calçamento de pedra tosca e passeios estragados. Era, porém, a arteria principal, frequentada todas as horas do dia e da noite, por ser o imporio commercial com os melhores estabelecimentos: — joalherias, casas de moda, alfaiatarias, chapelarias, confeitarias, cafés, restaurantes, hoteis, barbearias, typographias, redacções de jornaes.

Notava-se certa ancia de progresso. Seria cousa de pouco tempo, removidos os obstaculos materiaes e moraes que o empeciam.

O Rio precisava ser saneado em todos os sentidos, — das endemias da febre amarella, da varíola, da bubonica e — da prostituição, que se exhibia á luz do sol, com offensa da moral publica, vista por todos os olhos, menos os da policia de costumes.

Não era nos recantos da cidade, mas nas ruas e logradouros mais publicos que a impudicicia se ostentava, vendo-se mulheres de roupas leves, met-

tidas em cubiculos de porta e janella, a se offerecerem sem nenhum recato ou pudor, nem temor da autoridade publica.

Em uma das vezes que, na rua do Sacramento, me dirigia para o Thesouro, despreoccupado, ou antes, pensando na viagem que tinha de reatar, ouço uma voz de sotaque estrangeiro dizer: — *Endra zinpadigo*.

Volto-me assustado e vejo pelas frestas largas da veneziana uma mulher gorda, papadas de suino cevado, seios volumosos, nariz aquelino com estrias sanguineas.

Um horror! Tratei de apressar o passo e entrar no Thesouro, ainda emocionado. Referindo a um collega o incidente, disse-me elle, rindo-se da minha ingenuidade de provinciano, “você foi de sorte, porque não chegou a ser arrastado á força para o antro”.

A rua do Sacramento e suas immedições eram o paraíso das *Nymphas*, por serem a séde do Thesouro, cujo dinheiro as degradava, e da igreja, que deu o nome á rua, em cujos altares ellas se penitenciavam.

Essa pobre e infeliz peccadora, que me assustou, despertou-me n'alma uma saudade, ha muito adormecida, — a de um lindo e garboso papagaio, que possui, em Natal. Um *louro* de côres alegres, verde claro, amarello jalde, escarlate, bonito e intelligente, honra da fauna volátil dos sertões do nordeste brasileiro.

Eu era o seu sympathico. Vivia, coitado, noite e dia, acorrentado ao poleiro da sua gaiola, dependurada á porta da sala de jantar em frente á da rua. Dahi, elle observava tudo o que se passava,

peessoas que entravam e sahiam, o que diziam, no silencio da casa. De vez em quando, elle entrava a palrar, como gente: “papagaio real, lá por Portugal, quem passa? é o rei que vae á caça. Toca a trombeta que el-rei passa. Tró-tró-tró”.

Sempre que me via pôr a mão no postigo para abrir a porta da rua e entrar, elle formalizava-se, sacudia as pennas e gritava — *entre seu Joca*. *Entre* era a palavra muito repetida pelos de casa, dirigida ás visitas, que chegavam; *Joca*, assim todos me chamavam, só a empregada me tratava por *seu Joca*.

O papagaio intelligente, com esses tres elementos grammaticaes, compôz a phrase, com que me mandava entrar.

Elle alegrava-se ao vêr-me, porque sabia que eu ia logo fazer-lhe caricias, pedir-lhe o pé e coçar-lhe a cabeça, o que só a mim consentia, gozando, de olhos fechados, a sua volupia.

A philosophia espiritualista, explicando a pluralidade das existencias, admitte nos animaes domesticos a de uma alma em estado embryonario, cujo desenvolvimento se opera por escalas, libertando-se dos instinctos grosseiros, até penetrar nos dominios da razão, do amor, da liberdade.

Certo, a alma rudimentar do meu saudoso papagaio reincarnou na crysallida carnal dessa hungara, que me convidou a entrar, como elle o fazia, na outra existencia.

Para purificar-se e chegar a ser gente, a sua alma procurou o corpo de uma peccadora, afim de soffrer com ella as ignominias da vida terrena, e, desincarnando, attingir ás espheras, que conduzem á perfectibilidade.

* * *

Do nosso contacto com a terra carioca, nessa phase transitoria, resta-nos um facto, por despedida.

Tomamos, no Largo da Lapa, o bonde que nos devia transportar ao Caes Pharoux.

Minha mulher, ao subir o estribo, erguendo uma das creanças, deixou sem sentir, cahir a carteira que segurava na mão. O vehiculo fazia o primeiro movimento para seguir, e eis que surge em frente ao banco, em que estava assentada, um creoulo maltrapilho e entregou-lhe a carteira, que vira cahir e, honestamente, restituia á sua dona.

Não fôra a lisura do preto, teriamos ficado sem dinheiro para a viagem e primeiro estabelecimento em Curityba.

O Rio do fim do seculo XIX contava em seu seio mulheres impudicas, mas tambem creoulos pobres e honrados.

Quão differente o Rio de antanho, comparado ao do seculo XX, neste particular de honestidade.

Um amigo meu, de oitenta e cinco annos de idade, o capitão Ferreira Baptista, usava para seu arrimo uma bengala de unicornéo com bello castão de ouro, que fôra de seu pae, fallecido, ha muitos annos; não era o objecto de valor venal, mas a lembrança paterna, que elle afagava a toda hora.

O meu amigo subira com difficuldade o bonde, sentara-se e collocara a bengala entre os joelhos e assim fez a viagem. No momento de levantar-se para dar o signal de parada, o unicornéo escapuliu-lhe das mãos e foi cahir no asphalto da rua. Desceu logo, apressado e tremulo, o capitão Ferreira e, quando em terra, julgou poder apanhar sua bengala, alguém, que viajava no estribo do bonde já o havia feito, desapparecendo, como por encanto.

Parece que estou ouvindo pessimistas a dizerem: o creoulo teria feito o mesmo que o *pingente*, se a carteira cahisse aberta, mostrando o dinheiro, que encerrava.

A FAMILIA

Emquanto vivas na minha mente as impressões, mais que sombrias, das passagens da minha infancia á puberdade, não pensei em constituir familia, porque não me julgava com o direito de atrelar ao carro da minha pouca sorte aquella que pudesse vir a ser minha mulher.

Só depois de quatro annos de nomeado para a Fazenda Federal e já com o vencimento de trezentos mil réis mensaes, que, naquelle tempo, era invejado, foi que me resolvi a entrar para o *ról dos homens serios*.

E fui feliz, desposando uma moça de distincta familia, educada com severidade nos principios da moral e dos bons costumes, retrahida, intelligente e energica, disposta para trabalhar e dirigir os encargos domesticos, sem delles fugir, como, geralmente, o fazem as doudivanas, frequentadoras das Avenidas.

O dinheiro que eu ganhava não offerencia grandes margens, porque subsidiava tambem a existencia de minha mãe, que preferira morar com as filhas em Natal, sem os incommodos das viagens, a que me expunha a minha carreira.

Casei-me em Recife, em Dezembro de 1894, após collar o gráo de bacharel em direito e logo, seguimos para o Pará, que é o berço da minha primeira filha.

Voltamos para o Recife, onde registrou-se o nascimento da segunda filha e do primeiro varão.

Augmentavam as despesas, conservando-se a mesma receita.

Neste interim, fui promovido com melhora de vencimentos e nomeado Delegado Fiscal em Curytiba e ahi viram a luz duas crianças do sexo masculino. Installamo-nos, por fim, no Rio de Janeiro, onde nasceram mais um menino e cinco meninas, tendo a infelicidade de perder, de febre amarella, um dos nascidos em Paraná.

Vivem, ao todo, dez filhos, — tres homens e sete mulheres.

Só os que os teem, sabem do sacrificio para creal-os, educal-os, vestil-os, assistil-os nas enfermidades, encaminhal-os na vida social, tornal-os uteis para si e para o proximo.

Foi uma luta titanica para que não viessem a soffrer o que eu soffri sozinho no portico da vida.

Minha mulher mais do que eu, que lutava tambem, foi a heroína dessa cruzada, a que se consagrou de corpo e alma, sacrificando a sua mocidade, seu socego, suas distracções, retrahida do mundo como uma monja.

Hoje esta prole, não pequena, lhe deve ser muito grata, por tel-a feito crescer e apparecer na sociedade, cada um com a sua personalidade propria, constituindo as suas familias, os seus lares, que só nos cabe, e o fazemos com prazer, abençoar.

Solteiros só existem o filho mais velho e duas filhas.

Dos varões — o mais velho é advogado; o segundo — capitão do exercito; o terceiro — capitão-tenente da Marinha.

Das cinco filhas casadas — uma consorciou-se com um medico; tres com funcionarios publicos e uma com um industrial.

Cumprimos a nossa missão — á face da terra.

Agora vêm chegando os netos.

O esforço do homem, a sua tenacidade e perseverança desviam o curso dos oceanos e deslocam montanhas.

Bemdigo a pobreza, que me ensinou a soffrer com resignação e a trabalhar com afinco, a ser perseverante e corajoso, a amar a sobriedade, a dar de comer aos que tinham fome.

Eu podia ter nascido em coxim de rosas, no meio do fausto e da grandeza, e ser, entretanto, um desfibrado, indolente, sem coragem para affrontar a adversidade.

Bemdigo a pobreza, que me despertou as energias, physicas e moraes.

ECONOMIAS

O habito de gastar com prudencia, isto é, não desperdiçar, sem a preocupação de necessidades emergentes, no dia seguinte, constitue o segredo da previdencia.

Nem todos têm a faculdade de saber guardar, porque não lhes parece nunca ser a occasião de a pôr em pratica.

Se têm pouco, tudo lhes falta; se têm muito, ainda acham pouco para desenvolver as despesas superfluas, que vão, sorrateiramente, entrando no rôl das necessarias.

A virtude consiste em distinguil-as e separal-as.

O individuo, que ganha o sufficiente para os seus encargos obrigatorios de familia, querendo,

sempre encontrará meio de reservar uma diminuta parcella para ir constituindo o fundo de reserva, destinado a attender as vicissitudes futuras.

E' sempre possivel economisar. O que os individuos não sabem é sopitar o desejo de serem percularios, de se mostrarem bem installados na vida, enganando-se a si proprios, com a destruição do pequeno credito, que lhes resulta da apparencia enganadora.

O pobre não pôde aspirar fortuna, mas não deve descrever de vir a possuir economias.

Muitas das grandes fortunas, que conheço, originaram-se do pequeno *pé de meia*, de jornaleiros ou engraxates, que não descreiam da propriedade prolifera do *vintem guardado*.

A moeda poupada tanto é fungivel e esteril, como é inconsumivel e fecunda. O segredo é saber maneja-la.

Entrou nos meus habitos, desde solteiro e empregado publico, guardar os poucos vintens, que me sobravam do orçamento domestico, que eu trazia controlado por escripta do meu punho — por — Deve e Haver, — que a visão do passado me aconselhou a crear.

Casei-me, já podendo realizar as despesas do consorcio, sem ter de recorrer a ninguem.

Felizmente, minha mulher tinha sido educada na escola paterna de rigorosa economia; — era mais economica do que eu.

Passei-lhe a gestão das nossas finanças da casa, tomando eu apenas o encargo de encaminhar as sobras para que melhor produzissem, em estabelecimentos de confiança. Essas economias fizeram-se, sem prejuizo do alimento, educação, instrucção,

vestuario, medico, dentista, pharmacia e tudo o mais exigido pelos cuidados da prole.

As restricções ou pódas eram feitas nas despesas, que nos diziam respeito, além das necessarias.

O concurso das nossas vontades foi gerando o fructo que esperavamos e, como fosse ponto principal do nosso programma a aquisição de uma casa para morarmos, com o que teriamos de economisar a despesa mensal do aluguel que pagavamos, em 8 de Junho de 1904, realisamos esse designio, comprando a em que vivemos nove annos, á rua Souza Dantas, actual n.º 28.

A parcella, destinada ao aluguel da casa, passou a ser capital recolhido á Caixa Economica para completar o deposito desfalcado com a retirada para a compra do predio.

Antes, em 31 de Dezembro de 1902, pude fazer na Sul America um seguro de vida de dez contos de réis para a familia, cuja apolice foi, em 16 de Agosto de 1907, sorteada, ficando eu remido do pagamento dos premios restantes.

Animado pelo successo, fiz outro seguro, agora, de vinte contos, liquidando ambos, na data do seu vencimento, em 1922.

Por fallecimento dos paes de minha mulher, coube-lhe de herança uns sessenta contos de réis, que vieram avolumar o capital producente.

Rendendo este, apenas, o juro de quatro e meio por cento ao anno, entendi ser melhor applical-o em bens de raiz e compramos, em 7 de Fevereiro de 1911, á rua Mariz e Barros, um terreno de 21,80 metros de frente por 55 de fundos, onde construímos, em 1913, os predios ns. 394 e 398.

Passamos a morar em um destes, no de n.º 394, e alugamos os dois outros, o 398 da rua Mariz e Barros e o 28, que deixamos, á rua Souza Dantas. Cresciam, assim, as economias e, nove annos depois, ajudados com a liquidação dos dois seguros, em 1922, construimos os dois predios, ns. 17 e 19 da rua Lucio de Mendonça, cujos alugueis eram tambem destinados a produzir. Desta sorte, em 1933, fizemos o predio n.º 11 da mesma rua Lucio de Mendonça, para o qual nos transferimos, passando a alugar o que deixamos, depois de residir nelle vinte e um annos.

Eis a historia breve e despretenciosa das economias, que teremos de transmittir a nossos filhos.

Não fossemos tão precavidos e não teriamos podido realizar o casamento de cinco filhas.

No Brasil, casamento é quasi um flagello; é preciso coragem e recursos para fazel-o.

Gastam-se mezes no preparo do enxoval, contando-se por duzias as peças que o devem compor.

E' um supprimento para um lustro, pelo menos. No final das contas, uma fortuna.

Chega o dia do enlace, a casa enche-se de cem e muitos convidados. Os compartimentos atulham-se de gente. Azáfama geral; todos se movem, falam, correm, riem, só não ha, como na roça, a matança do porco, porque as *comidas* e as *bebidas* vêm da confeitaria, por bom preço.

Se o acto religioso effectua-se em casa, como o civil, então arma-se o altar com docel, imagens, castiçaes, columnas, tapete, genu-flexorios, flôres, velas e tudo o mais que é do rito, uma fonte abundante de despesas.

Se, porém, tem de realizar-se na igreja, esta é escolhida de preferencia a mais afastada do domi-

cílio dos nubentes, para se tornar mais *chic* e mais despendioso o passeio a carro, outr'ora, e hoje de automovel.

O casamento fóra do lar está em decadencia, porque pesava muito na algibeira dos convidados, que tinham de pagar as horas de occupação dos vehiculos, que eram escoadas para satisfazer os caprichos dos noivos, com predicas na igreja, cantos, abraços interminaveis e voltas pelas avenidas, até attingir de novo á casa.

Os paes da noiva, hoje, já cançados e exgotados de recursos, limitam-se a convidar para a igreja, onde poucos vão, e ahi se dão os abraços e fazem-se as despedidas, a secco, sem *comidas*, nem *bebidas*, o que nunca pudemos fazer.

E' interessante saber tambem a somma exacta que já nos extorquiram a Prefeitura Municipal e o Thesouro Federal, que fazem suas as propriedades alheias, em nome da liberal democracia.

Pelo desaforo de termos perseverado em juntar esse pequeno capital, para ficarmos ao abrigo das incertezas da vida, já entregamos até Dezembro de 1936 á Prefeitura Municipal, a titulo de imposto predial, accrescido de mil e uma taxas, a importancia de noventa e oito contos, seis mil e cento e dez réis, e ao Thesouro Nacional, do imposto de renda vinte e dois contos novecentos e vinte dois mil e treze réis, e de outras taxas, a importancia de vinte e um contos noventa e sete mil e trezentos

réis, ao todo 142:425\$425. E não ficará só nisso, porque todo dia inventam-se novos impostos e augmentam-se os existentes, na ansia desabrida de devorar a fortuna particular.

Ainda, do que sobrar, depois de roerem o amago do queijo, exigirão dos nossos herdeiros, á guisa de taxa de transmissão de herança, a terça ou quarta parte.

FLORES DA VELHICE

Nunca fui poeta. Esta surpresa estava reservada para os meus setenta annos. Por não ter o que fazer, depois de aposentado, dei para rabiscar versos e com tal facilidade que, se eu acreditasse em propriedade mediumnica, diria que foram dictados por algum verzejador do espaço; mas, então, ser-me-ia difficil determinar o seu inspirador.

Nesse caso, prefiro dizer que, embora máos, são mesmo meus.

Eil-os:

SONETOS

O DRAMA DA VIDA

Começa-nos o drama da existencia
Com um prologo de doiradas illusões:
— Os candidos sorrisos da innocencia,
Que alegram, docemente, os corações.

Na idade febril das emoções,
Que vae da puberdade á adolescencia,
Nascem os espinhos acerados das paixões,
Que sugam ás flores d'alma a pura essencia.

E quanto mais se percorre a senda ingrata,
Que a dôr e a desventura em si encerra,
Mais se desfolha cada illusão colhida;

E o drama, tristemente, se remata
No turvo seio da mysteriosa terra,
Onde se renova o enigma da vida.

FRUCTOS DOURADOS

A' minha mulher e aos meus filhos.

Por crespos mares, ao despertar do dia,
Partimos ambos em busca do futuro;
Fosse loucura ou simples ousadia,
Fiz-me do barco o afoito palinúro.

A luz do teu olhar foi o fanal seguro,
Que me guiou na temeraria luta;
Tú, companheira, és o ideal, mais puro,
Da bondade, serena, resoluta,

Que a procella da vida supportou;
Do nosso fadario, feliz se originou
A prole, que nos cerca, e adoramos,

Como fructos dourados, que apanhamos,
E a bemfazeja mão de Deus abençoou,
Para a velhice, a que, juntos, chegamos.

AMIGOS

Manoel Bernardes, do pulpito, aconselhava
Que, em seu testamento, cada um enumerasse
Os seus amigos, como prendas de realce,
Que a fortuna a cada qual presenteava.

Se o padre inda vivesse, certo, elle mudava
De pensar, ao vêr que o indifferentismo,
Nascido das entranhas do egoismo,
Por todo o mundo, hoje, imperava.

E, se elle firmasse, um pouco mais, a vista,
Veria a propria fortuna tornar-se egoista
E os seus velhos amigos desprezar.

E, se assim procede a deusa millionaria,
Como conceber a idéa temeraria
De termos amigos para enumerar?

AMÔR DE FADA

Tenho um sacrario dentro de minh'alma,
Onde guardo a ambula dourada
Do amôr que, risonho, abriu a palma,
Da minha vida, na rosea madrugada.

A mulher, que eu amei, era uma fada
E, como as fadas, era feiticeira;
Com o seu condão de deusa encantada,
Accendeu no meu peito uma fogueira,

Por ella, noite e dia, alimentada
Com as chammas do seu ardente olhar.
Mas do destino infiel, a mão fanada

Nunca nos mostra a melhor estrada...
— A fada fugiu pr'a o seu solar
Deixando a fogueira abandonada.

AS ESTRELLAS

No silencio da noite, mais profundo,
Eu medito, á luz suave das estrellas,
E, contemplando-as, mais desejo vê-las,
Porque, vendo-as, esqueço-me do mundo.

O genio creador, sempre fecundo,
Fez as estrellas e illuminou-as
E, pelo azul do firmamento, espalhou-as,
Na rapidez impressionante de um segundo..

Ellas são da divindade as sentinellas,
Que, abrigadas, á noite, em suas cellas,
Nos espreitam, serenas e em calma,

Até ao despontar das alvoradas;
Eu estou sempre a vê-las, debruçadas,
No céo transparente de minh'alma.

NOSSA INFANCIA

A' minha irmã Nilla.

Da solitaria margem da vida, a que chegamos,
Contemplemos a longa estrada percorrida;
Para o nosso remoto ponto de partida,
A fatigada vista, hoje, volvamos.

A nossa infancia, nós, juntos, passamos
Num intenso crepusculo de tristeza;
A dona do nosso lar era a pobreza,
Cuja tyrannia supportamos.

A nossa pobre mãe era uma santa;
Para dar-nos o escasso pão de cada dia,
Horas, a fio, dia e noite, mourejava;

Eu que, apenas, era debil planta,
Não me conformava e á sorte maldizia,
Quando, no silencio da noite, ella chorava.

SEPTICISMO

Tem o homem, na vida, innumerados deveres;
Os que lhe impõe a sabia natureza,
E os de ordem moral, que dão-lhe a realeza
E a supremacia sobre os demais seres.

Dessa harmonia conjuncta, geram-se os prazeres,
Como do seu conflicto nasce o desconforto,
Que nos conduz ao solitario horto,
Onde padecem almas sem lazeres.

Ingenuo o que demanda o encantado porto
Da illusoria e fugaz felicidade,
E sonha nelle viver, inda depois de morto.

Eu não consagro semelhante velleidade,
Porque a morte inexoravel, (certo ou torto)
Extermina o ser humano na sua dualidade.

NO CEMITERIO

Pezaroso e triste, entrei no cemiterio;
O sol, no occaso, agonisava;
Tudo, de repente, se tornou mudo e funereo,
Só o sabiá, no mattagal, cantava.

Frouxa luz violacea do céu descia;
Pelos hirtos cyprestes a viração soprava;
Solitaria coruja, lugubre, gemia;
A natureza parecia que chorava.

Funebre cortejo passou, silencioso,
Conduzindo, como ultimo preto piedoso,
O estreito caixão de uma velhinha.

Emquanto o coveiro, indifferente, a sepultava,
Inconsolavel a filha, em pranto, soluçava,
Mas, quem mais soluçava, era a netinha.

CONFISSÃO

Pensar em morrer é muito triste,
Pois quem vive, mais viver deseja,
E porque a morte uma fatalidade seja,
Todos se esquecem de que ella existe;

Mas, na sua existencia, creio firmemente,
E quanto mais os meus dias vão passando,
Mais eu vejo que a morte vem chegando,
Para ceifar-me a vida, friamente.

E antes que essa tragedia ella realize,
Quero aos meus confessar, sem nenhum deslize:
— Não acredito que no corpo exista alma;

E por isso, excluo a idéa de outra vida
E a volta do espírito á materia renascida,
Como pensam os que do Céu disputam a palma.

TRANSFORMAÇÃO

Para se chegar da vida á propria fonte,
E' preciso pesquisal-a a toda hora,
Desde o despontar da fulva aurora,
Até o morrer do sol, no horizonte.

A aurora é o encanto do segredo,
O dia é a duvida, a incerteza,
A tarde, o prenuncio da tristeza,
A noite, o phantasma da treva e do medo.

A sabia, mas ingrata, natureza
A humanidade constituiu de tal maneira,
Para ser a sua mais franzina presa.

A vida não é um gozo, é um flagello
E o homem, vil casulo, ou sementeira,
Que a morte transforma em verme ou cogumelo.

RESURREIÇÃO

Da noite, o extenso e sombrio véo,
Que se desdobra pelo firmamento,
Vae se adelgaçando, e, em rapido momento,
Rubro clarão se espalha pelo céu.

A noite, surprehendida, logo empallidece
E foge, em desalinho, rumo do horizonte,
Da risonha manhã beija a loira fronte
E, envolta em densa nuvem, subtil, desaparece.

O sol, em chammass de ouro, presto, reascende,
A natureza domina, e, da sua culminancia,
Os ardentes raios, célere, desprende.

Tudo na terra, após, rejuvenesce,
Das serras e dos valles rescende a fragrancia,
Cantam os passaros; o dia amanhece.

A MENDIGA

Impellida pelo sopro do infortunio, ella passava,
Estendendo a tremula mão á caridade;
O seu semblante, de tristeza e humildade,
Funda sympathia a todos inspirava.

Pobre velhinha; como eu, uma vez, lhe perguntasse
Se tinha recordações da sua mocidade,
Ella, commovida, olhou-me, com serenidade,
E uma lagrima rolou-lhe pela face.

E disse-me: "Casei-me em plena juventude,
Mas não tenho marido, nem filho, que me ajude
A conduzir da vida a pesada cruz;

Resignada, aguardo o dia derradeiro
Da existencia, neste mundo traiçoeiro,
Onde todos soffrem, como soffreu Jesus".

A LUA

Do alto da collina, o horizonte fito;
Vejo a lua surgir resplandecente
E vir subindo, grandiosa e imponente,
Os degrãos da escada do infinito.

Há, no Céu, decorações sumptuarias,
E' deslumbrante o scenario, que contemplo,
Venus abre as portas do magestoso templo,
Sirio atêa a chamma das suas luminarias.

Passam as estrellas, sobraçando flôres
E perfillam-se, risonhas, e em ala,
Ostentando diademas multicôres.

Chega a lua; correm todos para vê-la;
Envolta no seu manto côr de opala,
Ella atira beijos para cada estrella.

A VELHICE

Quando batemos á porta da velhice,
Pedindo, no seu seio, um agasalho,
Vêmos que a humanidade é um frangalho,
E a vaidade, a sua maior tolice.

As esperanças, os prazeres e os sonhos,
Com que nos illude o destino falho,
Nós os vemos vôar, de galho em galho,
Fugindo, um a um, todos tristonhos.

Para a velhice não póde haver encantos;
O seu passado é todo uma saudade,
O seu presente, uma caudal de prantos;

O seu futuro, oh! ingrata sorte,
E' a tristeza, a realidade,
A passagem da vida para a morte.

O CARRASCO E O COVEIRO

O Estado, soberano, civilisado e forte,
Mantém dois extranhos funcionarios,
Com attribuições e deveres varios,
Relacionados, ambos, com a morte.

Um é o carrasco, hedionda creatura,
Que abate o condemnado com certa machadada;
O outro é o coveiro, que manobra a enxada,
Para abrir a cova raza ou a funda sepultura.

Elles se defendem com habeis argumentos;
O carrasco livra a sociedade dos mãos elementos,
Em nome da lei e a mando da autoridade;

O coveiro, displicente, taciturno e macilento,
Diz que "de accordo com o Novo Testamento,
Enterrar os mortos é obra de caridade".

MASCARAS

Ha, no mundo, mascaras diversas,
Umas concretas, outras abstractas;
As primeiras nem sempre são ingratas,
Mas as outras são-nos, toda vida, adversas.

As concretas são de cera, de tecido ou de massa
E as utilizamos para brincar no carnaval,
Quando, cada um, supplantando o seu mal,
Atira gracejos e *confetti* a quem passa.

Das abstractas, a que deforma a humanidade,
Que a conduz consigo, em qualquer epoca ou idade,
E se ajusta a todo traje ou *fantasia*,

Algumas vezes, simulando a bondade,
Mas agindo, sempre, por despeito ou maldade,
E' a mascara da vil hypocrisia.

A MANGUEIRA

Quando fiz a casa, em que móro,
Plantei, ao seu lado, uma mangueira;
Ella se desenvolveu, de tal maneira,
Que eu, como os que a veem, a namoro.

E' um lindo exemplar da nossa flóra;
São seus fructos abundantes, saborosos,
E teem o aroma dos cachos perfumosos,
Com que ella se enfeita, quando inflora.

A' sombra da sua fronde, eu passava a sésta,
Como se estivesse no seio da floresta,
Ouvindo da brisa a vibração sonora.

Vou deixar-te, mangueira, carinhosa e bella;
Mas te prometto que, da outra casa, á janella,
Hei de vêr-te e contemplar-te a toda hora.

NA FLORESTA

A' memoria do Commendador

Odorico Costa.

Tive um amigo, honrado conselheiro,
Que fôra, tambem, alto funcçionario;
Viveu e morreu celibatario
E, apesar de excentrico, era cavalheiro.

Fui encontral-o, depois de longa sésta,
No hotel de uma cidade interior, serrana,
Onde me disse ter horror á voz humana
E convidou-me a passear pela floresta.

Sahimos ambos; elle, a passo vagaroso,
Penetrou na vereda, que já conhecia,
E foi seguindo, assim, silencioso;

Ao ouvir o canto dos passaros mais raros,
Elle exclamou, num transporte de alegria:
“São amigos generosos; os outros são aváros”.

A CONSTELLAÇÃO

Brilha, no céu diaphano de minh'alma,
Formada de sete estrellas, uma constellação,
Que não só me alegra e illumina o coração,
Como as minhas dores a sua luz acalma.

Nasceram, uma a uma, essas estrellas,
E dellas fiz o meu fulgido rosario,
Que desfio, orando pelo seu fadario,
Quando, absorto, me detenho em vê-las.

São minhas filhas, que me doiram a vida,
Porfiando cada qual ser mais querida,
Pelo amor, pelo carinho, mais dilecto.

O coração paterno não tem nenhum direito
De consagrar a uma, mais que a outra, o seu preito,
Porque a todas deve amar com igual affecto.

O DESTINO

Ninguém foge á lei do seu destino;
Transponha serras, valles ou florestas,
Não ha quem possa quebrar-lhe as arestas,
Caminhe á noite ou á luz do sol a pino.

Os que nascem em coxins de rosa
Esperam ter, na vida, a primazia
De viverem no paraíso da alegria,
Numa felicidade eterna e primorosa.

Mas, um dia, densa nuvem tolda o horizonte
E elles sentem passar-lhes pela fronte
O sopro gelido das suas desventuras;

E' então que os seus olhos baixam á terra,
Para verem a realidade, que ella encerra,
Como sarcophago, que é, das creaturas.

A CAVEIRA

Descarnada e fria, rigida caveira
Jazia abandonada, na paz do cemiterio;
Procurando desvendar-lhe o mysterio,
Interroguei-a, assim, desta maneira:

"Foste, naturalmente, bella, na tua mocidade,
Porque te encontras, hoje, tão feia e deformada"?
Ella respondeu-me: "Amei, sem ser amada;
Desgostosa do mundo, fiz-me irmã de Caridade.

Os meus olhos, que jorraram prantos,
Os meus labios, que só beijaram santos,
Transformaram-se em flôr de laranjeira;

O meu semblante, de sorriso sempre franco,
Transformou-se, por sua vez, em lírio branco;
— Eis a recompensa, que tive, de ser freira”.

O FRADE

A meu primo e amigo Amaro Camara

Tenho um amigo muito interessante;
Por convicção ou convencionismo,
Professa, hoje, com ardor, o espiritismo,
Depois de ter sido catholico e protestante.

Passeiava commigo, no jardim, despreoccupado,
Quando, como que impellido, foi bater na grade;
Refazendo-se da surpresa, disse: “esse frade
Não me deixa; está sempre ao meu lado”.

— Porque te maltrata elle, assim, dessa maneira?
— “Na outra encarnação, fui uma linda freira
E o frade fez tudo para me namorar...”

Como eu, então, o houvesse repellido,
Agora, o seu espirito tem-me perseguido
De todos os modos, que se póde imaginar”.

AURA CELESTE

A' minha prima Adelaide Camara

Conheci-a, quando era bem mocinha
E aprendia portuguez e arithmetica;
Surpreendi-lhe, então, o talento e a ethica,
Da qual não deslizou, jámais, nem uma linha.

Predestinada para o bem, na sua mocidade,
Arrostando as injurias e a ingratidão da sorte,
Qual thaumaturgo, foi livrar o pae da morte,
A primeira pessoa, a quem fez caridade.

Iniciou seu sacerdocio, cheia de esperanças,
E chamou a si as timidas creanças,
Como fazia, no Templo, o magno Jesus.

Dos seus actos de bondade, extensa é a lista,
E basta entrar no Asylo João Evangelista,
Para sentir os effluvios do seu espirito de luz.

O REI

O meu amigo é espirita de convicção;
Para lisonjear-me, talvez, a vaidade,
Procurou convencer-me, com tenacidade,
Que eu fui rei, em outra encarnação.

Disse-me: “você foi Luis Treze, rei de França,
E eu, o seu primeiro ministro, Cardeal Richelieu,
A quem a rainha mãe grande opposição moveu;
Passados tres seculos, guardo, ainda, a lembrança”.

Ora, eu, que, no inicio, fui simples proletario,
Chegando, a ser, do Estado, funcionario,
Ter sido rei! Que idéa original!

Neste mundo, só vi, de rei, uma corôa,
A de D. Pedro II, que era vista á tôa,
Quando depositada no Thesouro Nacional.

O MEDICO

A um facultativo dos mais humanitarios,
Eu censurava a gula e a ganancia,
Com que, hoje, quebrando a elegancia,
Elle exige tão grandes honorarios.

“O que quer? viço da minha profissão;
A vida encareceu de tal maneira,
Que a medicina, hoje, é a carreira,
Que offerece menor compensação.

Embora se approxime mais da tumba,
O pobre recorre, antes, á “macumba”
E os ricos se valem da homeopathia.

De mais, no rendimento, abre-se uma fenda,
Por onde o esgota o imposto sobre a renda,
Que todos veem com solemne antipathia”.

O SACERDOTE

Fui, domingo, á missa parochial;
O templo regorgitava de assistentes,
Uns alegres, outros reverentes,
Mas todos attentos á leitura do missal.

Surgiu, no pulpito, em meio ao ritual,
Um padre, de sobrepelliz, barrete e estóla.
E, como a igreja deve ser a escola
Dos ensinamentos sublimes da moral,

Todos esperavam que o velho sacerdote,
A quem, da palavra, não lhe coube o dote,
Proferisse phrases de conforto espiritual;

Mas, quaes não foram as contrariedades,
Quando elle começou a dizer banalidades,
Tomando por thema o sedicho carnaval.

O MUSICO

Para solemnizar o seu anniversario,
A baroneza abriu os seus salões;
Luzes, flores, musica, expansões,
Tornavam deslumbrante o scenario.

Mas havia, nessa orgia, elegante,
Uma creatura que, devéras, padecia,
Quando, entretanto, ella concorria
Para outros gozarem, nesse instante.

Era um dos musicos; veio da vizinha ilha,
Ganhar o necessario, para enterrar a filha,
Cujo cadaver jazia, horas, insepulto.

Quando o seu violino mais gemia,
Dentro d'alma, o pranto lhe corria,
Como uma caudal de extenso vulto.

A RELIGIÃO

Sei que contra mim alguém murmura,
Por não me vêr frequentar a igreja;
Considera-me atheu ou o quer que seja,
E se condóe da minha desventura...

A humanidade não se prende num só laço;
Cada um tem o direito de eleger seu Deus,
No seio da natureza, na profundeza dos Céos,
Na terra, no mar ou no espaço.

Quanto a mim, religião é idéa abstracta,
Cada qual a acceita, na medida exacta
Das suas convicções e do seu ideal.

Não é uma arte, nem é uma sciencia;
Nasce e floresce no fundo da consciencia,
Alimentada pela seiva exuberante, da moral.

A SANTA CRUZ DA BICA

Em minha infancia, na minha terra natal,
Fomos morar na rua, em que fica
A crystalina fonte, que se chamava Bica,
E abastecia dagua toda a capital.

Antes do manancial, — no meio do caminho,
Erguia-se, solitaria, no alto da ladeira,
Uma velha cruz, feita de madeira,
Que todos veneravam, com maior carinho

Ninguem sabia a sua origem, nem a sua idade;
Diante della persignava-se a gente da cidade
E chamavam-na “A Divina Santa Cruz”.

Quando havia secca, fome ou peste,
Todos se valiam do seu dom celeste,
Para implorar-lhe as graças de Jesus.

A LENDA DA LAGÔA

Alta a noite; a natureza parece inanimada;
No espelho crystalino da lagôa, miram-se as estrellas;
O carreiro, absorto, talvez, em, assim, vel-as,
Adormece; as alimarias, sem governo, erram a estrada.

De repente, o mugido cavernoso dos bois, ao longe, ecôa;
Quando elles viram, imminente, o perigo,
Quizeram retroceder; mas tiveram de levar consigo
A carga, o carro e o carreiro, para o fundo insondavel
[da lagôa.

A carga era o sino, destinado ao velho campanario,
Para chamar os fieis ao templo centenario
Da legendaria e decadente villa de Extremoz.

Agora, os que passam, á noite, pela encruzilhada,
Dizem ouvir, na aura fresca e sonôra da madrugada,
O dobre do sino e o gemido melancolico dos bois.

SUPPLICA

Hoje, que me libertei da vida publica,
Depois de longo e penoso captiveiro,
Venho consagrar meu pensamento inteiro
E dirigir uma ardente supplica

A' terra, carinhosa e boa, em que nasci;
No seu seio, vivi meus verdes annos,
Na minha mocidade, auscultei os seus arcanos,
Na velhice, quero dizer-lhe que não arrefeci

O desejo de vê-la; pisar seu solo, amigo e fecundo,
Com maior affecto, mais puro e mais profundo,
Do que quando o deixei, por força do destino.

Pede á divindade, oh! mãe idolatrada,
Que não me deixe parar no meio da estrada,
Sem provar-te o meu intenso amor de nordestino.

A AUSENCIA DO FRADE

No penultimo dia de Janeiro,
Encontrei o amigo espirita, desolado,
Porque já não via ao seu lado
O frade, seu constante companheiro.

E disse-me: "anda tudo transtornado;
Houve no Céu grande revolução
E o frade, que era do exercito Capellão,
Foi pelos revoltosos aclamado

Chefe supremo e anda, pois, atrapalhado
Para elaborar a necessaria Constituição
Do novo regimen, que, ora, é chamado

A restituir a paz e a felicidade
Aos habitantes da celestial mansão,
Que viviam, até agora, sem tranquillidade".

ESPINHOS

Os companheiros da sua mocidade
Nunca lhe notaram sombra de desgosto
No risonho e formoso rosto,
Em que transparecia a felicidade.

Mais tarde, os da sua convivencia
Vêm-lhe nas faces profunda cavidade,
Estigma indelevel da cruel enfermidade,
Que, traíçoeira, minava-lhe a existencia.

Abusara, infrene, da sua fortaleza,
Na arriscada e fatidica empreza
De conquistar perjuros corações.

Onde ha flôres, costuma haver espinhos;
Tapetaram-lhe de rosas os caminhos,
E nelles se occultavam as perfidas illusões.

MEU IDEAL

Os dias da minha infancia decorreram na pobreza;
Não me coube, sendo pobre, a ventura de ser moço,
Mas não me julguei do infortunio uma presa,
Porque animava minh'alma o doce alvoroço

Dos que, auscultando a sabia e vasta natureza,
Surprehendem, dentro de si, uma grande força,
Que os impelle para o desconhecido, com a ligeireza
Com que se intromette no deserto a agil corça.

Affrontei, por longo tempo, a duvida e a incerteza
De attingir, como esperava, o meu puro ideal,
Não de viver no fausto, no luxo ou na grandeza,

Mas, de proporcionar conforto a quem me dera o ser,
A' minha mulher, aos meus filhos, a todos, em geral,
Aos quaes me ligaram, para sempre, o amor e o dever.

O BUROCRATA

Não conheço carreira mais ingrata,
Que iniciamos na quasi meninice,
Para só abandonal-a na velhice,
Do que a do pobre burocrata.

Nella só se exige uma qualidade,
Póde o individuo ser intelligente,
Mas não póde, jámais, ser independente,
O que se lhe aprecia é a passividade.

O burocrata tem a existencia ignorada,
Delle ninguem se lembra para nada,
E', socialmente, uma inutilidade;

Mas é a lanterna, que projecta a figura
Dos ministros, que appõem a sua assignatura
Nos papeis que elle estuda, na obscuridade

O VIGARIO

O vigario era um velho e bondoso sacerdote,
Muito estimado dos seus parochianos;
No dia em que elle completava annos,
Iam todos offertar-lhe o seu pequeno dote.

O reverendo agradecia, muito enternecido,
E estendia a cada um a macilenta mão,
Que todos beijavam com caricia e sofreguidão;
E este preito carinhoso era muito merecido.

Pastor, ha longo tempo, conhecia toda a gente;
Não havia velho ou moço, que não fosse um confidente,
A segredar-lhe os dissabores, as tendencias e o ocio.

Para confortar, espiritualmente, os enfermos,
Não havia tempestade, nem caminhos ermos,
Que o impedissem de exercer o seu santo sacerdocio.

O MILAGRE

Trouxe-me, um dia, um amigo dedicado,
Uma linda santinha de marfim,
Que a mãe, ao morrer, deixara para mim,
E disse-me, então, muito consternado:

“Esta santa era o nosso adorado talisman,
Foi de meus pais e também de meus avós;
Era o idolo da família, de todos nós,
Inclusive minha boa e saudosa irmã”.

Recebi a santa, transido de emoção;
Como obra de arte, é uma perfeição:
Olhar sereno, semblante meigo e tristonho.

Adoecei; grave insomnia abalava-me a existência,
Minha filha pediu-lhe, para mim, sua assistência,
E eu adormeci, vendo-a, risonha, aparecer-me em sonho.

O MONGE

Mal o sol seus raios desprendia, luminosos,
Dentre a selva, uma figura, de habito e capuz,
Trazendo na mão um livro, no peito uma cruz,
Surgia, caminhando, a passos vagarosos.

Levara a noite em fundas meditações;
Em extase, o espirito a vagar pela floresta,
Parecia-lhe ouvir os hymnos de uma festa,
Ouvindo da brisa as sonoras vibrações.

Tinha na rugosa frente, que o sol illuminava,
E nas faces, que a invia barba occultava,
A livida e fria pallidez da morte.

Pendiam-lhe do seio as contas do rosario,
Que elle desfiava, lendo o breviario,
Nas longas horas de mystico transporte.

SAUDADES

A rua, em que eu morava, era o encanto d'aldeia,
Calma, silenciosa, terminava em ingreme ladeira,
No alto da qual, erguia-se uma cruz, singela, de madeira,
Em cujo pedestal, agonisava, noite e dia, a luz de uma
[candeia.

Lá em baixo, a matta, verde-escuro, de densa ramaria,
Onde jorrava a fonte d'agua, pura, crystalina,
Que abastecia a população, modesta, da collina,
Indo apanhal-a, homens e mulheres, em alegre romaria.

Além, do outro lado, um lago azul e solitario,
Cercado de arvores e arbustos, era o balneario,
Em que, nas manhãs, claras, d'estio, todos se banhavam.

Ah! que saudades dessa rua, dessas manhãs, lindas,
[doiradas,
Dessa cruz, dessa fonte, desse lago, q'eu transpunha a
[braçadas,
Quando os sonhos e as illusões a alma me inundavam.

O PARRECIDA

Através dos grossos varões de ferro da penitenciaria,
Via-se, como um passaro, tolhido em sua liberdade,
Um jovem, torturado, com um ar de tristeza e de bondade,
Soffrendo os severos castigos da pena judiciaria.

Que crime seria o seu, na plenitude da sua puberdade,
Para merecer as algemas, que lhe corroiam os pulsos?
— Eu, disse elle, sou victima desses maus impulsos,
Que actuam, ora, pelo amor, ora, pela fatalidade.

Outra victima é minha santa mãe, que tanto adoro,
Do abysmo deste carcere, a Deus peço e imploro
Que lhe dê coragem e lenitivo á dôr, em que se esvae.

Um dia, a vi, impassivel, quasi perder a existencia,
Aggredida pelo marido, com a mais feroz violencia,
E eu, para salv-a, allucinado, matei meu pae.

AS ROSAS

Em lindo e viçoso roseiral,
Ostentam-se rosas, as mais bellas,
Branças, purpureas, amarellas
E uma azul, mimosa, lirial.

Disputam, com ciume, nunca visto,
A graça, o encanto, a formosura;
A branca é de todas a mais pura,
A purpurea lembra a tunica de Christo.

Bafejada pela brisa, nesse instante,
A amarella levanta-se orgulhosa
E diz ser, como o ouro, fascinante.

A azul, a mais delicada e original,
Proclama-se, com razão, a mais formosa,
Por ser da côr do Céu, côr ideal.

PERFIL

A Constante Lobo

Quem sómente lhe escuta a voz macia,
Julga ouvir a mais franzina dama,
E, vendo-se-lhe a figura, pequenina, esguia.
Não se acredita no que diz a fama.

Dizem que para negocios é um *bicho*...
Compra automoveis e vende-os a dinheiro;
O seu, elle guia com o maior capricho,
Como bom *chauffeur*, habil, faceiro.

No exercicio da profissão que abraça,
Não descança um momento, um só instante
E não admite labias, nem chalaça,

E fiscalizando o armazem ou a *tapêra*,
E' o que o seu nome diz: — lobo (Constante)
A mais indomita e perigosa féra.

CHRISTO NO CORCOVADO

Ha vinte seculos, pregaram-me na Cruz,
Parecia terminado, ahi, o meu fadario;
Meu corpo, sepultado, envolto num sudario,
Evolou-se para o Céu, numa auréola de luz.

Dois millenios são passados; jámais suppuz
Que, do Além, onde gozava, tranquillo, socegado,
A graça do Eterno, o Cordeiro immaculado,
Trouxessem-me a novo Golgotha; embora sem a Cruz,

Soffro, hoje, tanto, ou mais do que outr'ora;
Sem Maria, sem Martha, abandonado nesta flora,
Os braços destendidos para a immensidade,

Só ouço o marulhar das vagas, o bramir da ventania,
Preso á corcova deste monte, noite e dia,
Victima, ainda uma vez, da ingrata humanidade.

NUM ASYLO DE VELHAS

Entremos. E' aqui da velhice o santuario,
Povoado de tristezas, ermo de esperanças;
São espectros vivos, com alma de creanças,
Os moradores deste templo humanitário,

Vêde: brilha ali a cabeça, branca, como um lenço,
De uma condessa, que a vida faustosa, ora, recorda,
E como somnambulo, que vagueia, subito accorda,
Já quasi á beira do abysmo immenso.

Outras fronte alvas, alvinhas, como a neve,
Pendem de mãos frageis, descarnadas, que, de leve,
As sustêm, como a perscrutar o pensamento;

São velhinhas constrictas, desfiando o seu rosario,
Cada conta do qual lembra-lhes o passado vario,
Menos de prazer que de dôr e soffrimento.

UNICA HOMENAGEM

Na hora extrema da minha agonia,
Quero vêr-me cercado pelos meus,
Quero dar-lhes ness'hora tão sombria,
O meu saudoso e derradeiro adeus.

Naufrago, da morte entre os escolhos,
Quero, no ultimo e fugaz lampejo,
Vêr, através da nevoa dos meus olhos,
Minha mulher ungir-me com um beijo.

Morto, envolvam meu corpo num sudario
E o sepultem, com a maior simplicidade,
Em jazigo, que seja, para sempre, meu ossario.

E como unica homenagem, feita a mim,
Depositem na minha campa uma saudade
E uma cruz de pétalas de jasmim.

RIMAS

A COLMEIA

Da sua vida, na manhã mais rosea e mais bella,
Sem pensar na ironia sarcastica da sorte,
Nem no que lhe adviria após á morte,
Elle amou, apaixonadamente, meiga donzella.

Encontrou-a, certa vez, colhendo rosas, no caminho,
A sua rara formosura fascinou-lhe a alma,
O intenso brilho do seu olhar fez brotar a palma
Desse amor, que ella alimentou com o seu carinho.

Mas ao prazer, acompanha, de perto, a desventura,
Ella descendia da mais alta linhagem social
E o orgulho da nobreza impediu essa união, devéras,
[desigual,
Condemnando o pobre jovem a esgotar o calix da amar-
[gura.

Apagaram-se-lhe, desse amor, todas as scentelhas;
Elle sucumbiu á sua dor; agora, defrontando o seu ossario,
Que jaz, fendido, do cemiterio, a um canto solitario,
Vê-se sua caveira, servindo de colmeia a trefegas abelhas.

Esse craneo aninhou sonhos, que só lhe distillaram fél;
Hoje, abriga, silencioso, um enxame de pequeninos insectos,
Que o animam com a sua actividade de grandes architectos,
Dando-lhe, em paga, a doçura do seu doirado mél.

HISTORIA DE UMA ROSA

Para Marisinha

Era uma moça formosa,
Esbelta, risonha, faceira,
Boubando a uma linda roseira
O encanto de uma rosa.

Com muita graça prendia
Entre os dedinhos corados
Os infolios perfumados
Da pobre flôr, que pendia.

E o galho, amigo sincero,
Ao desprender-se da rosa,
Feriu a mão mimosa,
Cumprindo um dever austero.

Foram-se a moça e a rosa,
Uma alegre, satisfeita,
A outra, em pranto desfeita,
Do companheiro saudosa.

Sentindo a separação,
O galho foi definhando,
E a rosa se desfolhando,
Ao sopro da viração.

E a candida creatura,
Que deu causa a esta scena,
Tambem, transida de pena,
Baixou logo á sepultura.

HISTORIA DE UM PASSARINHO

Para Marisinha.

Era um lindo canarinho,
Cantava alegre e faceiro
E fazia o seu ninho,
No galho de um cajueiro.

Interessante menina,
Que brincava no terreiro,
Via a ave pequenina
Ir e vir o dia inteiro.

Uma vez, o passarinho
Entrou no gallinheiro
E trouxe no biquinho
Fragmentos de um palheiro.

Outra vez, a avezinha,
Escavando no jardim,
Apanhou uma larvinha
Na raiz do alecrim.

Pressurosa e a correr,
Levou-a para o ninho
E deu-a, logo, a comer
Ao querido filhotinho.

Um dia, em que o casal
Do ninho se ausentou,
A menina jovial
O filhinho raptou.

Conduziu-o para casa,
E cercou-o de carinho,
O filhote creou aza,
Ficou muito bonitinho.

A menina, com ternura,
Cuidava do seu asseio,
Dava-lhe alpiste, mistura,
Alface, couve e centeio.

Um dia, a menina estava
Limpando, alegre, a gaiola
E, indo vêr quem a chamava,
Deixa aberta a portinhola.

O passarinho fugiu
E foi no arvoredor cantar,
A menina, quando viu,
Afflicta, poz-se a chorar.

E dirigindo-se á ave,
Anciosa de apanhal-a,
Com a sua voz suave,
Passou, assim, a exhortal-a:

“Teu pae já não existe,
Tua mãesinha também,
Para que, então, fugiste?
Não tens no bosque ninguém.

Só acharás inimigos;
Na vida tudo é incerto,
E, não se tendo amigos,
O mundo é um deserto.

Vem, querido filhinho,
Dou-te uma gaiola dourada
E um berço feito de arminho
Com as côres da alvorada.

Terás lindo bebedouro,
Feito de finos crystaes
E um côcho todo de ouro
Com rubis orientaes.

Vem, meu amorzinho,
Tem pena do meu soffrer,
Sem ti, meu canarinho,
Não posso mais viver”.

E a avesinha (oh! assombro)
Que, attenta, escutava,
Veio pousar no hombro
Da menina, que chorava.

E mostrando-se arrependida
Da afflicção, que lhe causou,
Olhou-a enternecida
E a bocca lhe beijou.

INDICE

PAGINAS

PREFACIO 5

1 — NATAL DO MEU TEMPO

Fundação	7
Emancipação da Capitania	7
Topographia da cidade	10
População e pobreza	13
O atraso de Natal	14
Os mercados — Custo da vida	15
A caça e a apanha de fructas	17
A pesca	18
O porto da cidade alta	20
O matadouro	22
O Baldo	25
O Cantão	27
A Santa Cruz da Bica — Preces	27
Festas do povo — S. João e Natal	29
Serenatas	32
Tertulias familiares	34
A visinhança — Os casamentos	35
Figuras lendarias	37
O Trafego — O primeiro carro de passeio	39
Vultos historicos e poetas	41
Religiosidade	43
A princeza do Norte	46

II — MINHA VIDA

O scenario .. .	49
O urubũ do vigario .. .	54
A escola .. .	55
O typographo .. .	56
Os preparatorios .. .	59

Candidato a um concurso	60
O funcionario provincial	62
O funcionario federal	64
A politica	79
Solidariedade politica	72
A estréa na Camara	73
O repatriamento do corpo do Imperador ..	85
O occaso politico	89
Volta á administração	100
No Banco Allemão Transatlantico	101
Na Caixa de Amortisação	102
De novo Inspector da Alfandega do Rio .. .	103
Vingança de um Presidente	106
O Codigo Aduaneiro	109
Pesquisador de fraudes	121
Terceira vez na Alfandega	122

III — A' MARGEM

O revolucionario	131
O novo regimen	140
Ministros	152
Abutres	158
Mendigos	164
O academico	165
Psychologia da amizade	170
A aguia	176
O Rio, que eu vi, á primeira vez	178
A familia	186
Economias	188

IV — FLORES DA VELHICE

(Sonetos)

O drama da vida	195
Fructos dourados	196
Amigos	197
Amor de fada	197
As estrellas	198
Nossa infancia	198
Scepticismo	199
No cemiterio	200
Confissão	200
Transformação	201
Resurreição	201

PAGINAS

A mendiga	202
A lua	202
A velhice	203
O carrasco e o coveiro	204
Mascaras	204
A mangueira	205
Na floresta	205
A constellação	206
O destino	207
A caveira	207
O frade	208
Aura Celeste	208
O rei	209
O medico	210
O sacerdote	210
O musico	211
A religião	211
A Santa Cruz da Bica	212
A lenda da lagôa	212
Supplica	213
A ausencia do frade	214
Espinhos	214
Meu ideal	215
O burocrata	215
O vigario	216
O milagre	217
O monge	217
Saudades	218
O parrecida	219
As rosas	219
Perfil	220
Christo no Corcovado	221
Num asylo de velhas	221
Unica homenagem	222

(Rimas)

A colmeia .. .	223
Historia de uma rosa .. .	224
Historia de um passarinho .. .	225

